



Estudos de  
Reordenamento Agrário

8

**PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS DO  
PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO:  
COMBATE À POBREZA RURAL (PNCF-CPR)**



**Suzana Maria Valle Lima  
Luis Fernando Vieira  
Antônio Maria Gomes de Castro**

Dezembro de 2011

Estudos de  
**Reordenamento Agrário**

**8**

**PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS DO  
PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO:  
COMBATE À POBREZA RURAL (PNCF-CPR)**

**Presidente da República**

*Dilma Rousseff*

**Ministro**

*Afonso Bandeira Florence*

**Secretário-Executivo**

*Márcia da Silva Quadrado*

**Consultoria Jurídica**

*André Augusto Dantas Motta Amaral*

**Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração**

*Luiz Claudio Monteiro Morgado*

**Secretário de Agricultura Familiar**

*Laudemir André Muller*

**Secretário de Reordenamento Agrário**

*Adhemar Lopes de Almeida*

**Secretário de Desenvolvimento Territorial**

*Jerônimo Rodrigues Souza*

**Presidente do INCRA**

*Celso Lisboa de Lacerda*

**Diretor do Departamento de Crédito Fundiário – DCF/SRA**

*Francisco das Chagas Ribeiro Filho*

# ***EQUIPE RESPONSÁVEL***

## **Coordenação geral do estudo**

Antônio Maria Gomes de Castro, PhD

## **Equipe Técnica Principal**

Suzana Maria Valle Lima, PhD

Luis Fernando Vieira, PhD

Antônio Maria Gomes de Castro, PhD

José Ruy Porto de Carvalho, PhD

## **Pesquisadores de Campo**

Andrea Restrepo Ramirez

Maria de Fátima Marchezan Menezes da Silva

Rejane Silva da Costa

## **Equipe de Digitação da base de dados**

George Fillipe A. Vieira

Marivânia Garcia da Rocha, MSc

Laisse Cardoso Lima

## Ministério do Desenvolvimento Agrário - Secretaria de Reordenamento Agrário

Esta é uma publicação da Coordenação Geral de Planejamento, Monitoramento e Avaliação.

O estudo publicado neste volume foi realizado no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/08/003 - CRÉDITO FUNDIÁRIO - EEN – Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, em contrato celebrado entre a INOVA Consultoria Prospectiva e Estratégia Ltda. e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA. Este estudo teve por objetivo traçar um perfil dos beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário, linhas CAF e CPR, e do Banco da Terra, e foi realizado no período de janeiro de 2011 a fevereiro de 2012.

Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Reordenamento Agrário (Brasil)

### Estudos de Reordenamento Agrário No 8

Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Reordenamento Agrário, Coordenação Geral de Planejamento, Monitoramento e Avaliação, Projeto Crédito Fundiário e Pobreza Rural. LIMA, S.M.V. ; VIEIRA, L.F.; CASTRO, A.M.G. de. Perfil dos Beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário: Combate à Pobreza Rural. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

136p. : il.

ISBN 978-85-60236-08-4

1. Crédito Fundiário - Brasil 2. Agricultura Familiar – Brasil 3. Perfil dos Beneficiários PNCF-CPR  
4. Reforma Agrária – Brasil 5. Metodologia de Pesquisa - Brasil

#### **Organização e Revisão Técnica:**

Dino Sandro Borges de Castilhos

Neide Mateus Rodrigues

#### **Produção e Editoração Gráfica**

Gráfica Super 7

#### **Fotografias**

Ubirajara Machado/BP

Tamires Kopp/BP

**Tiragem:** 1.050 exemplares

**Editora:** IICA/MDA/PCT-Crédito Fundiário

Fevereiro de 2012

Ministério do Desenvolvimento Agrário  
Secretaria de Reordenamento Agrário  
Coordenação-Geral de Planejamento,  
Monitoramento e Avaliação  
SBN - Quadra 1 - Ed. Palácio do Desenvolvimento  
BI "D", 10º andar, sala 1008.  
CEP: 70.057-090  
<http://www.mda.gov.br>  
e-mail: [pma-sra@mda.gov.br](mailto:pma-sra@mda.gov.br)

# ***Apresentação***

Nosso país possui um modelo de ocupação e produção na terra que foi perverso no processo de desenvolvimento histórico. É por isso que cerca de 80% dos imóveis rurais brasileiros ocupam apenas aproximadamente cerca de 20% das terras agricultáveis do país.

O Programa Nacional de Crédito Fundiário, mostrou-se, nestes seus nove anos de existência, como um acerto de estratégia de democratização fundiária, sendo fundamental como um instrumento complementar de reforma agrária.

A análise é factual: a extrema diversidade dos segmentos sociais que buscam o acesso à terra (sem-terras, meeiros, posseiros, arrendatários, agricultores familiares, assalariados rurais) e a enorme diferenciação da ocupação fundiária e econômica não permitem que a demanda por terra, pelos pobres do campo, seja suprida somente pela execução do preceito constitucional da função social da terra. Ao lado desta e buscando o seu fortalecimento, a realidade tem nos demonstrado a importância dos mecanismos de acesso aos mercados de terras para a emancipação social, econômica e política da pobreza rural, da agricultura familiar, da juventude e das mulheres rurais e também das comunidades negras entre outras.

Tal objetivo instrumentalizado em política pública – Programa Nacional de Crédito Fundiário – impõe grandes desafios para o sucesso de sua operacionalização. O primeiro já foi respondido pela Pesquisa de Impacto o Crédito Fundiário e agora também por estes três cadernos sobre o Perfil da Inadimplência nos financiamentos do Fundo de Terras (CAF, CPR e Banco da Terra): sim, em condições financeiras e operacionais propícias os financiamentos fundiários são viáveis, enquanto estratégia de acesso à terra, para setores sociais como pobreza rural e agricultura familiar.

O segundo é, constantemente, avaliar os resultados sociais e econômicos do programa, buscando identificar seus avanços, mas, principalmente, seus gargalos e limites, identificando assim os elementos e itens operacionais que devem ser aprimorados na execução do programa. É justamente isto que buscamos neste caderno de pesquisa sobre o Perfil da Inadimplência na Linha Combate à Pobreza Rural do Programa Nacional de Crédito Fundiário.

Apesar da taxa de inadimplência dos projetos financiados no âmbito do Fundo de Terras e da Reforma Agrária estar em 7,8% (dados de agosto de 2011), um nível que consideramos aceitável dada a complexidade desta política de financiamento fundiário, entendemos ser papel do gestor público e dos atores sociais que compõem o Programa conhecer os fatores que levam à esta inadimplência e implementar ações e diretrizes que levem cada vez mais a sua redução.

Esta pesquisa foi operacionalizada pelo Projeto de Cooperação Técnica da Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA/MDA) com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), sendo executado de forma primorosa e competente pela Empresa de Consultoria vencedora do certame licitatório (INOVA). Os três relatórios de pesquisa e os resultados aqui expostos são de qualidade e importância notória, como vocês poderão ver.

BOA LEITURA!

Adhemar Lopes de Almeida  
Secretário de Reordenamento Agrário



# Agradecimentos

Um trabalho da natureza do presente estudo não pode ser realizado sem a mobilização de muitas instituições e pessoas, trabalhando de forma coordenada, para que as tarefas de coleta e processamento de informação secundária e primária possam ser realizadas na medida dos objetivos e resultados determinados.

A equipe de profissionais da INOVA PROSPECTIVA E ESTRATÉGIA deseja assinalar a participação de pessoas e instituições que com seu conhecimento, experiência e espírito de cooperação apoiaram a realização deste estudo em diversos momentos de seu desenvolvimento, contribuindo para que uma importante base de informação sobre o crédito fundiário e sobre a agricultura familiar no Brasil pudesse ser disponibilizada a gerentes, estudiosos e praticantes da atividade. Foram decisivos em diferentes momentos:

- Coordenadores das UTEs e respectivas equipes técnicas nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Goiás, Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Piauí e Maranhão;
- Equipes do Escritório Central e de Escritórios Locais das EMATER Rio Grande do Sul, Paraná, Goiás, Mato Grosso, Piauí e Rio Grande do Norte;
- Sindicatos de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais e Congêneres nos municípios dos Estados pesquisados;
- Sindicatos dos Produtores Rurais do Rio Grande do Sul e Paraná;
- Beneficiários do Banco da Terra, Consolidação da Agricultura Familiar e Combate a Pobreza Rural entrevistados (relações de entrevistados em cada relatório)
- Equipe de gestão do Contrato IICA/MDA/INOVA;

Um especial agradecimento é devido à equipe técnica da Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário, pela sua competente condução do relacionamento com a INOVA durante todo o estudo, fornecendo informação, diretrizes e articulação com o universo de envolvidos com o crédito fundiário no Brasil.

A responsabilidade por eventuais falhas no produto final é unicamente da equipe de autores do presente trabalho.



# Conteúdo

<b>1. Introdução.....</b>	<b>17</b>
<b>2. A Inadimplência em Programas de Crédito Fundiário – O problema de pesquisa .....</b>	<b>21</b>
2.1. Antecedentes e Justificativa do Estudo.....	21
2.2. Finalidades e Condições de Acesso ao PNCF – Combate à Pobreza Rural .....	22
2.3. Questões de pesquisa.....	27
<b>3. Objetivos do Estudo.....</b>	<b>31</b>
<b>4. Marco Conceitual e Metodológico .....</b>	<b>35</b>
4.1. Marco Conceitual .....	35
4.1.1. Fatores culturais e atitudinais dos beneficiários (o querer fazer).....	35
4.1.2. Fatores referentes a conhecimento e capacitação dos mutuários/beneficiários (o saber fazer) .....	36
4.1.3. Fatores relacionados com o entorno componente da realidade destes beneficiários (o poder fazer) .....	36
4.1.4. Fatores relacionados com a adequação e gerência da execução dos programas de financiamento .....	37
4.2. Metodologia.....	41
4.2.1. Execução da Metodologia e Respective Produtos .....	42
<b>5. Resultados .....</b>	<b>49</b>
5.1. Descrição Geral da Amostra .....	49
5.2. Caracterização do Empreendimento.....	51
5.2.1. Áreas, Usos, Formalização da Reserva Legal.....	52
5.2.2. Qualidade dos solos e topografia .....	54
5.2.3. Infraestrutura existente no imóvel.....	57
5.3. Caracterização da Produção Rural .....	60
5.3.1. Exploração Pecuária .....	64
5.3.2. Exploração Agrícola .....	69
5.3.3. Renda derivada da produção agropecuária .....	75
5.3.4. Financiamento da Produção e Mão-de-Obra Disponível .....	76
5.3.5. Comercialização da Produção .....	77
5.4. Caracterização da Renda Familiar: importância de diversas fontes e relação entre ganhos e despesas.....	79
5.5. Mudanças em Qualidade de Vida de Empreendimentos Adimplentes e Inadimplentes .....	81
5.6. Caracterização do Contrato.....	83
5.6.1. Situação de Adimplência, nos Empreendimentos, e Razões Percebidas para Inadimplência .....	83

5.6.2. Oportunidades de Renegociação e Individualização do Contrato.....	84
5.6.3. Recursos Adicionais: Temáticas Relevantes e Selos .....	87
5.6.4. Crenças sobre financiamento e posse da terra .....	89
5.6.5. Satisfação com as Características do Contrato.....	90
<b>5.7. Caracterização da Associação .....</b>	<b>91</b>
5.7.1. Famílias Associadas e seus Membros.....	91
5.7.2. Mudanças ocorridas na Associação e seus Impactos .....	93
5.7.3. Funções Desempenhadas pela Associação .....	94
5.7.4. Tomada de Decisão e Participação dos Associados.....	96
5.8. Rede de Apoio.....	98
5.9. Recursos Locais: Qualidade dos Serviços Disponíveis .....	101
<b>6. Conclusão: O Perfil do Empreendimento Inadimplente na Linha de Combate à Pobreza Rural (CPR).....</b>	<b>105</b>
<b>7. Recomendações para Aperfeiçoamento da Linha CPR.....</b>	<b>113</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>119</b>

## ***Lista de Tabelas***

Tabela 1. Percentual de bônus fixo e adicional, na Linha CPR, em 2009 e 2010, por região do País .....	25
Tabela 2: Número de beneficiários adimplentes e inadimplentes entrevistados, por programa de crédito (BT, CAF, CPR), estado selecionado, e tipo de empreendimento (coletivo ou individual).....	45
Tabela 3: Número de entrevistados por Estado, por empreendimentos adimplentes e inadimplentes da Linha CPR.....	49
Tabela 4: Entrevistas realizadas, por Estado e Município, por situação de adimplência.....	50
Tabela 5: Distância entre os empreendimentos e a sede do seu município, em kms.....	50
Tabela 6: Caracterização do empreendimento, em termos de áreas e seus usos, e de formalização de área de reserva legal .....	52
Tabela 7: Caracterização do empreendimento, em termos de áreas e seus usos, em empreendimentos adimplentes e inadimplentes da Linha CPR, por Estado .....	53
Tabela 8: Indicadores de qualidade dos solos e sua topografia, e de qualidade e disponibilidade de água, em empreendimentos adimplentes e inadimplentes da Linha CPR .....	55
Tabela 8a: Características dos solos e da infraestrutura, por Estado e situação (adimplente/Inadimplente), em empreendimentos CPR.....	56
Tabela 9: Tipo de proteção utilizada para fonte de água presente no imóvel, em empreendimentos adimplentes e inadimplentes da Linha CPR .....	57
Tabela 10: Qualidade da água que abastece o imóvel, para consumo humano e animal, em empreendimentos adimplentes e inadimplentes da Linha CPR. ....	57
Tabela 11: Infraestrutura existente em empreendimentos adimplentes e inadimplentes da Linha CPR .....	58
Tabela 12: Frequência e percentual de respostas em relação aos subtópicos de empreendimentos adimplentes e inadimplentes do CPR, para a situação atual de construção da casa, de cercas e de estradas e carreadores internos no empreendimento.....	58
Tabela 12a: Proporção (%) de empreendimentos adimplentes e inadimplentes com armazéns, silos ou depósitos para a produção agropecuária, Linha CPR, por Estado .....	59
Tabela 13: Outras infraestruturas declaradas por empreendimentos adimplentes e inadimplentes da Linha CPR.....	59
Tabela 14: Proporção de associados atendidos por outra infraestrutura, em empreendimentos adimplentes e inadimplentes da Linha CPR .....	60
Tabela 15: Produção animal, em empreendimentos adimplentes e inadimplentes da Linha CPR .....	64
Tabela 16: Produtos animais que resultam em maiores ganhos, em empreendimentos adimplentes e inadimplentes dedicados a diferentes tipos de produção animal, na Linha CPR.....	66
Tabela 17: Tecnologias de produção animal adotadas por empreendimentos adimplentes e inadimplentes dedicados a diferentes tipos de produção animal, na Linha CPR.....	67
Tabela 18: Produtividade da produção com maiores ganhos e prejuízos sobre esta produtividade, em empreendimentos adimplentes e inadimplentes dedicados a diferentes tipos de produção animal, na Linha CPR.....	68
Tabela 19: Produtividade da produção de bovinos e prejuízos sobre esta produtividade, em empreendimentos adimplentes e inadimplentes dedicados a diferentes tipos de produção animal, na Linha CPR .....	68
Tabela 20: Produção agrícola, em empreendimentos adimplentes e inadimplentes da Linha CPR .....	69
Tabela 21: Respostas à questão sobre outro tipo de plantação, indicada por entrevistados em empreendimentos adimplentes e inadimplentes do Programa CPR, e a frequência destas respostas.....	71
Tabela 22: Respostas à questão sobre plantação com maiores ganhos, por entrevistados em empreendimentos adimplentes e inadimplentes do Programa CPR, e a frequência destas respostas.....	72
Tabela 23: Uso de diversas tecnologias de exploração agrícola, por empreendimentos adimplentes e inadimplentes da Linha CPR. ....	72

Tabela 24: Produtividade de produções agrícolas com maiores ganhos (arroz, feijão, mandioca, milho, verduras e hortaliças, frutas e outras) e prejuízos sobre esta produtividade, em empreendimentos adimplentes e inadimplentes dedicados a diferentes tipos de produção, na Linha CPR.....	73
Tabela 25: Produtividade de produção agrícola com maiores ganhos (mandioca) e prejuízos sobre esta produtividade, em empreendimentos adimplentes e inadimplentes dedicados a diferentes tipos de produção, na Linha CPR. ....	74
Tabela 26: Renda bruta estimada resultante da produção de leite bovino, por associado e por empreendimento. ....	75
Tabela 27: Renda bruta estimada resultante da produção agrícola, por associado e por empreendimento. ....	75
Tabela 28: Financiamento da produção e mão-de-obra, em empreendimentos adimplentes e inadimplentes da Linha CPR. ....	76
Tabela 29: Distância (em km) entre os empreendimentos adimplentes e inadimplentes do CPR e o mercado local em que vendem seus produtos .....	78
Tabela 30: Importância de diversas fontes, para a renda familiar, contas mensais pagas e relação entre despesas e ganhos mensais, para empreendimentos adimplentes e inadimplentes da Linha CPR.....	79
Tabela 31: Mudanças ocorridas por condição de qualidade de vida e por tipo de empreendimento (em % de respostas), para empreendimentos adimplentes e inadimplentes da Linha CPR.....	82
Tabela 32: Situação atual de adimplência e razões percebidas para inadimplência de um empreendimento, na avaliação de empreendimentos adimplentes e inadimplentes (em agosto de 2010) da Linha CPR. ....	83
Tabela 33: Ocorrência de renegociação e individualização dos contratos, e razões para não ocorrência destas mudanças, no contrato inicialmente firmado, entre empreendimentos adimplentes e inadimplentes da Linha CPR.....	85
Tabela 34: Outras razões – além das sugeridas na entrevista – para que renegociação e individualização da dívida não ocorressem, em empreendimentos adimplentes e inadimplentes da Linha CPR. ....	86
Tabela 35: Proporção de associados, em empreendimentos adimplentes e inadimplentes da Linha CPR, que receberam recursos adicionais (extra-teto microrregionais, temáticas relevantes e selos do CPR).....	88
Tabela 36: Crenças dos associados de empreendimentos adimplentes e inadimplentes da Linha CPR, relacionadas ao financiamento e suas características, e ao valor da terra (Escala de concordância: 1=não concordam de modo algum... 10=concordam muito).....	89
Tabela 37: Satisfação, em empreendimentos adimplentes e inadimplentes da Linha CPR, com diversas condições do financiamento da terra. (Escala: (1=não estão nada satisfeitos... 10=estão muito satisfeitos). Ordem: posição da variável, em relação às demais, por ordem decrescente de média de satisfação). ....	90
Tabela 38: Caracterização de famílias associadas e seus membros, em empreendimentos adimplentes e inadimplentes da Linha CPR. ....	92
Tabela 39: Mudanças ocorridas na associação e seus impactos, em empreendimentos adimplentes e inadimplentes da Linha CPR. ....	93
Tabela 40: Funções desempenhadas pela associação (em proporção percentual de empreendimentos), para empreendimentos adimplentes e inadimplentes da Linha CPR. ....	96
Tabela 41: Tomada de decisões e sua implementação, e participação de associados, em ações coletivas (reuniões e mutirões), em empreendimentos inadimplentes e adimplentes da Linha CPR. ....	97
Tabela 42: Apoio recebido (na forma de informação, orientação e ajuda com documentação) e frequência de interações com diversas organizações da rede de apoio, para empreendimentos adimplentes e inadimplentes da Linha CPR. ....	98
Tabela 43: Responsabilidades por assistência técnica (AT), na elaboração do Projeto Pronaf aprovado; na implantação deste projeto; e atualmente; em empreendimentos adimplentes e inadimplentes da Linha CPR.....	99
Tabela 44: Avaliações de qualidade de serviços locais oferecidos aos empreendimentos adimplentes e inadimplentes da Linha CPR. (Escala: 1=péssimo,.... 10=excelente). ....	102

## ***Lista de Quadros***

Quadro 1: Condições do financiamento CPR, Subprojeto de Aquisição de Terras, em 2009 e 2010.....	25
Quadro 2: Condições estabelecidas para acesso e uso de recursos do Subprojeto de Investimentos Comunitários (SICs) da Linha CPR. ....	26
Quadro 3: Categorias de variáveis e variáveis componentes em instrumentos dedicados à levantamento de dados junto aos empreendimentos beneficiários de crédito fundiário .....	39
Quadro 4: Categorias de variáveis e variáveis componentes em instrumentos dedicados à levantamento de dados sobre associações e seu funcionamento.....	41
Quadro 5: Síntese de resultados alcançados pelo estudo. ....	105

## ***Lista de Figuras***

Figura 1: Modelo Sistêmico de Influências sobre o desempenho de empreendimentos coletivos do PNCF .....	38
Figura 2: Proporção de empreendimentos da Linha CPR (%), que realizam produção agropecuária para a família (auto-consumo), produção animal e agrícola destinada ao mercado, adimplentes e inadimplentes. ....	61
Figura 2a: Proporção (%) de empreendimentos adimplentes e inadimplentes da Linha CPR, por tipo de exploração para o mercado realizada. ....	62
Figura 3: Proporção (%) de empreendimentos do Programa CPR, adimplentes e inadimplentes, por Estado e conforme o tipo de exploração agropecuária a que se dedicam. ....	63
Figura 4: Proporção (%) de empreendimentos adimplentes e inadimplentes, e a focalização de diferentes tipos de produção animal, nestes empreendimentos, na Linha CPR. ....	65
Figura 5: Proporção (%) de empreendimentos adimplentes e inadimplentes, e a focalização de diferentes tipos de produção vegetal, nestes empreendimentos, na Linha CPR. ....	71
Figura 6: Proporção de empreendimentos inadimplentes e adimplentes da Linha CPR, indicados como possuindo criação ou plantação conduzida de forma comunitária. ....	74
Figura 7: Proporção de empreendimentos adimplentes e inadimplentes da linha CPR que declararam venda a diferentes produtores (PAA – Programas de Aquisição de Alimentos; Intermediários; Outros compradores em feiras ou outros consumidores).....	78
Figura 8: Relação entre despesas e ganhos, em empreendimentos adimplentes e inadimplentes da Linha CPR. ....	81
Figura 9: Percentual de indicações de ano de formação da associação, em empreendimentos adimplentes e inadimplentes da Linha CPR. ....	93
Figura 10: Proporção (%) de empreendimentos adimplentes e inadimplentes da Linha CPR que receberam assistência técnica de organizações diversas, em cada etapa do projeto. ....	100

## ***Anexos***

ANEXO 1: FORMULÁRIO DE EMPREENDIMENTOS COLETIVOS COMBATE À POBREZA RURAL (CPR) .....	121
ANEXO 2: CONDIÇÕES PARA RENEGOCIAÇÃO E INDIVIDUALIZAÇÃO DOS CONTRATOS, EM PROGRAMAS DE CRÉDITO FUNDIÁRIO, NA LEI 11.775, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008. ....	133



# ***Introdução***





# 1. Introdução

A concentração da posse da terra e a necessidade de permitir acesso ao bem por parte dos agricultores familiares e pequenos agricultores tem sido uma questão recorrente ao longo da história do Brasil. Os embates entre os grandes proprietários e os desprovidos de terra, ao longo do tempo geraram conflitos e tensões, e muitas vezes impasses. Destas situações emergiram os movimentos sociais dos trabalhadores rurais sem terra, que entre suas diversas formas de atuação, pressionam o poder público para que defina políticas voltadas para responder aos anseios de democratização do acesso à terra. Os mecanismos de desapropriação previstos na Constituição, o programa Banco da Terra e seu sucessor, o Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF, com suas diversas linhas, são exemplos dessas políticas.

A criação de um projeto de crédito fundiário estava, há muitos anos, na agenda de diversos setores envolvidos na questão agrária e no desenvolvimento rural. Uma das primeiras iniciativas foi o Projeto São José, no estado do Ceará, e o Projeto Cédula da Terra, implantado em cinco estados, sendo quatro do Nordeste e um do Sudeste (Minas Gerais), que beneficiou cerca de 16.000 famílias em cinco anos. Estes projetos pilotos testaram uma abordagem baseada na demanda comunitária, em que potenciais grupos de beneficiários negociam diretamente com proprietários que estejam interessados na venda de suas terras.

Por intermédio da Lei Complementar 93/98, de 04.02.1998 (Brasil, 1998), regulamentada pelo Decreto 3.027, de 13.04.1999, foi criado o Fundo de Terras e da Reforma Agrária, à época denominado Banco da Terra e Cédula da Terra, com o objetivo de financiar programas de reordenação fundiária e de assentamento rural.

Posteriormente, nova regulamentação foi associada ao Fundo de Terras e da Reforma Agrária, por intermédio do Decreto nº 4.892, de 25.11.2003 (Brasil, 2003), interrompendo-se, a partir de então, a contratação de financiamentos à égide do Banco da Terra e criando-se o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

Para a elaboração deste programa, durante o primeiro semestre de 2003, a Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), gestor do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, estabeleceu um amplo processo de consulta com as organizações do movimento sindical, em particular a Contag, mas também com a Fetraf-Sul, os estados e associações de municípios que conviveram ou participaram dos projetos Cédula da Terra e Combate à Pobreza Rural. Dessa experiência de elaboração de política pública com a participação efetiva da sociedade civil e apoio do Banco Mundial, resultou o Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF.

O PNCF é um programa de acesso à terra complementar à Reforma Agrária, que incorpora propriedades com áreas inferiores a quinze módulos fiscais e propriedades produtivas que não sejam passíveis de desapropriação. Além da compra de terras, o PNCF também financia assistência técnica e subprojetos complementares que auxiliam no estabelecimento dos empreendimentos, assim como nos investimentos iniciais necessários para melhorar a produtividade das terras recém-adquiridas.

Passados quatorze anos desde a criação dos primeiros programas de crédito fundiário e a partir do reordenamento na política de crédito fundiário no Brasil, com a criação do Programa Nacional de Crédito Fundiário em 2003, o MDA sentiu a necessidade de patrocinar uma avaliação sobre os Perfis dos Beneficiários Inadimplentes dos principais financiamentos concedidos através do Fundo de Terras e da Reforma Agrária. Em qualquer política de crédito a inadimplência é tida como um dos principais indicadores de êxito, o que motiva o questionamento sobre as causas relacionadas com a inadimplência nestes programas.

Conhecer o perfil dos inadimplentes dos principais programas de crédito fundiário permitirá aos gestores destes programas um conhecimento mais aprofundado e específico dos fatores que preponderam entre os inadimplentes. Com este conhecimento, estes gestores poderão formular estratégias e adotar mecanismos operacionais e ações nas suas políticas que visem minimizar os efeitos dos fatores preponderantes entre os inadimplentes.

Por demanda da Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SRA/MDA) foi realizado um extensivo estudo sobre os programas de crédito fundiário do Ministério: o Banco da Terra (BT) e o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) nas suas linhas ação: Combate à Pobreza Rural (CPR) e Consolidação da Agricultura Familiar (CAF). Neste trabalho, são apresentados o marco conceitual e metodológico aplicados de forma comum aos três componentes do estudo.

A linha CAF abriga aproximadamente 35 mil contratos, beneficiando perto de 45 mil famílias, com mais de 1,5 bilhão de reais investidos na aquisição de terras e em investimento básico. Na Linha CPR são mais de 2,5 mil contratos, beneficiando cerca de 46 mil famílias, com aproximadamente 300 milhões de reais investidos na aquisição de terras e perto de R\$ 500 milhões em infraestrutura comunitária. O PNCF contempla também o selo Nossa Primeira Terra (NPT/CPR e NPT/CAF), que abriga perto de 2,6 mil contratos, sob os quais cerca de 3,5 mil famílias obtiveram financiamentos que somam mais de R\$ 100 milhões. No Banco da Terra são 17.530 contratos realizados e 35.097 famílias beneficiadas (MDA, 2011).

Neste trabalho, além dos marcos conceitual e metodológico, comuns a todas as avaliações, são apresentados os resultados obtidos sobre o perfil dos inadimplentes do Programa Nacional de Crédito Fundiário, Linha de Combate à Pobreza Rural (CPR). Os resultados sobre o CAF e sobre as linhas de financiamento do Banco da Terra são apresentados em outros relatórios elaborados a partir do estudo realizado.

# ***A Inadimplência em Programas de Crédito Fundiário - O problema de pesquisa***





## 2. A Inadimplência em Programas de Crédito Fundiário – O problema de pesquisa

### 2.1. Antecedentes e Justificativa do Estudo

Para muitos autores (Condé, 2006) a origem do crédito fundiário como política pública no Brasil remonta ao Projeto de Combate à Pobreza, ou projeto piloto São José, no Ceará, implantado em 1987. O projeto, tendo por objetivo erradicar a pobreza, financiava aos pequenos produtores investimentos produtivos (e.g., casas de farinha), em infraestrutura (e.g., eletrificação) e sociais (e.g., creches). Em 1996, sob orientação e financiamento do Banco Mundial, introduziu-se no Projeto um componente de crédito fundiário denominado Reforma Agrária Solidária – São José, com o objetivo de oferecer financiamento de terras para trabalhadores rurais sem terra e minifundiários. Esse programa operou de agosto de 1996 a dezembro de 1997.

Ainda em 1997, a experiência de crédito agrário do Projeto São José foi levada ao nível federal, no Projeto Piloto de Reforma Agrária e Alívio à Pobreza, conhecido como Projeto Cédula da Terra - PCT, abrangendo os estados do Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia e norte de Minas Gerais. O PCT também contou com financiamento do Banco Mundial e foi finalizado em dezembro de 2002.

Com a aprovação da Lei Complementar No. 93, de 04/02/1998, foi criado o Programa Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra, financiado por aportes do Banco Mundial, do governo brasileiro e de outras fontes. O Banco da Terra operou de 1999 a 2003, implantando empreendimentos em 17 dos 27 estados da federação (Ramos Filho, 2008).

Segundo o MDA (2000, p.17):

*As avaliações realizadas até agora mostraram que os custos por família neste programa têm sido inferiores aos do programa tradicional, embora neste caso os agricultores tenham sempre adquirido terras produtivas e com disponibilidade de infraestrutura, enquanto no processo de desapropriação as terras precisam ser consideradas improdutivas .*

*Este instrumento permite que as famílias interessadas, reunidas em associação, selecionem e adquiram a terra de sua escolha, com crédito fundiário fornecido pelo governo através de um banco. Em seguida, elas recebem uma doação para realizar as obras de interesse coletivo. Neste sistema, o governo não toma decisões em nome dos agricultores: eles próprios tomam todas suas decisões.*

*Isto os torna mais motivados, mais “donos” do projeto, mais responsáveis pelo seu sucesso. A experiência em vários projetos no Ceará e em outros estados tem mostrado isto.*

*O governo participa de forma suplementar, de três formas: (a) fornece o crédito para aquisição de terra, a doação para as obras coletivas, e os créditos agrícolas; (b) examina a titularidade das propriedades negociadas, para evitar a aquisição de terras ilegais; e (c) acompanha a evolução do mercado de terras e assessora os interessados no processo de compra, para evitar eventuais compras de terra com preços acima do valor de mercado.*

*Sendo descentralizado e dependente de decisões dos próprios interessados, este mecanismo tem alto potencial para acelerar o processo da reforma agrária, uma vez que não depende da capacidade burocrática dos órgãos do governo. Contudo, continua a depender da disponibilidade de financiamentos governamentais, quer para o fundo de crédito fundiário, quer para os projetos de infraestrutura coletiva.*

Embora essa fosse a expressão da visão oficial em 1998, o modelo do Programa Banco da Terra e de seus antecessores tem sido bastante criticado pelos movimentos sociais dos trabalhadores sem terras e por acadêmicos (Resende e Mendonça, 2005; Ramos Filho, 2008; Guedes, 2010). A principal vertente destas críticas se manifesta contra a utilização dos mecanismos de mercado (pagamento pela terra) para acesso à terra, em

substituição ao mecanismo de desapropriação previsto na Constituição, ainda que o Programa fosse dirigido para as propriedades não passíveis de desapropriação pelo mecanismo constitucional.

O Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF reúne as ações e programas de reordenação fundiária de que trata a Lei Complementar no. 93, de 04 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto no. 4.892, de 25 de novembro de 2003, que, por intermédio de mecanismos de crédito fundiário, visam ampliar a redistribuição de terras, consolidar regimes de propriedade e uso em bases familiares, visando a sua justa distribuição.

O PNCF subdivide-se em duas linhas de financiamento adequadas a cada público: Combate a Pobreza Rural – CPR, que beneficia os trabalhadores rurais mais pobres, em especial do Semi-Árido nordestino; e Consolidação da Agricultura Familiar – CAF, que beneficia agricultores familiares sem terra ou com pouca terra.

O PNCF é executado com recursos provenientes do Fundo de Terras e da Reforma Agrária e outra parte oriunda do Orçamento Geral da União, que no caso da linha de Combate à Pobreza Rural e do adicional Nossa Primeira Terra/CPR, destina recursos para o financiamento não reembolsável dos investimentos comunitários, assim como para a capacitação, a difusão e a avaliação do programa.

Segundo o IICA(2010):

*O PNCF é executado com recursos provenientes do Fundo de Terras e da Reforma Agrária e outra parte oriunda do Orçamento Geral da União, que no caso da linha de Combate à Pobreza Rural e do adicional Nossa Primeira Terra/CPR, destina recursos para o financiamento não reembolsável dos investimentos comunitários, assim como para a capacitação, a difusão e a avaliação do programa.*

*A execução do Programa é descentralizada e de responsabilidade dos estados, com participação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag, Fetraf-Sul e Federações Estaduais de terras... é feita pelas próprias associações dos grupos de beneficiários, com mediação do Estado, as quais têm autonomia na seleção de integrantes e definição e execução dos seus projetos.*

*Considerando que desde a criação dos primeiros programas de crédito fundiário, como o Cédula da Terra em 1996, já se passaram quatorze anos, e que em 2003 houve o reordenamento na política de crédito fundiário no Brasil, com a criação do Programa Nacional de Crédito Fundiário, necessita-se, neste momento, de uma avaliação de quais são os Perfis dos Beneficiários Inadimplentes dos principais financiamentos concedidos através do Fundo de Terras e da Reforma Agrária. Visto que em qualquer política de crédito a inadimplência é tida como um dos principais motivos de êxito, o perfil dos inadimplentes dos principais programas de crédito fundiário permitirá aos gestores destes programas o conhecimento acurado e específico dos fatores que preponderam entre os inadimplentes. Com tal conhecimento os gestores do Fundo de Terras e Reforma Agrária poderão adotar mecanismos operacionais e ações nas suas políticas que visem minimizar os efeitos dos fatores preponderantes entre os inadimplentes.*

No ano de 2008 a SRA participou da articulação institucional que resultou na Lei 11.775/2008, promulgada em 17 de setembro de 2008 (Brasil, 2008), a qual autorizou novas regras, normas e condições para as dívidas agrícolas do país. Os financiamentos concedidos no âmbito do Fundo de Terras e da Reforma Agrária foram inclusos nesta Lei, sendo que interessa ao gestor do Fundo saber se houve adesão ao processo de renegociação pelos beneficiários e qual a avaliação deles sobre as condições estabelecidas na referida lei.

### **2.2. Finalidades e Condições de Acesso ao PNCF – Combate à Pobreza Rural**

O PNCF é um programa de acesso à terra complementar à Reforma Agrária, que incorpora propriedades com áreas inferiores a quinze módulos fiscais e propriedades produtivas que não sejam passíveis de desapropriação. Além da compra de terras, o PNCF também financia assistência técnica e subprojetos complementares que auxiliam no estabelecimento dos empreendimentos, assim como nos investimentos iniciais necessários para melhorar a produtividade das terras recém-adquiridas.

A Linha de Financiamento de Combate à Pobreza Rural, instituído pelo art. 6º da Medida Provisória no. 2.183-56, de 24 de agosto de 2001 e regulamentado pelo Decreto no. 6.672, de 20 de dezembro de 2008, tem por finalidade conceder aos trabalhadores rurais assentados apoio à instalação de suas famílias, implantação de infraestrutura comunitária e capacitação dos beneficiários, com vistas à consolidação social e produtiva dos assentamentos, regendo-se pelo Decreto supra mencionado e por este Regulamento.

A essa Linha de financiamento foram destinados recursos de empréstimo do Banco Mundial, conforme Resolução no. 5, de 15 de maio de 2001 do Senado Federal, que autorizou o Governo a contratar o empréstimo, estipulando que os recursos advindos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural, a ser executado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra. O aporte de recursos do Acordo de Empréstimo firmado com o Banco Mundial financiava o acesso a recursos não-reembolsáveis para os Subprojetos de Investimentos Comunitários – SIC.

Em 2008 o Acordo de Empréstimo foi finalizado. Assim o Governo brasileiro, com o objetivo de consolidar o Programa Nacional de Crédito Fundiário como política pública permanente, publicou o Decreto nº 6.672, de 02 de dezembro de 2008, que possibilita a aplicação de recursos nacionais na linha de financiamento Combate à Pobreza Rural - CPR, assegurando a continuidade do financiamento dos Subprojetos de Investimentos Comunitários – SIC de forma não reembolsável. Além disso, o Decreto nº 6.672 permitiu a expansão desta linha de financiamento para todos os estados de atuação do Programa Nacional de Crédito Fundiário e não mais apenas para as regiões Nordeste e Sul, e para o Espírito Santo e norte de Minas Gerais.

São elegíveis para acesso ao Programa, segundo MDA, 2009:

- a. Os trabalhadores rurais sem terra (assalariados permanentes ou temporários, diaristas, etc);
- b. Os produtores rurais com acesso precário à terra (arrendatários, pequenos, parceiros, meeiros, agregados, comodatários, posseiros, etc); proprietários de minifúndios, ou seja, proprietários de imóveis cuja área não alcance a dimensão da propriedade familiar;
- c. Os jovens de 16 (dezesseis) anos e menos de 18 (dezoito) que poderão acessar ao CPR, desde que devidamente emancipados, com averbação no cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais; e
- d. Os interessados com mais de 65 anos, mediante aprovação expressa dos CEDRS.

Há ainda os seguintes critérios para acesso ao Programa:

- A soma da renda familiar anual deve ser inferior a R\$ 9.000,00 (nove mil reais) e o patrimônio familiar inferior a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), não considerada a casa de moradia da família, sendo excluídos deste cálculo os membros da família aposentados rurais, desde que não beneficiários diretos do PNCF;
- A candidato, bem como seu cônjuge, não tenha sido beneficiário de quaisquer outros programas de reforma agrária (federal, estadual, municipal), incluídos o de crédito fundiário, bem como de regularização fundiária;
- A candidato não seja funcionário em órgãos públicos, autarquias, órgãos para estatais federais, estaduais, municipais, ou não estejam investidos de funções parafiscais;
- A candidato tenha, no mínimo, 5 anos de experiência com a exploração agropecuária, nos últimos 15 anos, podendo ser contabilizado o tempo destinado a escola vinculada ao meio rural (colégio agrícola, escolas agrotécnicas e Centros Familiar de Formação por Alternância – CEFFA's);
- O prazo de experiência previsto acima compreende o trabalho na atividade rural exercido até a data do pedido de empréstimo ao Fundo de Terras e da Reforma Agrária, praticado como autônomo, empregado, como integrante do grupo familiar ou como aluno de escola técnica-agrícola, inclusive similares;

- O candidato não tenha sido, nos últimos 3 (três) anos, contados a partir da data de apresentação do pedido de acesso ao Programa Nacional de Crédito Fundiário, proprietário de imóvel rural com área superior à de uma propriedade familiar;
- O candidato não seja promitente comprador ou possuidor de direito de ação e herança em imóvel rural;
- O candidato, bem como seu cônjuge, estejam dispostos a assumir o compromisso de tomar e, posteriormente, pagar o empréstimo para a aquisição de terras e, quando houver projeto de infraestrutura básica e produtiva, a aplicação dos recursos em conformidade ao projeto aprovado.

Segundo o Manual Operacional do CPR (MDA, 2009):

*O enquadramento nas condições de elegibilidade citadas acima serão comprovadas por uma autodeclaração dos candidatos ao PNCF, desde que devidamente assinada pelo candidato, seu cônjuge quando houver, bem como o representante do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e/ou da Agricultura Familiar, legalmente constituído, e, no caso de impedimento deste, à critério da UTE, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável ou Conselho similar poderá assinar a declaração, para fins de comprovação da veracidade das informações prestadas.*

A linha de financiamento CPR é composta por dois componentes básicos:

- a) Subprojeto de Aquisição de Terras – SAT: financiamento da aquisição de imóveis rurais com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, sendo estes reembolsáveis, repassados por meio de contrato de financiamento (ver Quadro 1 e Tabela 1); e
- b) Subprojeto de Investimentos Comunitários – SIC: projetos de infraestrutura básica e produtiva executados pelas associações de trabalhadores rurais com recursos da Linha de Combate à Pobreza Rural, sendo estes não reembolsáveis e não caracterizados como operação de financiamento, repassados por meio de contrato específico de transferência de recursos (Quadro 2).

Os beneficiários podem também receber bônus de inadimplência fixo, segundo o MDA (2010):

*...em função da região de localização do imóvel objeto do financiamento, devendo ser aplicado à totalidade dos encargos financeiros e do principal de cada parcela, exclusivamente, quando os pagamentos forem efetuados até os respectivos vencimentos, na forma prevista na Resolução CMN n.º 3.231, de 31 de agosto de 2004, ou outra que vier substituí-la. ... Serão concedidos acumulativamente bônus adicional de adimplência, em função da região de localização do imóvel objeto do financiamento, concedidos sobre os encargos financeiros e o principal de cada parcela referente ao valor da aquisição do imóvel, quando a aquisição se efetivar por valor inferior em 10% (dez por cento) ao valor de referência do imóvel estabelecido para cada caso, na forma prevista na Resolução CMN n.º 3.231, de 31 de agosto de 2004, ou outra que vier substituí-la. (MDA, 2010, p. 24)*

**Quadro 1: Condições do financiamento CPR, Subprojeto de Aquisição de Terras, em 2009 e 2010**

CONDIÇÃO	2009	2010
Finalidade do crédito	Aquisição do imóvel	Aquisição do imóvel
Limite de crédito	R\$ 40.000,00	R\$ 80.000,00
Obrigatoriedade de reembolso	Sim	Sim
Limitação por teto microrregional	Sim	Sim
Prazo de financiamento		
Até R\$ 15.000,00	Até 14 anos, carência de 24 meses	
Até R\$ 30.000,00		Até 17 anos, carência de 36 meses
Maior que R\$ 15.000,00	Até 17 anos, carência de 24 meses	
Maior que R\$ 30.000,00		Até 20 anos, carência de 36 meses
Garantia	Hipoteca ou alienação do imóvel coletivo	Hipoteca ou alienação do imóvel coletivo
Encargos financeiros		
Até R\$ 5.000	2% aa.	
Até R\$ 15.000		2% aa.
Entre R\$ 5.000 E R\$ 15.000	3% aa	
Entre R\$ 15.000 E R\$ 30.000		3% aa
Entre R\$ 15.000 E R\$ 25.000	4% aa	
Entre R\$ 30.000 E R\$ 50.000		4% aa
Maior que R\$ 25.000,00	5% aa	
Maior que R\$ 50.000,00		5% aa.

As regras para concessão de bônus de adimplência, vigentes em 2009 e 2010, são descritas na Tabela 1.

**Tabela 1. Percentual de bônus<sup>1</sup> fixo e adicional, na Linha CPR, em 2009 e 2010, por região do País.**

Região	2009		Região	2010	
	Bônus de Adimplência Fixo	Bônus Adicional de Adimplência pela Negociação da Terra		Bônus de Adimplência Fixo	Bônus Adicional de Adimplência pela Negociação da Terra
Semi-Árido e áreas da SUDENE (MG e ES)	40%	10%	Semi-Árido e áreas da SUDENE (MG e ES)	40%	10%
Restante da região Nordeste	30%	10%	Restante da região Nordeste	30%	
Região Norte, Centro-Oeste e Sudeste, exceto São Paulo, e áreas da SUDENE (MG e ES)	18%	5%	Regiões Centro-Oeste, Norte, Sudeste e Sul	18%	
Região Sul e São Paulo	15%	5%			

1) Em 2009, a soma dos bônus fixo e adicional de adimplência correspondia ao teto de R\$ 1.000,00; em 2010, este valor foi aumentado para R\$ 1.300,00

As condições oferecidas pelo Subprojeto de Investimento Comunitário estão descritas no Quadro 2.

**Quadro 2: Condições estabelecidas para acesso e uso de recursos do Subprojeto de Investimentos Comunitários (SICs) da Linha CPR.**

Condição	2009
FINALIDADE DO INVESTIMENTO	Instalação das famílias, implantação de infraestrutura comunitária e capacitação dos beneficiários, com vistas à consolidação social e produtiva das unidades produtivas
LIMITE DE CRÉDITO	R\$ 100.000,00
OBRIGATORIEDADE DE REEMBOLSO	Não
CONTRAPARTIDA DA ASSOCIAÇÃO	10% do valor do SIC
ACESSO A SIBs (SUBPROJETO DE INVESTIMENTO BÁSICO)	Não
ITENS NÃO CONTEMPLADOS COM RECURSOS SIC	Estradas de acesso, abastecimento de água, eletrificação e outros fora do imóvel; instalações públicas para educação, saúde e lazer; aquisição de gado e de veículos
RECURSOS ADICIONAIS AOS SUBPROJETOS SICs	Localização no Semi-Árido, melhoria ambiental (Temáticas relevantes), Selos do CPR, recursos extra-teto.

Como já se mencionou, a Linha CPR oferece ainda créditos adicionais para as chamadas Temáticas Relevantes e Selos do Programa (adicionais para públicos específicos):

- Meio Ambiente: para recuperação de passivos ambientais, recuperação de APP – Área de Preservação Permanente, e de RL - Reservas Legais, correção e conservação de solos e apoio a sistemas agroecológicos de produção.
- Convivência com o Semi-árido: Para ações de convivência com a seca, de preservação ambiental e de gestão de recursos hídricos
- Nossa Primeira Terra: para apoiar a fixação de jovens entre 18 a 28 anos
- PNFC Mulher: para apoiar mulheres tomadoras de crédito do PNFC
- Terra Negra Brasil: para grupos de comunidades negras não quilombolas e para objetivos específicos:

Existem ainda recursos adicionais extra-teto, que podem ser autorizados pelo MDA/SRA, com valor acima dos tetos microrregionais definidos por Estado, microrregião e municípios.

Os beneficiários do PNCF e de suas linhas de financiamento são parte integrante da Reforma Agrária, podendo, portanto, satisfeitas certas condições, como, por exemplo, estar adimplente com o Programa, ter acesso a outros Programas e Linhas de Crédito, entre eles: PRONAF; Minha Casa Minha Vida; Luz Para Todos, Seguro Safra, etc.

A Linha de financiamento CPR possui regras sobre critérios de elegibilidades para entrada, capacitação e mobilização inicial, seleção de imóveis, obtenção dos financiamentos SAT e SIC, acumulação com outros subprojetos ou programas (por exemplo, Pronaf A), funcionamento das associações, em geral. Há ainda a definição de todo o processo de gestão, coordenado pelas Unidades Técnicas Estaduais, com o envolvimento de diversos atores que constituem a rede de apoio aos empreendimentos beneficiários do CPR (Sindicatos, Movimentos Sociais, Extensão Pública, Conselhos Estaduais e Municipais) e Agente Financeiro (Banco do Nordeste). (MDA, 2009; MDA, 2010)

### 2.3. Questões de pesquisa

---

A inadimplência e outras formas de desempenho insatisfatório de programas de crédito e incentivo a inovação pode ocorrer em função das próprias características e normas dos programas ou da forma como são gerenciados.

Alguns fatores podem ser hipotetizados e servir de base para gerar questões orientadoras deste estudo:

- a) Existem discrepâncias entre as normas e regras dos programas de crédito e as tradições dos produtores ou com a forma como os mesmos gerenciam a aplicação dos recursos financeiros em suas atividades produtivas?
- b) As regras do programa e as datas para pagamento são conhecidas pelos tomadores do crédito? O fluxo de informação é eficiente e acessível aos beneficiários?
- c) O processo de seleção dos beneficiários é adequado e foi executado de acordo com as normas estabelecidas?
- d) Qual o impacto sobre a inadimplência de políticas de anistia e de relações clientelistas?
- e) O acesso ao PRONAF e demais políticas públicas foi adequado para proporcionar bom desempenho dos programas, sobre a qualidade dos projetos produtivos, assim como sobre a qualidade de implementação dos projetos?
- f) a qualidade do acompanhamento que os beneficiários receberam: rede de apoio, assistência técnica, organizações sociais como os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, foi satisfatória?
- g) a adesão dos beneficiários ao processo de renegociação de dívidas autorizado pela Lei 11.775/2008 e ao processo de regularização, premissa para a renegociação, foi satisfatório?
- h) qual a adesão e seu impacto sobre a inadimplência do processo de individualização dos contratos autorizado pela Lei 11.775/2008?



# ***Objetivos do Estudo***





### 3. Objetivos do Estudo

O estudo teve como propósito traçar um perfil dos beneficiários inadimplentes do Programa Banco da Terra e das linhas CAF e CPR, do Programa Nacional de Crédito Fundiário, determinando as causas associadas a essa situação indesejada.

Consistiu em um abrangente processo de avaliação de desempenho comparativo do Fundo de Terras e Reforma Agrária, composto por um conjunto de variáveis que influenciam o comportamento dos tomadores de crédito desses programas de financiamento.

O principal produto do estudo é o conhecimento dos fatores intrínsecos e extrínsecos associados à inadimplência nos financiamentos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, para definir estratégias de aprimoramento destas políticas de desenvolvimento setorial.

A pesquisa teve como objetivos específicos analisar os seguintes pontos:

- Qualidade dos fatores de capacidade produtiva dos empreendimentos, como a qualidade da terra, acesso e qualidade da água;
- Acesso às políticas públicas, como o acesso ao Pronaf A (crédito de investimento econômico-produtivo) e análise sobre a qualidade dos projetos produtivos, assim como a situação geográfica dos empreendimentos e sua distância dos mercados;
- Fatores que levam à formação do capital social e níveis de organização das comunidades na qual os entrevistados residam;
- Qualidade de vida dos beneficiários como acesso à educação, saúde e transportes. Situação da infraestrutura social nos empreendimentos como casa, banheiro, luz e água;
- Qualidade de implementação dos Projetos sob a ótica dos beneficiários. Análise sobre a qualidade do acompanhamento que os beneficiários receberam: rede de apoio, assistência técnica, organizações sociais como os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e outras;
- Adesão dos beneficiários ao processo de renegociação de dívidas autorizado pela Lei 11.775/2008. Nos projetos coletivos interessava avaliar o processo de regularização, que é uma premissa para a renegociação. Nos projetos coletivos também interessava avaliar a adesão ao processo de individualização dos contratos autorizado pela Lei 11.775/2008.



# ***Marco Conceitual e Metodológico***





## 4. Marco Conceitual e Metodológico

### 4.1. Marco Conceitual

---

O objetivo final de um programa de capitalização de produtores rurais é a adoção de inovações, principal fator de promoção de desenvolvimento social e econômico. O financiamento para a capitalização das comunidades rurais é uma forma de criar condições econômicas para que a inovação ocorra, e como consequência o desenvolvimento social e econômico.

Inovação é definida neste estudo como qualquer mudança de natureza tecnológica ou gerencial, adotada pelos produtores rurais, que aperfeiçoe o trabalho e a renda destes produtores.

Esta mudança pode ser a simples adoção de implementos já adotados por outros pequenos produtores, mas ainda desconhecida do grupo social adotante. Ou técnicas simples de planejamento, que este grupo não utilizava em sua atividade produtiva.

O estudo consiste em um abrangente processo de avaliação de desempenho comparativo do Fundo de Terras e Reforma Agrária, ou seja, as duas linhas do PNCF e do Banco da Terra, a partir de um conjunto de variáveis interferentes no comportamento dos tomadores de crédito desses programas de financiamento. Alguns destes fatores foram discutidos em artigos como os de Mota (1997), Schmitz e Mota (2007) e podem ser agrupados da seguinte forma (Galjart, 1971):

- a) fatores culturais e atitudinais dos beneficiários (o querer fazer);
- b) fatores referentes a conhecimento e capacitação dos beneficiários (o saber fazer);
- c) fatores relacionados com o entorno componente da realidade destes beneficiários (o poder fazer);
- d) fatores relacionados com a adequação e gerencia dos programas de financiamento.

A estruturação do estudo de avaliação dentro desse marco lógico tem a vantagem de proporcionar respostas que definem diferentes tipos e naturezas de ações corretivas posteriores, caso determinadas causas possam ser identificadas em cada um desses grupos. Ademais, a avaliação de variáveis em cada um deles demanda estratégias metodológicas distintas, com formas de abordagens metodológicas específicas para cada caso, em função das particularidades que apresentam.

Estas particularidades e suas implicações sobre a estratégia metodológica da avaliação são examinadas na sequência, confrontando-as com os objetivos específicos do estudo.

#### 4.1.1. Fatores culturais e atitudinais dos beneficiários (o querer fazer)

---

Os mutuários/beneficiários de um programa de crédito (ou seja, os beneficiários da ação dos programas em avaliação) tomam suas decisões baseados em valores e crenças que em muitos casos governam as suas atitudes frente à inovação e aos instrumentos de incentivo a inovação, como é o caso do crédito para financiamento de suas atividades. Assim, determinados comportamentos frente a estes mecanismos de desenvolvimento podem ser explicados sob a égide do Querer, ou seja, a atitude positiva ou negativa frente a determinado mecanismo de desenvolvimento é governada por uma crença ou valor do produtor.

Exemplificando esse conceito, um alto percentual concentrado de inadimplência em um programa de financiamentos, como o encontrado em determinadas regiões, poderia ser explicado pela crença individual e/ou coletiva que o “recurso do financiamento é uma contribuição a fundo perdido do Estado para o produtor ou para as comunidades” e não deve ser pago.

O estudo da adoção de inovações em comunidades de baixo perfil de educação tem revelado que crenças e valores podem representar fortes obstáculos ao sucesso da difusão de inovações no setor rural e dos programas de estímulo a inovação, como os atuais programas de crédito avaliados.

Na coleta de informação primária a ser conduzida pela metodologia aplicada, será avaliada a influência dos valores e crenças dos mutuários/beneficiários inadimplentes dos Programas em relação a sua condição de inadimplência.

### **4.1.2. Fatores referentes a conhecimento e capacitação dos mutuários/beneficiários (o saber fazer)**

---

Outro conjunto de fatores inibidores da inovação e que pode influenciar de forma negativa um programa de crédito direcionado para essa finalidade é o conhecimento e a capacidade de inovar do beneficiário, aqui representado por Saber fazer. Neste caso, estão envolvidos os fatores de capacidades e habilidades pessoais dos produtores e de suas famílias, para gerenciar e para executar as tarefas dos processos produtivos relacionadas com o financiamento obtido.

A inadequada capacidade dos tomadores de crédito é um fator de insucesso da inovação no meio rural e um possível fator de inadimplência dos tomadores de financiamento. Por essa razão, a metodologia deve abranger o levantamento das capacidades dos tomadores do crédito na execução e gerência das suas atividades produtivas e nas suas relações com os mercados de insumos e de produtos, e da influência desses fatores na inadimplência dos programas de crédito avaliados.

Os resultados dessa avaliação podem indicar possíveis estratégias de capacitação de mutuários/beneficiários (e de mão de obra auxiliar) em alguns temas sensíveis, como forma de melhoria do retorno dos valores financiados.

### **4.1.3. Fatores relacionados com o entorno componente da realidade destes beneficiários (o poder fazer)**

---

O entorno social, econômico e ambiental exerce forte influência sobre a inovação. Fatores relativos à qualidade natural dos empreendimentos, como a qualidade da terra, e o acesso à água; fatores que levam à formação do capital social e níveis de organização das comunidades nas quais os entrevistados residam; a situação geográfica dos empreendimentos e sua distância dos mercados e logística de escoamento; a qualidade de vida dos beneficiários, como acesso à educação, saúde e transportes; a situação da infraestrutura social nos empreendimentos como casa, banheiro, luz e água são alguns dos fatores do entorno que influenciam a capacidade do produtor rural em inovar, ou seja, o Poder fazer.

Obviamente, muito dos insucessos em programas de incentivo a inovação (e por analogia, ao desempenho deficiente de programas de crédito associados a inovação) são causados por múltiplas influências desses fatores do entorno. Identificar precisamente tais fatores pode constituir-se em referência para a formulação de políticas públicas complementares aos programas de financiamento (ou mesmo readequação dos fundamentos e normas desses programas) para aliviar as limitações encontradas e desta forma reduzir a inadimplência.

A implicação decorrente desse conjunto de fatores sobre a formulação da metodologia incide na necessidade de inclusão nos instrumentos de coleta de informação primária de uma avaliação da influência desses fatores de entorno social, econômico e ambiental na inadimplência e na inovação.

#### **4.1.4. Fatores relacionados com a adequação e gerência da execução dos programas de financiamento**

---

A inadimplência e outras formas de reduzido desempenho de programas de crédito e incentivo a inovação podem ocorrer em função das próprias características e normas dos programas ou da forma como são gerenciados.

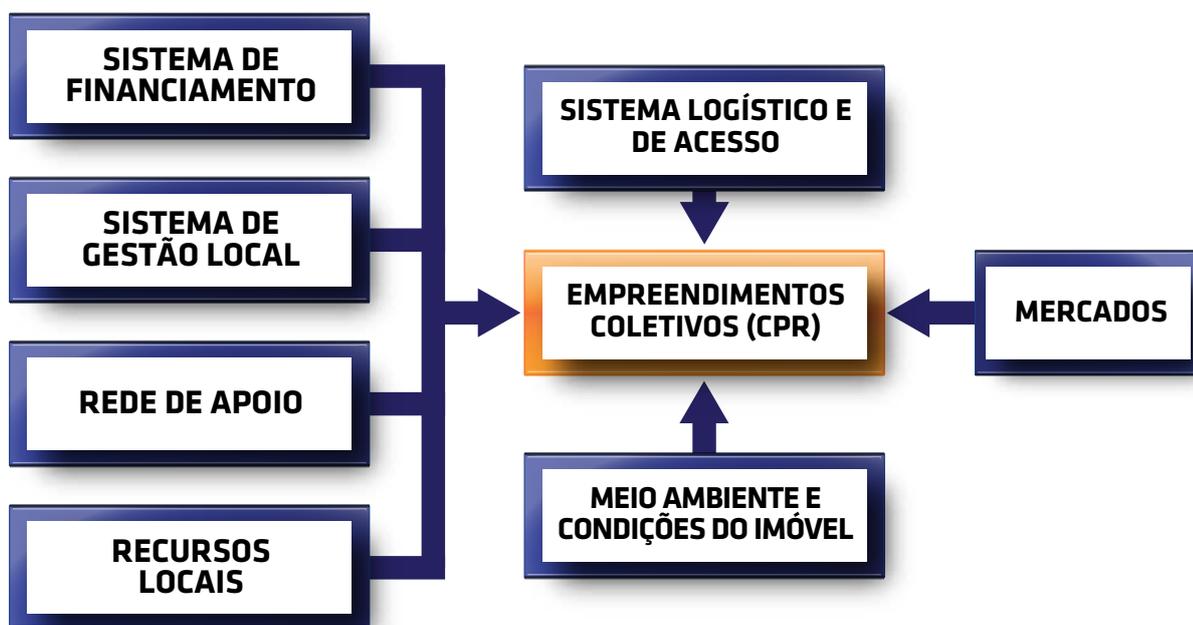
Frequentemente, as normas e regras dos programas de crédito colidem com as tradições dos produtores ou com a forma como os mesmos gerenciam a aplicação dos recursos financeiros em suas atividades produtivas. Muitos desconhecem as regras do programa e as datas para pagamento, por falta de um fluxo de informação eficiente. Há casos de empréstimos feitos a pessoas não enquadráveis como agricultores familiares. Há relatos de relações clientelistas em determinadas regiões onde a inadimplência é alta e de casos de políticas de anistia que reforçam a inadimplência nessas regiões (MAGALHÃES, R. & ABRAMOVAY, 2006)

Para estabelecer a influência desses fatores sobre a inadimplência, foram empregados instrumentos de coleta de informação secundária e primária sobre o acesso dos agricultores às políticas públicas, como o Pronaf A (crédito de investimento econômico-produtivo); sobre a qualidade dos projetos produtivos, assim como sobre a qualidade de implementação dos projetos sob a ótica dos beneficiários. Essa análise incluiu a reflexão sobre a qualidade do acompanhamento que os beneficiários receberam: rede de apoio, assistência técnica, organizações sociais como os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, etc. Baseou-se ainda em estudos diretamente relacionados ao PNCF e, particularmente, ao Subprograma CPR – no presente trabalho – sobre o perfil de entrada no Programa e no Subprograma (MDA, 2007a, 2007b); sobre qualidade de vida no campo (Sparovek, 2005), sobre metodologias desenvolvidas em outras avaliações (MDA, 2007c) - e em manuais operativos e bases de dados fornecidas pelo MDA/SRA.

Também foi considerada a análise da adesão dos beneficiários ao processo de renegociação de dívidas autorizado pela Lei 11.775/2008. Nos projetos coletivos foi avaliado o processo de regularização, premissa para a renegociação. Nos projetos coletivos também se avaliou a adesão ao processo de individualização dos contratos autorizado pela Lei 11.775/2008.

Analisando a questão da inadimplência por uma perspectiva sistêmica, pode-se afirmar que as dimensões de querer, saber e poder, propostas por Galjart (1971), originam-se em sistemas sócio-econômicos que interagem, condicionando, favorecendo ou restringindo o desempenho dos beneficiários do Crédito Fundiário. Esta associação entre os fatores que explicam a inovação e a ação dos sistemas envolvidos permite a formulação de modelo conceitual das relações entre estes sistemas e o desempenho resultante, permitindo, além disto, a especificação mais adequada das variáveis envolvidas.

Este modelo é apresentado na Figura 1. No centro desta Figura, estão os empreendimentos operados pelos beneficiários (e o seu desempenho, que também se relaciona à sua condição de inadimplência ou de adimplência), e são apresentadas as relações destes sistemas com os demais, que os influenciam. É possível hipotetizar relações entre os sistemas de influência (por exemplo, entre sistemas de financiamento e de gestão local), mas como estas relações serão pouco focalizadas no presente trabalho, e o modelo apresentado é uma ferramenta para compreender as influências sobre inadimplência, estas outras relações não foram identificadas na Figura 1.



**Figura 1: Modelo Sistêmico de Influências sobre o desempenho de empreendimentos coletivos do PNCF**

Todos os sistemas apresentados nesta Figura, à exceção dos empreendimentos (individuais ou coletivos) operados pelos beneficiários, fazem parte do ambiente destes últimos, e influenciam fortemente o seu desempenho. A compreensão destas influências é extremamente relevante para o desenho da presente pesquisa. Neste ambiente, os sistemas estão relacionados às dimensões de poder, propostas por Galjart (1971); as dimensões de saber e querer, por sua vez, estão relacionadas aos próprios empreendimentos (no caso, empreendimentos coletivos CPR), na proposta daquele autor.

Uma breve descrição destes sistemas pode tornar um pouco mais claras as prováveis influências sobre inadimplência, originadas em todos estes sistemas (inclusive o de empreendimentos individuais ou coletivos):

- Meio ambiente onde os sistemas produtivos operam: estes sistemas naturais oferecem condições que favorecem ou limitam a qualidade de vida e de trabalho, dos beneficiários; recursos naturais (água, solos, fauna, flora), base para a vida humana e para a exploração agropecuária, são ofertados por estes sistemas.
- Mercado a que os empreendimentos atendem: a renda obtida por estes sistemas é, em parte, resultante de venda de produtos e serviços para estes mercados. A relação entre mercados e empreendimentos (formas, acesso, produção a eles destinada) pode apresentar-se de tal forma a favorecer uma melhor eficiência destes sistemas (e, portanto, uma maior probabilidade de adimplência), ou vice-versa.
- Sistemas de financiamento (linhas de crédito): estes sistemas estabelecem as condições de elegibilidade e de crédito, para os beneficiários; e fornecem capital aos seus empreendimentos.
- Sistemas de gestão locais: estes sistemas divulgam os programas de crédito fundiário, orientam a formulação da proposta, verificam as condições do imóvel, monitoram a execução dos projetos de financiamento, aprovam mudanças em contratos; fornecem algumas das condições de apoio ao sucesso destes projetos (por exemplo, por meio de habilitação de empresas para capacitação inicial de beneficiários potenciais e de assistência técnica a beneficiários aprovados).

- Rede de apoio: sistema formado por sindicatos, ONGs, movimentos sociais, organizações de ATER e similares, que realizam a mobilização inicial de potenciais beneficiários e avaliam a demanda por terra, deste grupo de atores. Embora não tenha um papel formal, durante a execução do projeto, sua atuação pode também ocorrer durante este período, pela própria natureza destas organizações. Por esta razão, podem ser importante influência sobre a adimplência dos beneficiários.
- Recursos locais: conjunto de sistemas que garantem serviços de diversas naturezas, tanto para a qualidade de vida dos beneficiários como para o desempenho dos seus empreendimentos (água, luz, escolas, atendimento de saúde, telefone, assistência técnica).
- Sistemas de logística e acesso: sistemas que permitem acesso à propriedade e desta às vias de escoamento de sua produção;
- Empreendimentos operados pelos beneficiários: são em princípio sistemas orientados à produção agropecuária (embora outras atividades econômicas possam ocorrer, dentro dos imóveis financiados) e à obtenção de renda.

Dentro destes sistemas (empreendimentos individuais ou coletivos), são importantes influências as características dos beneficiários e de suas famílias, e as atividades econômicas escolhidas. Uma característica destes sistemas consiste no capital social emergente das interações entre os atores envolvidos.

A variável de interesse para esta pesquisa (adimplência/inadimplência) é resultante da operação destes sistemas e das influências dos demais sistemas já descritos.

Os sistemas sócio-econômicos apresentados na Figura 1 podem ser descritos por diferentes variáveis, conforme mostrado no Quadro 3. Há ainda outras variáveis que caracterizam empreendimentos coletivos, organizados por meio de associações (pessoas jurídicas), variáveis estas apresentadas no Quadro 4.

**Quadro 3: Categorias de variáveis e variáveis componentes em instrumentos dedicados à levantamento de dados junto aos empreendimentos beneficiários de crédito fundiário**

SISTEMA SÓCIO-ECONÔMICO RELACIONADO À INADIMPLÊNCIA	CATEGORIAS DE VARIÁVEIS	VARIÁVEIS COMPONENTES (EXEMPLOS)
Meio Ambiente	Características agro-ecológicas do imóvel financiado	Características: tamanho, fontes de águas disponíveis para consumo humano, animal e de plantios; qualidade de solos
Mercados a que atende	Relações com mercados atendidos	Destino da produção, quantidades vendidas, vendas diretas/intermediadas, preços recebidos, compradores principais, demandas dos compradores
Sistemas de financiamento	Características do financiamento assumido	Características: valor inicial, saldo devedor atual, preço da terra anterior e atual, parcelas vencidas, características de gestão do financiamento; Se inadimplente: impactos sobre a inadimplência; Renegociação do financiamento (Lei 11.775): conhecimento da Lei, adesão à Lei, satisfação com renegociação; Se não renegociou: razões da decisão; satisfação com a decisão;
Rede de apoio	Suporte social aos beneficiários	Disponibilidade, frequência, qualidade, e confiabilidade de diversos serviços recebidos de sindicato, Assistência Técnica, outras fontes, principalmente: 1) facilitação de acesso ao crédito; 2) articulação entre atores envolvidos no processo de financiamento; 3) capacitação inicial sobre o financiamento; 4) orientação técnica para o projeto agropecuário.

SISTEMA SÓCIO-ECONÔMICO RELACIONADO À INADIMPLÊNCIA	CATEGORIAS DE VARIÁVEIS	VARIÁVEIS COMPONENTES (EXEMPLOS)
Recursos locais	Serviços públicos	Disponibilidade de serviços de água, luz, telefone, esgoto, saúde, escola, transporte e condições destes serviços (por exemplo, distância do imóvel até postos de saúde, escolas, facilidade de transporte);
Sistema de logística e acesso	Infraestrutura e Transporte	Principais vias utilizadas, condições de estradas vicinais e principais, distância até o mercado, forma de transporte utilizada, dificuldades de acesso a fontes de fornecimento de insumos, serviços e mercados.
Empreendimento operado pelo beneficiário	Identificação e caracterização do Beneficiário	Sexo, idade, etnia, escolaridade, ocupação, responsabilidade pelo domicílio (chefia da família), patrimônio anterior e atual, condição de adimplência
	Características dos moradores do domicílio	Adultos e crianças: Sexo, idade, escolaridade, ocupação, parentesco com o beneficiário;
	Características do imóvel onde exerce sua atividade econômica	Localização: região, Estado, município, região de convivência com a seca, endereço, distância da sede do município; Infraestrutura existente no imóvel (antes e depois do financiamento) etc.): moradia; armazenamento de água; armazenamento da produção agrícola/animal; área para produção animal/vegetal; Escolha do imóvel: orientação recebida, razão da escolha, avaliação sobre escolha.
	Caracterização da produção rural e seu desempenho	Características: Tempo de exploração neste imóvel, tipo de exploração, experiência anterior com cada tipo de exploração atual; área destinada a cada tipo de exploração; Gestão da produção atual: responsabilidade, capacitação, atividades de gestão ; Desempenho: gastos anuais com a exploração; produção anual, desempenho de cada exploração; Usos da produção: auto-consumo, segurança alimentar da família durante o ano, venda
	Caracterização da renda familiar	Rendas de atividades econômicas (agropecuárias ou de outra natureza); indicadores indiretos de rendimento; renda familiar anterior e atual.
	Participação em outros programas sociais	Identificação de programas, situação de adimplência em outros programa, razões para inadimplência;
	Custos fixos mensais do imóvel e do domicílio;	Identificação de custos fixos: dívida do crédito fundiário e/ou de outros programas sociais, serviços de água, luz, telefone, alimentação, vestíário, transporte, escola
	Capital Social	Fontes de apoio para atividades requeridas pelo empreendimento, participação em decisões comunitárias e sua implementação, intercâmbio de experiências (em gestão, comercialização, produção, educação dos filhos, etc.)
	Percepção sobre inadimplência/adimplência	Influências sobre a condição atual (inadimplência/adimplência): Renda, orientação recebida, exemplos de outros inadimplentes, outras dívidas, etc.
	Qualidade de vida antes do financiamento e no presente	Habitação, renda, escola, transporte, acesso a bens de consumo, alimentação, saúde, acesso a serviços (água, luz, telefone, esgoto).

**Quadro 4: Categorias de variáveis e variáveis componentes em instrumentos dedicados à levantamento de dados sobre associações e seu funcionamento.**

CATEGORIAS DE VARIÁVEIS	VARIÁVEIS COMPONENTES (EXEMPLOS)
Características da associação	Número de famílias no presente, tempo de formação, situação de adimplência/inadimplência da associação, valor inicial do financiamento total, saldo devedor global atual
Mudanças na composição de beneficiários.	Número de famílias quando da formação da associação, desvinculação da associação (número e razões), entrantes após a formação, venda de imóvel (quantos, quando, a que preço), impactos de mudanças sobre a atuação da associação
Papéis da associação	Escolha do imóvel, articulação com outros atores (Rede de apoio, UTEs, Banco, MDA), negociação com vendedores, agilização de processos de financiamento, compra coletiva de insumos, venda da produção, obtenção de assistência técnica, organização de frentes de benfeitorias coletivas (mutirões), orientação aos associados, capacitação dos associados em temas específicos); desempenho da associação nestes papéis, organização da produção e da gestão coletivas, estratégias para garantir adimplência.
Formas de mobilização de associados	Eventos, graus de participação em discussões e em decisões (que decisões), participação em trabalhos comunitários (grau de participação, frequência destes trabalhos), motivos para não-participação;
Participação de outros atores em reuniões e decisões da associação	Tipo de atores, tipo de participação, influencia sobre decisões, avaliação da interação com outros atores do CF, dificuldades encontradas
Condição de adimplência de associados.	Razões para a condição (em geral); Avaliação de caso de beneficiário inadimplente vinculado à associação

## 4.2. Metodologia

No presente trabalho, a estratégia metodológica adotada baseou-se na aplicação de técnicas de coleta, processamento, análise e síntese de informação secundária e primária a partir da análise diagnóstica sistêmica do desempenho passado e presente do sistema estudado.

O **sistema** considerado é o universo de empreendimentos beneficiários dos Programas Banco da Terra e das linhas CAF e CPR, do Programa Nacional de Crédito Fundiário, principalmente o segmento de beneficiários inadimplentes. O desempenho do sistema é definido como a taxa de restituição dos financiamentos (taxa de adimplência ou inadimplência do Programa).

Foram aplicadas no estudo técnicas de análise de sistemas e de modelagem, de indução de criatividade e participação.

A maior parte do esforço na execução da metodologia foi aplicada na coleta de informação primária e secundária. Tal esforço contemplou a coleta de informação já disponível (informação secundária), de forma a constituir um acervo de informação sobre o desempenho do sistema estudado. Essa base permitiu a determinação dos vazios de informação, ou seja, da informação não disponível para responder as questões propostas no estudo. Esse conhecimento foi usado para formular a estratégia de coleta de informação primária (informação coletada junto aos beneficiários e conhecedores do Programa) e para formular os mecanismos e instrumentos de coleta de informação.

Na sequência, a execução da metodologia é detalhada por etapas, em ordem cronológica.

#### **4.2.1. Execução da Metodologia e Respectivos Produtos**

---

A execução da metodologia foi realizada em quatro etapas; cada etapa envolveu um conjunto de atividades, com uma média de três atividades por etapa. Estas etapas e atividades são descritas a seguir.

##### **ETAPA 1: Desenvolvimento e redação do Plano de Trabalho**

*Atividade 1.1 - Levantamento inicial de informação secundária:* esta atividade envolveu a busca de informações no Brasil, sobre o sistema estudado e indicadores socioeconômicos de desempenho do financiamento da agricultura familiar, com foco nos Programas objeto da avaliação. O levantamento cobriu fontes de informação escrita e eletrônica, constituídas por relatórios, estudos técnicos, artigos técnicos-científicos e leis e normas técnicas sobre o financiamento da agricultura familiar, a inovação induzida no sistema e sobre desempenho de programas de financiamento na agricultura familiar. Foram recuperadas e analisadas as bases de dados da Secretaria de Reordenamento Agrário sobre o avanço dos programas de financiamento nos Estados alvo da pesquisa.

*Produto desta atividade:* base de informação quantitativa disponível sobre os programas de crédito fundiário do MDA.

*Atividade 1.2: Modelagem dos sistemas envolvidos, Programas Banco da Terra e das Linhas CAF e CPR:* A partir do conhecimento obtido durante a coleta de informação secundária, foi construído um modelo inicial dos sistemas envolvidos, com todos os seus componentes, e a identificação de variáveis que atuam sobre o desempenho (adimplência/inadimplência) do sistema de empreendimentos beneficiários. Este modelo preliminar foi usado para orientar o detalhamento do projeto de estudo e os focos, métodos específicos e instrumentos de pesquisa a construir, com indicações de possíveis conteúdos.

*Produto desta atividade:* modelo do sistema construído, o qual foi aplicado na formulação do Plano de Trabalho de estudo.

*Atividade 1.3: Elaboração de Plano de Trabalho detalhado:* O Plano de Trabalho foi desenvolvido a partir da proposta inicialmente aprovada, tendo como base a informação consolidada nas atividades 1.1 e 1.2. Corresponde ao principal instrumento institucional de planejamento e de gestão de atividades e esforços do estudo e elemento de grande importância para direcionamento dos resultados esperados. Contem, de forma detalhada, a descrição dos produtos e planejamento técnico das ações desenvolvidas.

*Produto desta atividade:* Plano de Trabalho desenvolvido e apresentado em documento específico, a partir do modelo e das informações levantadas nas demais atividades.

##### **ETAPA 2: Construção e validação de instrumentos de coleta de informação primária**

*Atividade 2.1: Aperfeiçoamento do modelo conceitual por meio de entrevistas:* Consistiu na realização de entrevistas com aplicação de formulários semi-estruturados a especialistas (conhecedores-chave ou informantes-chave) em financiamento e desenvolvimento da agricultura familiar, para obtenção de informação sobre temas técnicos específicos ou para validação de conceitos e instrumentos desenvolvidos no trabalho. Além da sua particular experiência e reputação em um desses campos de trabalho, estes especialistas foram selecionados pelo seu envolvimento e experiência com os Programas de crédito fundiário, o Banco da Terra, CPR e CAF.

As entrevistas foram conduzidas pela equipe técnica executora do estudo. Para tornar o conhecimento mais abrangente, as entrevistas foram aplicadas na coordenação central dos Programas, a SRA/MDA, a técnicos das diversas áreas de coordenação da Secretaria, e nas Unidades Técnicas Estaduais (UTES) do MDA, nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso, Goiás, Rio Grande do Norte, Piauí e Maranhão, estados alvo do estudo.

Nestes estados foram também entrevistados profissionais da assistência técnica e extensão rural pública (EMATER) e privada, que tiveram envolvimento técnico e gerencial com os programas de crédito fundiário.

Foram elaborados roteiros de entrevista e as questões levantadas foram orientadoras da elaboração dos formulários posteriormente utilizados no levantamento de informação junto aos produtores familiares beneficiários dos programas de crédito fundiário.

As entrevistas foram analisadas e seus resultados permitiram uma primeira aproximação sobre os fatores causais da inadimplência no Programas avaliados.

*Produto desta atividade:* modelo conceitual aperfeiçoado e detalhado, de relações entre fatores causais e inadimplência.

*Atividade 2.2: Elaboração de formulários, validação e capacitação da equipe de aplicação em campo.* O survey se caracteriza pela aplicação de um instrumento de pesquisa, geralmente um questionário ou, como no presente estudo, um formulário de entrevista com questões preferencialmente fechadas a uma amostra estatisticamente representativa de determinado universo de indivíduos.

Além da definição da amostra, a qualidade da informação obtida depende da elaboração de um formulário que cubra todos os temas pertinentes para a consecução dos resultados planejados e que seja aplicado de forma eficaz. Para garantir a obtenção de qualidade de informação os instrumentos de pesquisa foram elaborados em versões sucessivas, sendo aprimorados a partir de sessões de críticas e revisões. Parte dessa revisão foi feita submetendo-se as versões preliminares dos quatro formulários elaborados (Empreendimentos Coletivos CPR, Empreendimentos Coletivos BT, Empreendimentos Individuais BT, Empreendimentos Individuais CAF) à equipe técnica da SRA/MDA para análise e sugestões, que constaram de modificação de questões, alterações em sequências e inclusão de novas questões, e incorporando-se as sugestões negociadas em reuniões de consolidação dos instrumentos.

Preparada as versões preliminares dos quatro instrumentos (protótipos de formulários de entrevista) estes passaram por uma validação formal (teste de campo), com a participação da equipe de aplicadores. Esta validação foi realizada em um dos municípios onde o Programa está em execução: Formosa, em Goiás. A partir dos resultados desse evento, foram incorporadas as mudanças demandadas pelo resultado da pesquisa piloto e produzidas as versões finais dos formulários. O formulário específico utilizado para a Linha CPR é apresentado no Anexo 1.

*Produto desta atividade:* instrumentos de levantamento de informação primária validados e ajustados.

### **ETAPA 3: Coleta de informação primária junto aos beneficiários amostrados**

*Atividade 3.1: Survey:* Consistiu de levantamento de campo junto à amostra representativa do universo estudado (ou seja, empreendimentos beneficiários dos Programas Banco da Terra e das Linhas CAF e CPR), sobre características do sistema e seu desempenho, e sobre a influência do entorno do sistema nesse desempenho. Este levantamento utilizou os formulários validados para cada Programa, como roteiros de entrevistas estruturadas com representantes de cada empreendimento.

O uso de cada um desses formulários de entrevista variou de estado a estado, sendo realizado de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo órgão contratante, o MDA. Como Estados alvo da pesquisa foram indicados os Estados do Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte no Nordeste; Goiás e Mato Grosso no Centro Oeste; e Paraná e Rio Grande do Sul, na Região Sul.

Ao revisar a base de dados sobre beneficiários adimplentes e inadimplentes, identificou-se que a amostragem definida pelo Contratante pode ser considerada uma amostragem por conglomerado em múltiplos estágios, o primeiro deles sendo a de Estados alcançados pelos Programas de Crédito Fundiário. O tamanho da amos-

tra foi determinado pelo Contratante do Projeto, o MDA, que também indicou o número de entrevistas por Programas, Estados e Municípios. Desta amostragem previamente estabelecida, no entanto, só constavam empreendimentos inadimplentes.

A consultoria sugeriu então a amostragem de pequeno grupo de empreendimentos adimplentes, que deveria servir como um grupo de controle, para as análises realizadas com os empreendimentos inadimplentes (foco do presente estudo). Para tanto, em cada estado/linha/tipo de contrato, determinou-se um total de um terço de inadimplentes, como número aproximado para o grupo de adimplentes em contratos *coletivos*; e um total de um quarto de inadimplentes, como número aproximado para o grupo de adimplentes em contratos *individuais*. A distribuição completa de inadimplentes e adimplentes, por Estado, linha de crédito e tipo de contrato é apresentada na Tabela 2.

Embora a amostra programada de inadimplentes correspondesse a 270 amostrados (60 em contratos coletivos e 210 em contratos individuais), o total de entrevistas – no caso dos contratos coletivos inadimplentes – correspondeu a 118 entrevistas (em 59 empreendimentos), pois foram ouvidos, em cada associação, um representante da diretoria, e um associado sorteado aleatoriamente. Assim, o total de entrevistas programadas correspondeu a 401 entrevistas, sendo 330 delas referentes a inadimplentes, e 71 ao grupo de adimplentes.

No total, foram realizadas 410 entrevistas. Deste total, 121 correspondiam a empreendimentos adimplentes e inadimplentes na Linha CPR, 48 aplicadas no Estado do Maranhão, 38 no Estado do Piauí, e 35, no Rio Grande do Norte.

O segundo estágio da amostragem consistiu na identificação de municípios, nos Estados selecionados, que participariam da amostra; a escolha destes municípios foi feita por probabilidade proporcional ao tamanho (isto é, ao total de inadimplentes em cada município). A razão para esta seleção foi exatamente identificar atributos do beneficiário inadimplente em municípios onde esta condição ocorre em maior quantidade (o que pode indicar a influência de variáveis fortemente vinculadas ao próprio município). Este procedimento de seleção da amostra visou aumentar sua representatividade e a eficiência da coleta, e tornar mais fácil a reposição de entrevistados selecionados, em caso de recusa, endereço incorreto, etc.

Finalmente, em cada município amostrado os empreendimentos nas diversas categorias (individual, coletivo, adimplentes e inadimplentes) foram selecionados por sorteio, dentre as listas fornecidas pelo MDA de empreendimentos financiados, sendo a amostra composta por um número proporcional ao total de empreendimentos nos municípios selecionados.

Na ocorrência de não ser encontrado o entrevistado inicialmente selecionado, o entrevistador aplicou as seguintes regras de substituição:

- Buscar o seu vizinho mais próximo, nas mesmas condições em relação ao pagamento do financiamento (adimplente ou inadimplente).
- No caso da não existência dessa alternativa no mesmo município, buscar um entrevistado DE MESMA CATEGORIA (adimplente/ inadimplente e mesmo Programa - CPR, BT ou CAF) no município vizinho, dentro da relação de municípios fornecida pela Coordenação.

O levantamento foi realizado na maioria dos casos por duplas de aplicadores, constituídas por um pesquisador de campo e por um ajudante de pesquisa (nível médio).

**Tabela 2: Número de beneficiários adimplentes e inadimplentes entrevistados, por programa de crédito (BT, CAF, CPR), estado selecionado, e tipo de empreendimento (coletivo ou individual)**

PROGRAMA	ESTADOS	Empreendimentos Inadimplentes		Empreendimentos adimplentes		TOTAL GERAL DE ENTREVISTAS REALIZADAS
		Coletivo	Individual	Coletivo	Individual	
BT	GO	10	20	1	7	48
	PR	0	81	0	21	102
	Total parcial BT	10	101	1	28	150
CAF	MT	0	47	0	15	62
	RS	0	59	0	18	77
	Total parcial CAF	0	106	0	33	139
CPR	MA	19	0	10	0	48
	PI	15	0	8	0	38
	RN	15	0	5	0	35
		49	0	23	0	121
Número de entrevistados por tipo de empreendimento (coletivo ou individual)		2	1	1	1	
Número de entrevistados no Programa CPR		98	0	23	0	121
Total de empreendimentos adimplentes e inadimplentes		59	207	24	61	351
Total de entrevistas em empreendimentos adimplentes e inadimplentes		118	207	24	61	410

Para realizar esta coleta, foi importante também a definição de plano de logística, visando a otimização de rotas para realização do levantamento.

*Produto desta atividade:* Coleta de dados estruturados realizada pronta para ser incorporada a bancos de dados do estudo.

*Atividade 3.2: Diagnóstico Rural Rápido (RRA):* Esta técnica de pesquisa, oriunda de Universidades e organizações de desenvolvimento europeias, é empregada para coleta de informação qualitativa sobre percepções de atores e geração de conhecimento quando a representatividade estatística não é uma questão preponderante. No presente trabalho, foi aplicada para elucidação de temas adjacentes às questões centrais do estudo, sobre as quais a percepção dos entrevistados seja relevante e as questões sejam comuns a conjuntos de produtores (por exemplo, qualidade da logística e da infraestrutura disponível para apoiar a produção, adequação das escolhas de alternativas de produção pelos produtores, qualidade dos projetos e da assistência técnica recebida pelos produtores, etc.).

O RRA é aplicado por diversas técnicas, como questões abertas, diagramas, cronogramas, métodos de escores para priorização e suas ferramentas são aplicadas de acordo com a natureza da informação a coletar.

*Produto desta atividade:* Coleta de informação primária qualitativa realizada.

#### **ETAPA 4: Análise de Dados e Redação de Relatórios**

*Atividade 4.1: Processamento e análise da informação. Banco de dados:* A informação coletada foi processada para bancos de dados eletrônicos por digitadores preparados para a atividade. Foi elaborado um Manual do Digitador e realizado um treinamento prévio para os digitadores, baseado nesse Manual.

Para cada um dos quatro formulários existentes, foi criada uma planilha Excel específica, que estabelece uma relação direta entre os formulários preenchidos e o trabalho de digitação. Esta planilha define ainda a estrutura e organização dos bancos de dados e as variáveis derivadas das perguntas dos formulários.

Em cada planilha havia instruções sobre variáveis criadas e saltos (isto é, condições em que é permitido “saltar um conjunto de questões especificadas”, a depender de uma resposta a uma questão anterior a este conjunto). Os saltos foram checados pelo digitador e se existiam respostas faltando (isto é, que NÃO deveriam ser saltadas), havia uma instrução específica de procedimento.

A informação organizada em bancos eletrônicos de dados foi em seguida submetida a análise estatística.

Além das informações coletadas por formulários estruturados, a informação resultante do Diagnóstico Rural Rápido também foi analisada, por métodos adequados a este tipo de informação (por exemplo, análise de conteúdo, Bardin (1977)).

*Produto desta atividade:* análises estatísticas (descritivas e inferenciais) e qualitativas realizadas e síntese dos resultados obtidos.

*Atividade 4.2: Divulgação e Debate dos Resultados do Estudo e de Recomendações Propostas:* Esta divulgação e debate ocorreu durante o IV Seminário do PNCF, realizado em Brasília, em novembro/dezembro de 2011. Deste Seminário participaram beneficiários, representantes das UTEs e da rede de apoio (Fetraf, Contag, agentes financeiros, de assistência técnica) e do MDA. Envolveu a apresentação dos resultados dos estudos, da proposição de políticas, e a discussão sobre sua implementação. Por isto, esta reunião foi realizada após a conclusão da análise da informação secundária e primária.

*Produto desta atividade:* Análise dos dados validada e ajustada, estratégias para o desenvolvimento definidas.

**Atividade 4.3: Publicação de Relatórios Finais:** A partir das atividades anteriores desta etapa, foi feita a redação e publicação destes relatórios. Foram elaborados três documentos (para o caso do Banco da Terra, e para as linhas de crédito CAF e CPR, do PNCF). Estes relatórios, incluindo o presente documento, apresentam o marco conceitual e metodológico utilizado, o relato da pesquisa em campo, seus resultados e as estratégias sugeridas para o aperfeiçoamento de cada Programa.

*Produto desta atividade:* Publicação de relatório final sobre o perfil dos inadimplentes, no Programa CPR.

# ***Resultados***





## 5. Resultados

Os resultados a seguir são apresentados, sempre, comparando empreendimentos adimplentes e inadimplentes que participaram deste estudo, e de medidas adequadas a sua análise descritiva (número de respostas, de empreendimentos, de entrevistas; medidas de tendência central, como médias e desvios-padrões).

No geral, estas medidas permitem a comparação dos dois grupos, embora esta comparabilidade seja reduzida em questões que investigam subgrupos de associados, dentro dos empreendimentos, reduzindo a amostra inicial, em questões seguintes e relacionadas a estes subgrupos. Por exemplo, se existe um grupo que produza arroz, as questões seguintes (área de produção total e por associado, quantidade de produção de arroz) estarão trabalhando com um número de adimplentes (e de inadimplentes) em geral inferior ao número total, correspondente ao número de adimplentes e inadimplentes que tenham esta produção.

Também é necessário alertar o leitor para uma peculiaridade dos dados obtidos, em relação aos inadimplentes. No caso, observa-se que pela regra de amostragem, para todo empreendimento inadimplente do CPR, se entrevistava dois representantes (o Presidente e um associado). O número de respostas, neste caso (o "n"), corresponde ao número de entrevistas; o número de empreendimentos equivale a este número, dividido por dois. No entanto, todas as demais medidas (percentuais, médias e desvios-padrões), estarão se referindo a uma característica dos empreendimentos.

### 5.1. Descrição Geral da Amostra

O conjunto de empreendimentos adimplentes e inadimplentes, por Estado, é apresentado na Tabela 3. Aí se pode verificar que este conjunto esteve muito próximo da amostragem inicialmente proposta pelo estudo.

A amostragem previa entrevistar dois beneficiários em cada empreendimento inadimplente, sendo um deles o Presidente, e o segundo, um associado. No caso de empreendimentos adimplentes, estava prevista apenas uma entrevista por empreendimento.

**Tabela 3: Número de entrevistados por Estado, por empreendimentos adimplentes e inadimplentes da Linha CPR**

Estado	Empreendimentos Adimplentes	Empreendimentos Inadimplentes	Totais
Maranhão	10	38	48
Piauí	8	30	38
Rio Grande do Norte	5	30	35
Total	23	98	121

A Tabela 4 apresenta entrevistas realizadas com empreendimentos adimplentes e inadimplentes, por Estado e por município. As diferenças observadas em número de entrevistas com adimplentes e inadimplentes, em cada município, são resultantes das proporções estabelecidas na amostragem e também da distribuição destas categorias, em cada município amostrado.

Uma variável que pode diferenciar empreendimentos adimplentes dos inadimplentes é sua distância à Sede do seu município. Quando se consideram todos os empreendimentos CPR, independentes do Estado, então se observa uma distância média até a sede do município ligeiramente superior, para inadimplentes (25,09 km) do que para empreendimentos adimplentes (23,09 km).

A dispersão em torno da média é similar, ligeiramente superior no caso de inadimplentes. No entanto, é improvável que uma diferença tão pequena possa ser importante, na identificação do perfil do inadimplente na Linha CPR.

Para uma melhor compreensão destes dados, a Tabela 5 apresenta estatísticas relativas à distância dos empreendimentos amostrados à Sede do seu município, para os três Estados, e conforme a situação de adimplência dos empreendimentos. Destes dados não emergem diferenças consistentes, entre adimplentes e inadimplentes, em relação a esta distancia.

**Tabela 4: Entrevistas realizadas, por Estado e Município, por situação de adimplência**

Estado	Município	Adimplentes	Inadimplentes
Maranhão	Caxias	4	10
	Codó	3	11
	Vargem Grande	3	17
	SUB-TOTAL	10	38
Piauí	Barras		4
	Cocal	2	10
	Palmeiras		6
	Piracuruca	2	4
	S. João do Piauí	4	6
	SUB-TOTAL	8	30
R.Grande do Norte	Assú	3	6
	Baraúna	2	8
	Ipanguaçú		6
	Mossoró		10
	SUB-TOTAL	5	30

**Tabela 5: Distância entre os empreendimentos e a sede do seu município, em kms.**

Estados	Adimplentes						Inadimplentes					
	n	mínimo	máximo	amplitude	média	desvio padrão	n	mínimo	máximo	amplitude	média	desvio padrão
Maranhão	9	8	60	52	31,78	18,94	33	3	73	70	27,12	19,74
Piauí	8	3	30	27	14,12	10,23	29	4	65	61	25,55	21,12
R.Grande do Norte	5	3	52	49	21,80	20,62	24	6	45	39	21,75	12,22
Todos os Estados	22	3	60	57	23,09	17,77	86	3	73	70	25,09	18,4

Assim, enquanto distância média ligeiramente maior é observada para empreendimentos adimplentes, no Maranhão, o oposto se verifica no Piauí, enquanto que no Rio Grande do Norte empreendimentos adimplentes e inadimplentes enfrentam distâncias muito similares, até a Sede do seu município. Aparentemente, portan-

to, somente no Piauí se observa valores, desta distância, que podem estar relacionadas à inadimplência. A distância média, considerando todos os estados, é bastante similar, para empreendimentos adimplentes e inadimplentes.

Observe-se que menor distância até a sede do município pode ter diferentes implicações, para a questão de adimplência ou inadimplência:

- Primeiro, menor dificuldade para obtenção de apoio (por meio de contatos com o Sindicato, com assistência técnica, ou outros atores) e orientação, para superação de dificuldades, especialmente na produção agropecuária;
- Maior acesso a fornecedores de insumos para a produção agropecuária (animal ou vegetal);
- Maior acesso a um mercado para comercialização de produtos agropecuários;
- Maior acesso a outros recursos financeiros, pelo trabalho fora do empreendimento.

As três primeiras implicações se relacionam à produção agropecuária, e a última, à obtenção de recursos financeiros, em substituição ou adição aos ganhos da produção agropecuária. Nos dados observados na Tabela 5, apenas no Piauí os inadimplentes teriam maior distância que os adimplentes, até a sede de seu município e, portanto, mais dificuldade de acesso a apoio, insumos, mercados e recursos financeiros de outras fontes externas.

No entanto, a distância até a sede do município (embora seja um indicador de acesso a mercados potenciais), pode não ser muito relevante, se o mercado não estiver localizado na sede do município. Esta questão é melhor investigada na seção sobre comercialização da produção agropecuária.

Para os efeitos de descrição de diferenças entre adimplentes e inadimplentes, no presente estudo, considera-se não haver diferenças relevantes entre estes, no que se refere à distância da sede do município, e que possam explicar a condição de inadimplência do empreendimento.

## 5.2. Caracterização do Empreendimento

---

Cada empreendimento amostrado foi caracterizado pelo estudo, em termos de:

- a) Área, usos feitos da área, e formalização da reserva legal;
- b) Qualidade dos solos e topografia;
- c) Qualidade e disponibilidade de água, no imóvel;
- d) Infraestrutura existente no imóvel.

Esta caracterização atende aos objetivos específicos 1<sup>1</sup> e 3 e corresponde a fatores relativos ao poder, na concepção de Galjart (1971). No modelo apresentado anteriormente na Figura 1, esta caracterização se relaciona aos ecossistemas (meio ambiente) e ao próprio empreendimento em análise.

1) 1. Analisar a qualidade dos fatores de capacidade produtiva dos empreendimentos, como a qualidade da terra, acesso e qualidade da água;

2. Analisar o acesso às políticas públicas, como o acesso ao Pronaf A (crédito de investimento econômico-produtivo) e análise sobre a qualidade dos projetos produtivos, assim como a situação geográfica dos empreendimentos e sua distância dos mercados;

3. Analisar os fatores que levam à formação do capital social e níveis de organização das comunidades na qual os entrevistados residam;

4. Analisar a qualidade de vida dos beneficiários como acesso à educação, saúde e transportes. Situação da infraestrutura social nos empreendimentos como casa, banheiro, luz e água;

5. Analisar a qualidade de implementação dos Projetos sob a ótica dos beneficiários. Análise sobre a qualidade do acompanhamento que os beneficiários receberam: rede de apoio, assistência técnica, organizações sociais como os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e outras;

6. Analisar a adesão dos beneficiários ao processo de renegociação de dívidas autorizado pela Lei 11.775/2008. Nos projetos coletivos interessa avaliar o processo de regularização que é uma premissa para a renegociação. Nos projetos coletivos também interessa avaliar a adesão ao processo de individualização dos contratos autorizado pela Lei 11.775/2008.

### 5.2.1. Áreas, Usos, Formalização da Reserva Legal

A Tabela 6 apresenta comparações entre empreendimentos adimplentes e inadimplentes, em termos de áreas, uso que se faz das mesmas (plantação, criação, extrativismo), produtos retirados de área de reserva legal, e formalização desta área em cartório.

Estes dados indicam que os empreendimentos inadimplentes operam em imóveis de tamanho total bastante inferior aos adimplentes, embora a área por associado seja, em média, muito similar. As áreas com plantação e criação são também de tamanho menor, para os inadimplentes; em compensação, as áreas de floresta aparecem como bem maiores, para este grupo. O oposto se verifica para a área de reserva legal: superior para os adimplentes, o que é coerente com o tamanho maior destas propriedades.

A reserva legal foi registrada em cartório, segundo 34,78% dos entrevistados em empreendimentos adimplentes, e segundo 46,94% de entrevistados em empreendimentos inadimplentes.

43% dos empreendimentos adimplentes declararam que os beneficiários retiram produtos desta reserva, em geral frutos e madeira. Carvão não foi declarado por nenhum entrevistado de empreendimento adimplente, como sendo retirado da reserva legal; frutas e caça são produtos retirados desta área, segundo cerca de 5% destes entrevistados. Uma proporção de quase 10% declarou a retirada de outros produtos. Entre estes, estão alguns produtos nativos, como babaçu, pequi, buriti, mas também plantas cultivadas (banana, coco, manga, arroz e legumes). Em resposta a esta questão, oito entrevistados declararam fazer roça, e alguns, “roça no toco” e “coivara”<sup>2</sup>.

**Tabela 6: Caracterização do empreendimento, em termos de áreas e seus usos, e de formalização de área de reserva legal**

Variáveis	Adimplentes (N=23)				Inadimplentes (N=98)			
	n	% (Sim)	Média	DP	n	% (Sim)	Média	DP
Área total do imóvel (em ha)	20		440,17	322,28	77		383,57	233,04
Área por associado (em ha)	14		19,98	8,75	57		20,94	12
Área com plantação e criação, no imóvel (em ha)	22		33,7	63,09	73		28,91	64,45
Área de floresta (em ha)	10		31,84	58,97	41		53,54	138,64
Área de reserva legal (em ha)	17		74,44	67,89	45		65,08	95,73
Retirada de produtos da reserva legal	10	43,48			42	42,86		
Tipo de produto retirado da reserva legal: Frutas	4	17,39			9	9,18		
Tipo de produto retirado da reserva legal: Caça	1	4,35			11	11,22		
Tipo de produto retirado da reserva legal: Lenha	1	4,35			12	12,24		
Tipo de produto retirado da reserva legal: Madeira	5	21,74			17	17,35		
Tipo de produto retirado da reserva legal: Carvão	0	0,00			7	7,14		
Tipo de produto retirado da reserva legal: Outro.	2	8,70			16	16,33		
Registro da reserva legal em cartório	8	34,78			46	46,94		

E como estão os empreendimentos inadimplentes, em relação à retirada de produtos, da área de reserva legal? Eles retiram menos frutas e madeira, do que os adimplentes, mas em compensação, retiram também muito mais caça e lenha, e ainda uma proporção não desprezível (7%) declarou a retirada de carvão. Em relação a ou-

2) Segundo Siminski e Fantini (2007),

“O sistema de cultivo utilizado por pequenos agricultores, chamado de pousio, roça-de-toco ou coivara, constitui uma tradição milenar da maioria das populações indígenas, sendo assimilada pelas populações remanescentes de processos de colonização (ADAMS, 2000; OLIVEIRA, 2002). Esse modelo é descrito por diversos autores e ocorre de modo semelhante em diferentes partes do mundo, sendo particularmente comum na zona das florestas tropicais e subtropicais. ... O sistema é baseado na derrubada e queima da vegetação, seguindo-se um período de cultivo e, após o declínio da fertilidade do solo, um período de pousio para restauração da fertilidade”. (Siminski e Fantini, 2007, pp. 690-691)

tros produtos, há uma proporção maior de entrevistados em empreendimentos inadimplentes que declaram a retirada de outros produtos, além dos apresentados pelos entrevistadores, e também, uma maior diversidade destes produtos<sup>3</sup>.

Em termos de diferenças entre os dois tipos de empreendimentos (adimplentes e inadimplentes), estes dados revelam mais similaridades entre estes, o que significa que estas variáveis provavelmente não são influências relevantes para a inadimplência, considerando o conjunto da amostra.

Investigou-se se as áreas seriam diferentes, para inadimplentes e adimplentes, por Estado. Estes resultados são apresentados na Tabela 7.

**Tabela 7: Caracterização do empreendimento, em termos de áreas e seus usos, em empreendimentos adimplentes e inadimplentes da Linha CPR, por Estado**

Estado	Situação	Estatística	Área total do imóvel (em ha)	Área por associado (em ha)	Área com plantação e criação, no imóvel (em ha)	Área de floresta (em ha)	Área de reserva legal (em ha)
Maranhão	Adimplentes	n	10	3	10	2	8
		Média	534,9	22	49,6		87,375
		DP	294,83	9,85	88,99		73,2
	Inadimplentes	n	32	8	25	9	17
		Média	523,94	23,37	38,66		77,05
		DP	184,22	15,1	67,34		137,66
Piauí	Adimplentes	n	6	7	7	4	6
		Média	492,35	21,86	5,86	0,75	78,17
		DP	364,53	9,69	5,9	1,5	76,34
	Inadimplentes	n	23	24	23	17	19
		Média	366,16	24,08	6,52	0,11	66,46
		DP	206,03	13,44	6,03	0,48	67,46
Rio Grande do Norte	Adimplentes	n	4	4	5	4	3
		Média	125,05	15,175	41,2	78,85	32,48
		DP	88,27	6,04	31,09	74,28	13,75
	Inadimplentes	n	22	25	25	15	9
		Média	197,61	17,14	39,76	146,2	39,52
		DP	188,12	8,33	84,81	201,02	34,91

Maranhão e Piauí apresentam áreas totais, por associado, de floresta e de reserva legal sem diferenças relevantes. Os dois estados diferem do Rio Grande do Norte, que apresenta áreas totais, por associado e de reserva legal, menores que os primeiros, e área de floresta maior do que estes. Em relação à área com plantação e criação, esta é destacadamente menor no Piauí do que no Maranhão e no Rio Grande do Norte.

3) Os empreendimentos adimplentes retiram banana, mel, babaçu; e fazem roça e roça no toco. Os empreendimentos inadimplentes criam/plantam arroz e legumes, abelhas, animais, banana, babaçu, bacuri, buriti, caça, coco, madeira, palha, pequi, talo de coco; e fazem roça e roça no toco.

### 5.2.2. Qualidade dos solos e topografia

---

No Brasil, as políticas e programas de acesso a terra compartilham a premissa de que a exploração pecuária ou agrícola da propriedade é central, ao sucesso mesmo da política. Por exemplo, segundo Cordeiro (2009):

*[No caso de Reforma Agrária, a]... legislação agrária federal pressupõe a entrega de lotes para a família e também assume que a família irá viver a partir da renda obtida com o trabalho agrícola. O lote é propriedade da União, sendo o INCRA o guardião desta. Há uma concessão de uso até ser realizado o processo de emancipação do assentamento, o que significa dizer que os assentados possuem apenas o direito de uso (plantio) no lote, ou seja, não há propriedade legal sobre o lote até um período determinado após a ocupação. Tanto a concessão de uso quando o título de domínio estabelecem que o beneficiário da reforma agrária deve explorar diretamente a terra, com a ajuda de seu núcleo familiar, mesmo que por meio de cooperativa, em um prazo de dez anos (Lei nº. 8629/1993). (Cordeiro, 2009, p. 555).*

Entre os fatores que podem frustrar ou restringir o uso do imóvel na produção agrícola ou pecuária estão a qualidade e a topografia dos solos, assim como a qualidade e disponibilidade de água, em cada empreendimento. Estes fatores serão analisados a seguir, em sua relação com adimplência/inadimplência dos empreendimentos.

A Tabela 8 apresenta as informações levantadas, junto a empreendimentos coletivos da Linha CPR, em relação a variáveis que funcionam como indicadores destes fatores, no presente estudo.

Entre os fatores favoráveis à exploração agrícola que caracteriza os empreendimentos adimplentes, 74% dos entrevistados afirmam que eles estão em terras férteis (ainda que em menor proporção do que a observada para os inadimplentes), em terrenos planos ou com declives suaves; apresentam proporção maior de poços artesianos e maior suficiência de água para consumo humano e animal. Por outro lado, estes empreendimentos apresentam em maior proporção que os inadimplentes, solos ácidos ou com pedras.

Já os empreendimentos inadimplentes, em comparação com os adimplentes, apresentam como características favoráveis a fertilidade de seus solos e a presença de água. Como aspectos desfavoráveis, estão em terrenos ondulados ou montanhosos, com substancialmente maior erosão, fonte de água fora do imóvel para 6% dos empreendimentos (o que não ocorre com os adimplentes).

Observe-se que a variável poço artesiano – presente, segundo os dados, em proporção maior, em empreendimentos adimplentes – foi inserida na análise pela constatação de sua presença, na fala espontânea dos entrevistados. No entanto, nem todos os entrevistados devem ter emitido informação a este respeito, e os valores encontrados, portanto, não permitem uma comparação precisa da presença deste artefato, nos diferentes empreendimentos.

Os demais fatores considerados (existência de areia no terreno, e compactação das terras), ocorrem em proporções similares, tanto em empreendimentos adimplentes como inadimplentes.

Para as variáveis que apresentam maior diferença entre adimplentes e inadimplentes, na Tabela 8, foi realizada uma análise diferenciada por Estado. Esta análise é apresentada na Tabela 8a.

**Tabela 8: Indicadores de qualidade dos solos e sua topografia, e de qualidade e disponibilidade de água, em empreendimentos adimplentes e inadimplentes da Linha CPR**

Variáveis	Adimplentes (n=23)		Inadimplentes (n=98)	
	n	% Sim	n	% Sim
<b>Qualidade dos solos e topografia</b>				
Terras férteis	17	73,91	83	84,69
Existência de pedras no terreno	16	69,57	65	66,33
Existência de areia no terreno	13	56,52	54	55,10
Terras ácidas	15	65,22	60	61,22
Presença de água no terreno	12	52,17	55	56,12
Presença de erosão no terreno	3	13,04	38	38,78
Compactação das terras	11	47,83	46	46,94
Terreno plano	16	69,57	55	56,12
Terreno com declive suave	4	17,39	9	9,18
Terreno ondulado	11	47,83	54	55,10
Terreno montanhoso	5	21,74	30	30,61
<b>Qualidade e disponibilidade de água</b>				
Fonte de água no imóvel	23	100,00	95	96,94
Fonte de água fora do imóvel	0	0,00	6	6,12
Poço artesiano *	5	21,74	16	16,33
Suficiência da água que abastece o imóvel para o consumo humano e animal	15	65,22	59	60,20

\* Variável emergente da fala dos entrevistados; não constava do conjunto de variáveis consideradas na entrevista.

Estes resultados indicam algumas diferenças, entre adimplentes e inadimplentes, como segue:

- a) Comparando apenas os empreendimentos inadimplentes nos três Estados:
  - a. Maranhão apresenta a maior proporção destes empreendimentos em terras férteis e sem erosão, seguido por Rio Grande do Norte e por Piauí;
  - b. o Rio Grande do Norte tem maior proporção de empreendimentos inadimplentes em terras de baixa acidez, seguido por Maranhão e Piauí;
  - c. Maranhão apresenta maior proporção de inadimplentes em terrenos planos, seguido por Piauí e Rio Grande do Norte.
- b) No Maranhão, encontra-se maior proporção de empreendimentos inadimplentes com terras férteis, e de terras de baixa acidez, quando comparados aos adimplentes;
- c) No Piauí, encontra-se menor proporção de terras sem erosão, em relação aos adimplentes do mesmo Estado;
- d) No Rio Grande do Norte, há maior proporção de empreendimentos inadimplentes com terras férteis, de baixa acidez, e menor proporção de terras sem erosão e/ou em terrenos planos, do que em empreendimentos adimplentes deste Estado.

**Tabela 8a: Características dos solos e da infraestrutura, por Estado e situação (adimplente/Inadimplente), em empreendimentos CPR.**

Proporção (%) de Terras Férteis		
ESTADO	Adimplentes (n=17)	Inadimplentes (n=83)
MA	35,29	39,76
PI	41,18	27,71
RN	23,53	32,53
Proporção (%) de Terras de Baixa Acidez		
ESTADO	Adimplentes (n=8)	Inadimplentes (n=33)
MA	25,00	33,33
PI	50,00	18,18
RN	25,00	48,48
Proporção (%) de Terras Sem Erosão		
ESTADO	Adimplentes (n=19)	Inadimplentes (n=59)
MA	47,37	37,29
PI	26,32	28,81
RN	26,32	33,90
Proporção (%) de Terras em Terrenos Planos		
ESTADO	Adimplentes (n=16)	Inadimplentes (n=55)
MA	43,75	40,00
PI	37,50	38,18
RN	18,75	21,82

Estes resultados indicam que os solos de empreendimentos inadimplentes do Rio Grande do Norte apresentam características mais favoráveis à exploração agrícola do que as dos outros dois Estados. Em segundo lugar, em características favoráveis para a exploração agrícola em empreendimentos inadimplentes, aparece o Maranhão e em terceiro, o Piauí.

As Tabelas 9 e 10 tratam de analisar dois indicadores relativos à qualidade da água – proteção para fonte no imóvel, e qualidade da água para consumo humano e animal - em cada empreendimento, medidos em escalas.

Em relação à proteção para fonte de água no imóvel, tanto adimplentes como inadimplentes declaram em maior proporção a presença de outra proteção (diferente da alternativa “mata ao redor da fonte”). Inadimplentes apresentaram esta resposta em proporção maior do que os empreendimentos adimplentes; seu conteúdo consta, na maioria dos casos, tanto para adimplentes como para inadimplentes, de proteções tipo cerca (ou cercado, ou cerca de arame, etc.); mata ao redor da fonte é apresentada como proteção usada em proporção similar, pelos diferentes tipos de empreendimento; e proporção não desprezível (e, no caso, superior para os adimplentes), declara que nenhuma proteção é utilizada.

**Tabela 9: Tipo de proteção utilizada para fonte de água presente no imóvel, em empreendimentos adimplentes e inadimplentes da Linha CPR**

VARIÁVEL	Valores da escala	Adimplentes		Inadimplentes	
		n	%	n	%
Proteção para fonte no imóvel	0=Nenhuma	8	34,78	24	24,49
	1=Mata ao redor da fonte	5	21,74	22	22,45
	2=Outra	10	43,48	51	52,04

**Tabela 10: Qualidade da água que abastece o imóvel, para consumo humano e animal, em empreendimentos adimplentes e inadimplentes da Linha CPR.**

VARIÁVEL	Valores da escala	Adimplentes		Inadimplentes	
		n	%	n	%
Qualidade da água que abastece o imóvel	0=Ruim	1	4,35	16	16,33
	1=Boa, se tratada	10	43,48	44	44,90
	2=Excelente	12	52,17	37	37,76

Quanto à qualidade da água que abastece o imóvel, uma proporção maior de empreendimentos inadimplentes apresenta uma avaliação desta água como “ruim”; por outro lado, uma proporção bem maior de empreendimentos adimplentes declara a presença de água de excelente qualidade, no abastecimento do imóvel.

Deste conjunto de variáveis, a proteção para fonte no imóvel representa uma influência positiva para a adimplência, o oposto se verificando para a variável qualidade da água. Esta influência, de qualquer modo, se dá por via indireta, pela facilidade ou dificuldade que a presença/ausência destas condições oferece, para a produção agropecuária.

### 5.2.3. Infraestrutura existente no imóvel

A infraestrutura existente no imóvel pode ser um fator de facilitação ou de restrição ao sucesso do empreendimento, pois de um lado, a presença e o estado de moradias pode influenciar a qualidade de vida dos beneficiários, sua fixação à terra e sua motivação para trabalhar pelo sucesso do empreendimento, contribuindo assim, ainda que de forma indireta, para que este aconteça.

Por outro lado, a disponibilidade de artefatos para o armazenamento de água ou de produção agrícola, a existência de cercas e estradas internas – ou ainda outras infraestruturas, não consideradas no roteiro de entrevista - podem ser influências importantes e diretas para a produção agrícola ou animal. No CPR, os empreendimentos são coletivos; portanto, cabe também investigar que proporção dos associados se beneficia das infraestruturas existentes.

A Tabela 11 apresenta informações (frequência de respostas, proporção de empreendimentos que declararam possuir a infraestrutura, médias e desvios padrões) levantadas junto a empreendimentos adimplentes e inadimplentes, sobre estas variáveis. A Tabela 12 apresenta três das variáveis constantes da Tabela 11, com os valores de escala que apresentam.

Observe-se que os valores apresentados nestas Tabelas indicam que tanto empreendimentos adimplentes como inadimplentes contam com infraestrutura aquém do desejável. Os maiores valores encontrados são para

a presença de banheiros (cerca de 56%, para ambos os tipos de empreendimentos), conclusão da casa (para 52, 17% dos empreendimentos adimplentes). Outras infraestruturas também aparecem com valores mais altos (60,87% para adimplentes; 55 % para inadimplentes), mas neste caso, este valor contempla infraestruturas de diversas naturezas, como se verá a seguir.

**Tabela 11: Infraestrutura existente em empreendimentos adimplentes e inadimplentes da Linha CPR**

VARIÁVEL	Adimplentes (n=23)				Inadimplentes (n=98)			
	n	% Sim	Média	DP	n	% Sim	Média	DP
Construção da casa	23		1,26	0,86	97		1,14	0,87
Banheiro (vaso e chuveiro)	13	56,52			55	56,12		
Armazenamento de água	4	17,39			20	20,41		
Armazéns, silos ou depósitos para a produção agrícola	7	30,43			22	22,45		
Cercas	23		1	0,74	97		0,84	0,81
Estradas ou carreadores internos, no empreendimento	23		0,96	0,77	54		0,57	0,54
Outra infraestrutura no imóvel, para plantação ou criação	14	60,87			62	63,27		

A análise das informações apresentadas nas Tabelas 11 e 12 indica que adimplentes e inadimplentes são similares, em infraestrutura, apenas em relação à situação de banheiros em sua residência, em que aproximadamente 56%, nos dois casos, afirmam contar com esta facilidade, em sua residência. Empreendimentos inadimplentes apresentam-se como mais preocupados com a questão de armazenamento de água, para o que contam com maior estrutura do que os empreendimentos adimplentes; esta preocupação é consistente com as avaliações feitas, na seção anterior, com respeito a qualidade e disponibilidade de água nestes empreendimentos inadimplentes.

**Tabela 12: Frequência e percentual de respostas em relação aos subtotais de empreendimentos adimplentes e inadimplentes do CPR, para a situação atual de construção da casa, de cercas e de estradas e carreadores internos no empreendimento.**

VARIÁVEL	Estatística	Adimplentes (n=23)			Inadimplentes (n=98)		
		0=Não realizada	1=Parcial	2=Concluída	0=Não realizada	1=Parcial	2=Concluída
Construção da casa	n	6	5	12	31	22	45
	%	26,09	21,74	52,17	31,63	22,45	45,92
Cercas	n	6	11	6	41	32	25
	%	26,09	47,83	26,09	41,84	32,65	25,51
Estradas e carreadores internos	n	7	10	6	44	52	2
	%	30,43	43,48	26,09	44,90	53,06	2,04

Os empreendimentos inadimplentes apresentam-se com maior vulnerabilidade em relação a armazenagem de produção agrícola, cercas, estradas e carreadores internos. A diferença destes empreendimentos com os adimplentes é bastante visível, na tabela 12, em termos de construção de cercas (41,84% não realizada, versus 26,09, em empreendimentos adimplentes), e de estradas e carreadores internos, necessários à comunicação entre beneficiários e ao transporte em geral (44,90% não realizada, para inadimplentes, versus 30,43%, para adimplentes).

Ainda em relação a esta infraestrutura (para armazenamento da produção agrícola), foram investigadas as possíveis diferenças entre os três Estados, como se apresenta na Tabela 12a. Estes resultados mostram que o Rio Grande do Norte detém maior proporção deste tipo de infraestrutura, tanto em termos de empreendimentos adimplentes como inadimplentes, em comparação com Maranhão e Piauí, que por sua vez, apresentam resultados similares entre si. Comparando empreendimentos adimplentes e inadimplentes do Rio Grande do Norte, verifica-se neste Estado que menor proporção dos empreendimentos inadimplentes possuem capacidade de armazenamento, quanto comparados aos adimplentes, embora a diferença em percentual seja também pequena.

**Tabela 12a: Proporção (%) de empreendimentos adimplentes e inadimplentes com armazéns, silos ou depósitos para a produção agropecuária, Linha CPR, por Estado**

ESTADO	Adimplentes (n=7)	Inadimplentes (n=22)
MA	28,57	36,36
PI	28,57	22,73
RN	42,86	40,91

A Tabela 13 lista outras infraestruturas declaradas pelos entrevistados – além das constantes no roteiro de entrevista - referentes ao empreendimento de que fazem parte, e a Tabela 14 apresenta os valores de escalas, para a variável associados atendidos por estas outras infraestruturas. Observe-se que nem todos os entrevistados responderam a esta questão aberta, e por isto é menor o número de entrevistados, em relação às questões anteriores.

**Tabela 13: Outras infraestruturas declaradas por empreendimentos adimplentes e inadimplentes da Linha CPR.**

Outra infraestrutura declarada pelos empreendimentos	Adimplentes (n=14)	Inadimplentes (n=54)
Aprisco, chiqueiro para ovelhas	1	8
Cercados, cercados para galinhas	2	
Chiqueiro	1	10
Curral	2	19
Estábulos	1	1
Casa de farinha	9	22
Casa de mel		2
Usinas de beneficiamento de arroz, usinas de arroz, casa de arroz	5	8
Forageira (depósito para)	1	1
Bomba elétrica para irrigação, irrigação	1	1
Açude		1
Materiais para extração (centrifuga)		1
Galpão para adubos e ferramentas	1	
Sub-total de outra infraestrutura	24	74
Média de outras infraestruturas por empreendimento	1,71	1,37

Empreendimentos adimplentes dedicam maior esforço à construção de casas de farinha e usinas de beneficiamento de arroz; os inadimplentes focalizam uma maior diversidade de infraestruturas, priorizando também as casas de farinha e as usinas de arroz, mas agregando currais, chiqueiros e apriscos, como relevantes. Sobressai destes dados uma possível maior preocupação dos inadimplentes com a produção animal, o que poderá ser confirmado quando da análise deste tipo de exploração.

As infraestruturas apontadas pelos empreendimentos parecem ter destinação mais coletiva do que individual nos empreendimentos adimplentes, em comparação com os inadimplentes, como se apresenta na Tabela 14; no entanto, esta diferença é pequena, quando se somam os percentuais dos pontos 2 e 3 da escala (resultando em 90,74% de atendimento de associados, para inadimplentes, e 92,85%, para adimplentes).

**Tabela 14: Proporção de associados atendidos por outra infraestrutura, em empreendimentos adimplentes e inadimplentes da Linha CPR**

VARIÁVEL	Estatística	Adimplentes			Inadimplentes		
		1=Atende a poucos	2=Atende a maior parte	3=Atende a todos	1=Atende a poucos	2=Atende a maior parte	3=Atende a todos
Associados atendidos pela infraestrutura	n	1	1	12	5	7	42
	%	7,14	7,14	85,71	9,26	12,96	77,78

### 5.3. Caracterização da Produção Rural

Como já mencionado, uma premissa de programas de acesso à terra é o seu uso, pelos beneficiários, para a exploração agrícola e/ou pecuária. Nesta seção, são examinados os seguintes aspectos destas explorações:

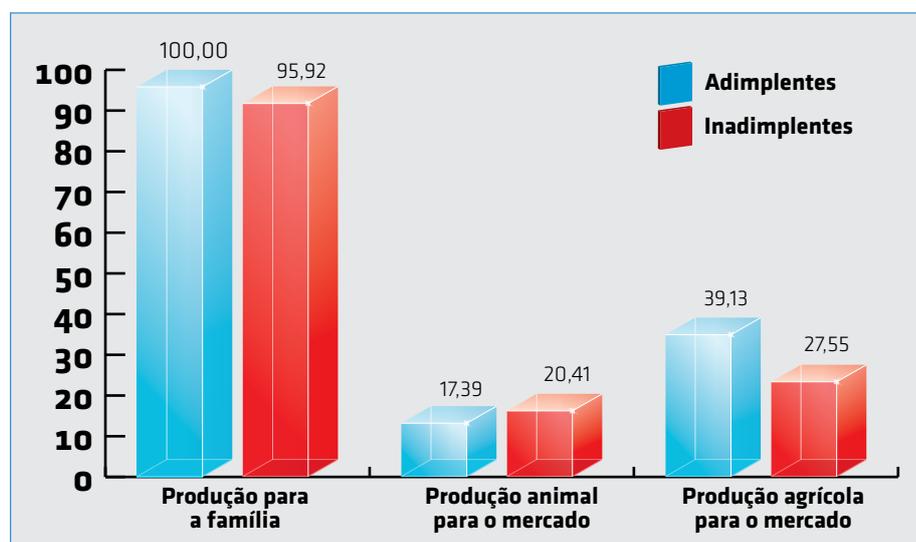
- a. Exploração animal: principais criações, associados envolvidos em cada tipo de criação, animais por lote, produção de diferentes produtos em cada criação; tecnologia de exploração pecuária; principais problemas na produção pecuária;
- b. Exploração agrícola: principais cultivos, área dedicada a cada cultivo, área de produção por associado; produtividade de cada cultivo; tecnologia de exploração agrícola; principais problemas na produção agrícola;
- c. Financiamento da produção: fontes de financiamento utilizadas, adequação destas fontes, uso do Pronaf A;
- d. Mão-de-obra para a produção;
- e. Relações com o mercado.

Esta caracterização atende ao objetivo específico 2 e corresponde a fatores relativos às dimensões de querer, poder e saber, na concepção de Galjart (1971). No modelo apresentado anteriormente na Figura 1, esta caracterização se relaciona aos empreendimentos operados pelos beneficiários.

No que se refere ao estudo das explorações pecuária e agrícola, foi seguida a lógica de separar estas explorações conforme sua destinação: o consumo da própria família ou o mercado. O consumo para o mercado foi analisado em termos de produção animal ou vegetal. Estes resultados são apresentados na Figura 2.

Nesta Figura, observa-se igual proporção de empreendimentos adimplentes e inadimplentes que declararam produzir para o auto-consumo de suas famílias. Na verdade, praticamente todos os empreendimentos produzem alimentos para o consumo das famílias. Por outro lado, em relação à produção para o mercado, ambos

os tipos de empreendimentos preferem a produção agrícola à animal. No entanto, os empreendimentos inadimplentes se dedicam mais à produção animal para o mercado do que os empreendimentos adimplentes, enquanto o oposto se verifica, para a produção agrícola.



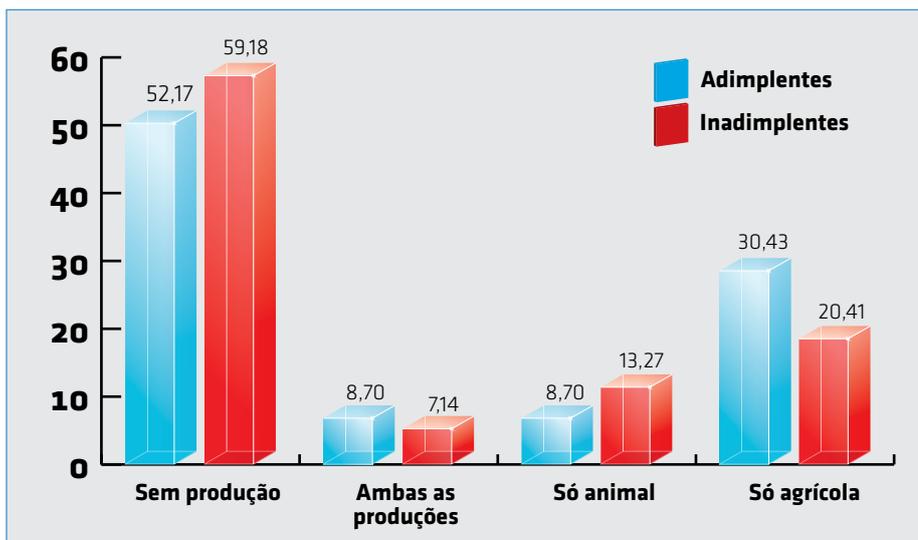
**Figura 2: Proporção de empreendimentos da Linha CPR (%), que realizam produção agropecuária para a família (auto-consumo), produção animal e agrícola destinada ao mercado, adimplentes e inadimplentes.**

As informações da Figura 2 basearam-se em um total de quatro empreendimentos adimplentes que declararam ter exploração animal para venda ao mercado, e de nove, neste mesmo segmento, que declararam ter exploração agrícola, com esta mesma finalidade. Isto é, 56,52% dos empreendimentos adimplentes possuem explorações animais ou agrícolas para venda ao mercado, ou, visto de outro ângulo, 43,78% não realizam produção rural.

No caso dos inadimplentes, as informações da Figura 2 foram calculadas a partir de 20 empreendimentos que declararam possuir exploração animal, e de 27, com exploração agrícola. Isto é, enquanto 48% dos empreendimentos declararam relações com o mercado, tem-se que os 52% restantes não usam o imóvel com esta finalidade.

A diferença entre a proporção de adimplentes e de inadimplentes que se relacionam ao mercado de produtos rurais é alta, e mostra que os inadimplentes contam menos do que os adimplentes com esta fonte de renda.

Em relação à produção destinada ao mercado, investigou-se também que empreendimentos se dedicavam a ambas os tipos de exploração (criação e plantação), a apenas um deles, ou a nenhum tipo de exploração. Os resultados são apresentados na Figura 2a.



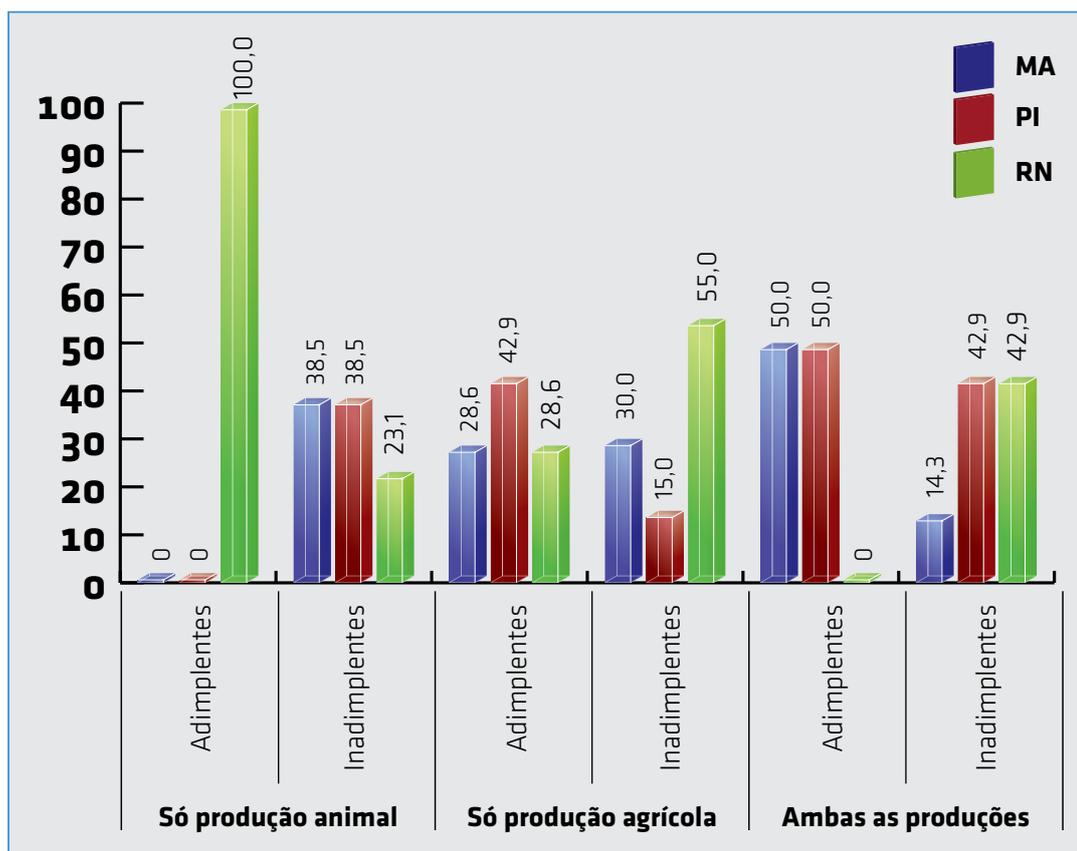
**Figura 2a: Proporção (%) de empreendimentos adimplentes e inadimplentes da Linha CPR, por tipo de exploração para o mercado realizada.**

O que se pode concluir, observando os resultados da Figura 2a, é que proporção considerável de empreendimentos da Linha CPR não tem nenhum tipo de exploração destinada ao mercado. Empreendimentos inadimplentes apresentam proporção bem superior à dos adimplentes, nesta situação. Observa-se novamente uma proporção maior de inadimplentes que se dedicam somente à produção animal, e uma proporção maior de adimplentes dedicados à produção agrícola. Tanto para empreendimentos adimplentes como para inadimplentes, a proporção que realiza ambos os tipos de exploração é baixa e similar.

Este resultado tem grande impacto sobre a geração de renda, nos empreendimentos do CPR, e especialmente para os inadimplentes. Estes impactos serão mais bem explorados quando se considerarem todas as fontes de recursos financeiros que são importantes para a renda familiar, em seção mais adiante.

Quando se procura identificar diferenças entre empreendimentos adimplentes e inadimplentes, por Estado, e conforme o tipo de exploração agropecuária para o mercado, obtém-se os resultados apresentados na Figura 3. A partir deles, é possível afirmar que:

- a) Empreendimentos que contam apenas com produção animal, adimplentes, aparecem apenas no Rio Grande do Norte; dentro deste Estado, por outro lado, o número de empreendimentos inadimplentes com produção animal, é sensivelmente superior ao de adimplentes (40% apenas está adimplente, quando se consideram os números do Estado). No Maranhão e no Piauí, são maioria os empreendimentos dedicados apenas à produção animal que estão inadimplentes.
- b) Empreendimentos apenas com produção agrícola são mais bem sucedidos, proporcionalmente, no Piauí; o Rio Grande do Norte, por sua vez, apresenta a maior parte dos empreendimentos inadimplentes, entre os que realizam somente produção agrícola, seguido por Maranhão e Piauí.
- c) Entre os empreendimentos dedicados a ambas as explorações (animal e agrícola), Maranhão e Piauí dividem os que estão adimplentes, enquanto Rio Grande do Norte não apresenta nenhum caso de sucesso. Piauí e Rio Grande do Norte apresentam maior e igual número de casos de empreendimentos inadimplentes, com este tipo de exploração.



**Figura 3: Proporção (%) de empreendimentos do Programa CPR, adimplentes e inadimplentes, por Estado e conforme o tipo de exploração agropecuária a que se dedicam.**

A partir deste ponto, será feita análise da exploração agropecuária (agrícola ou animal ou ambas), considerando dados apresentados pelos entrevistados, em relação não somente ao empreendimento (por exemplo, se o empreendimento tem um determinado tipo de criação), mas aos associados deste empreendimento (por exemplo, se o empreendimento tem produção de bovinos, quantos associados tem este tipo de produção?). Este procedimento leva a algumas limitações nos dados e análises que se seguem, porque:

- Ao realizar a análise por tipo de criação ou plantação, reduz-se bastante a amostra inicial, pois somente os que possuem cada tipo de criação (ou plantação) podem entrar na análise subsequente (já que se pergunta sobre número de animais no lote, produção obtida, etc.);
- Embora a análise se transporte para o nível de associados (e não mais de empreendimentos), torna-se impossível realizar estimativas precisas – por exemplo de renda de exploração agrícola – a partir destes dados, por serem informados por atores que não necessariamente possuem o melhor conhecimento sobre a situação de cada associado.
- Finalmente, é preciso advertir que empreendimentos inadimplentes podem ter associados com capacidade de pagamento, se a dívida fosse individualizada. No entanto, a legislação atual, complementada pelo fato de que nenhum dos inadimplentes da amostra utilizou o processo de individualização da dívida (ver na seção sobre Contratos), faz com que associados com capacidade de pagamento, em empreendimentos classificados formalmente como inadimplentes, sejam enquadrados na análise como inadimplentes, pois a adimplência ou inadimplência refere-se ao ente coletivo (associação) responsável pela dívida, e não a associados particulares.

### 5.3.1. Exploração Pecuária

A Tabela 15 apresenta indicadores da produção animal nos empreendimentos. Para cada tipo de exploração pecuária para a qual o entrevistado indicava que estaria presente, no empreendimento, foram feitas uma série de questões, relativas ao número de associados com esta exploração, número de animais por lote, e a produção de diversos produtos derivados desta criação (por exemplo, leite, queijo, carne, ovos).

**Tabela 15: Produção animal, em empreendimentos adimplentes e inadimplentes da Linha CPR**

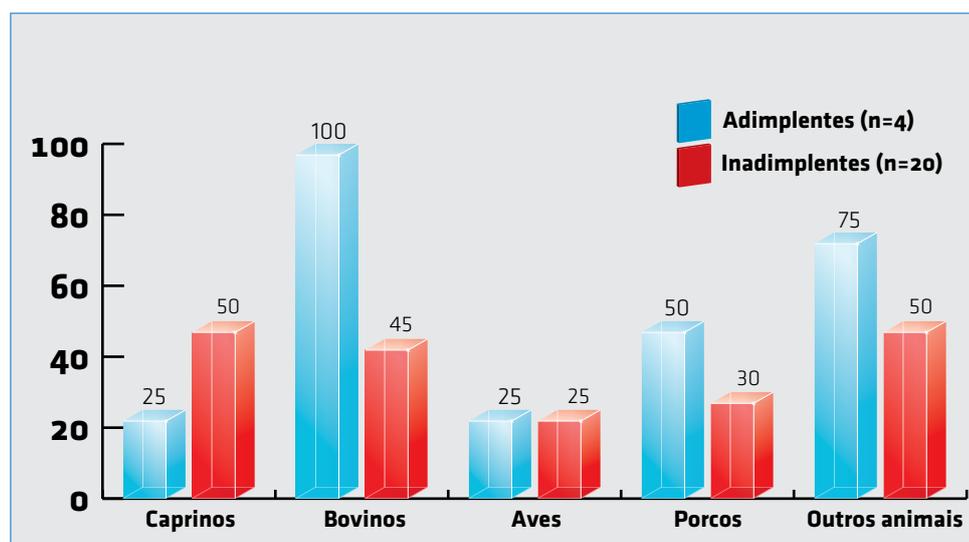
VARIÁVEL	Adimplentes (n=4)				Inadimplentes (n=20)			
	n	% (=1)	Média	DP	n	% (=1)	Média	DP
Produção de caprinos (1=Sim)	1	25			10	50		
Associados com produção de caprinos	1		15,00	0,00	10		7,00	5,19
Caprinos por lote/no imóvel	1		30,00	0,00	9		17,82	7,00
Produção de leite (caprino) por associado (Litros por mês)	0		0,00		1		35,00	
Produção de queijo (caprino) por associado (Quilos por mês)								
Produção de carne (caprino) por associado (Quilos por mês)	1		10,00	0,00	8		22,58	17,61
Produção de bovinos (1=Sim)	4	100			9	45		
Associados com produção de bovinos	4		8,00	4,76	9		14,67	9,50
Bovinos por lote/no imóvel	4		5,00	2,45	7		8,90	3,43
Produção de leite (bovino) por associado (Litros por mês)	3		116,67	76,38	5		122,00	105,27
Produção de queijo (bovino) por associado (Quilos por mês)	0		0,00	0,00	2		3,75	1,77
Produção de carne (bovino) por associado (Quilos por mês)	0		0,00	0,00	2		80,45	93,97
Produção de aves (1=Sim) (1=Sim)	1	25			5	25		
Associados com produção de galinhas/aves	1		15,00	0,00	5		9,60	8,05
Aves por lote/no imóvel	1		20,00	0,00	5		54,80	61,52
Produção de ovos por associado (Dúzias por mês)	1		5,00		0		0,00	
Produção de carne (aves) por associado (Quilos por mês)	1		10,00	0,00	2		52,00	67,88
Produção de porcos (1=Sim)	2	50			6	30		
Associados com produção de porcos	2		10,00	7,07	6		12,17	6,77
Porcos por lote/no imóvel	2		3,50	0,71	5		9,07	7,19
Produção de carne (porcos) por associado (Quilos por mês)	1		20,00	0,00	3		16,50	16,71
Outra criação destinada ao mercado (1=Sim)	3	75			10	50		
Associados com outra criação	3		7,67	3,79	10		10,00	8,56
Animais de outra criação, por lote	2		80,00	28,28	9		87,22	95,17
Produto de outra criação: animais vivos (1=Sim)	2	50			6	30		
Produto de outra criação: Leite (1=Sim)	0				0			
Produto de outra criação: Carne(1=Sim)	0				2	10		
Produto de outra criação: Outro produto (1=Sim)	1	25			3	15		

Observe-se que o número de empreendimentos considerados nesta análise contempla quatro adimplentes e vinte inadimplentes, que apresentam este tipo de exploração. Assim, principalmente no caso dos adimplentes, o número de empreendimentos se reduz bastante, quando se considera cada exploração específica; por exemplo, entre os quatro adimplentes com produção animal, apenas um deles produz caprinos. Isto torna mais frágeis as comparações com o grupo de inadimplentes. No entanto, considerada esta limitação, a análise que se segue considera os indicadores para o grupo de empreendimentos adimplentes como relevante, para discernir o perfil do empreendimento inadimplente no CPR.

Inicialmente, é interessante observar o perfil da produção animal para cada segmento de empreendimentos. Este perfil, apresentado na Figura 4, é o seguinte:

- Em empreendimentos adimplentes, a produção mais importante é a de bovinos (realizada por 100% dos adimplentes que realizam produção animal), seguida por porcos (50%), caprinos e aves (cada um com 25% dos empreendimentos);
- Em empreendimentos inadimplentes, é mais importante a produção de caprinos (50% dos empreendimentos inadimplentes contam com esta criação), seguida pela de bovinos (45%), de porcos (30%), e de aves (25%).

Foi feita ainda uma questão aberta, sobre outra produção animal conduzida pelos empreendimentos. 75% dos empreendimentos inadimplentes contam com outra criação; destes, 30,33% dos entrevistados relataram a produção de abelhas, e 66,67% de ovinos. Estas mesmas criações foram relatadas por empreendimentos inadimplentes, com proporções semelhantes (30% de abelhas, 70% de ovinos).



**Figura 4: Proporção (%) de empreendimentos adimplentes e inadimplentes, e a focalização de diferentes tipos de produção animal, nestes empreendimentos, na Linha CPR.**

Em relação a cada exploração animal específica, e focalizando os empreendimentos inadimplentes, em comparação com os adimplentes, as informações da Tabela 15 indicam que:

- Em relação à produção de caprinos (a mais importante para os inadimplentes), este segmento apresenta menor média de associados com esta produção, e ao mesmo tempo, menor número de animais por lote; este segmento também apresenta maior produção de leite de caprinos (já que os adimplentes nem sequer o produzem), e ainda, de carne, derivada desta criação;

- b) Quanto à produção de bovinos – a segunda mais importante, para o segmento inadimplente – estes empreendimentos apresentam todos os indicadores mais favoráveis que os empreendimentos adimplentes (para os quais, relembra-se, a produção de bovinos é a mais relevante, em termos de número de empreendimentos que se dedicam a ela). Enquanto o segmento inadimplente produz tanto carne, como queijo e leite, os empreendimentos adimplentes somente produzem leite;
- c) A produção de porcos, para os inadimplentes, é a terceira em importância. Em termos de proporção de associados com esta produção, adimplentes e inadimplentes se equiparam. Inadimplentes, por sua vez, apresentam valores mais elevados em termos de animais por lote e em produção de carne;
- d) Finalmente, a produção de aves, quarta em importância para os empreendimentos inadimplentes, apresenta menor proporção de associados com esta produção, dentro deste segmento; os inadimplentes apresentam ainda maior proporção de animais por lote, não produzem ovos, e apresentam maior produção de carne para o mercado.

Estes dados mostram um número expressivo de indicadores de produção animal aparentemente mais elevados, para os empreendimentos inadimplentes, quando comparados com os adimplentes. Isto ocorreu, por exemplo, com a produção de bovinos.

No entanto, é preciso lembrar que indicadores mais elevados não significam influências mais favoráveis ao desempenho do empreendimento; isoladamente, estes indicadores não explicam a situação de adimplência ou inadimplência, nem o sucesso da exploração rural. Seria necessário, por exemplo, investigar melhor o seu desempenho, em termos de eficiência e qualidade de produtos, o que foge aos objetivos do presente trabalho. Questões como o número de animais por lote, mix de criações e produtos explorados precisam ser mais bem compreendidas, para os dois segmentos.

Uma pista para a eficiência de cada produção é dada pela resposta dos entrevistados à questão sobre qual produto resulta em maiores ganhos ao empreendimento. Estas informações são apresentadas na Tabela 16.

Tanto para adimplentes como para inadimplentes, a produção de bovinos aparece como a exploração animal que envolve maior número de empreendimentos. Neste caso, a única produção comparável é a de leite, para a qual a produção de inadimplentes é um pouco superior à de adimplentes. Considerando a renda de adimplentes e inadimplentes, nesta produção (e tomando como referência um valor de R\$ 0,89 por litro de leite, tem-se que a renda mensal de cada grupo, gerada pela venda deste produto, seria de R\$ 103,84 e de R\$ 108,58, respectivamente, indicando uma diferença muito pequena (R\$ 5,00).

**Tabela 16: Produtos animais que resultam em maiores ganhos, em empreendimentos adimplentes e inadimplentes dedicados a diferentes tipos de produção animal, na Linha CPR**

PRODUTO COM MAIORES GANHOS	Adimplentes		Inadimplentes	
	n	%	n	%
Abelha/mel	1	25	3	15
Bovinos	3	75	5	25
Caprinos			3	15
Galinhas			3	15
Ovinos			3	15
Suínos			3	15
<b>Total de empreendimentos</b>	<b>4</b>		<b>20</b>	

Embora o indicador “número de empreendimentos que exploram um determinado produto animal” seja de interesse, para visualizar o foco do esforço destes empreendimentos, a consideração ao indicador de rentabilidade de cada criação corresponde a um dos lados da equação de eficiência (o outro seria custos). Tanto

para empreendimentos adimplentes como para inadimplentes, fica claro que o esforço (indicado por número de empreendimentos dedicado a cada produção) e a rentabilidade dos produtos, não apresentam correlação perfeita, o que significa, possivelmente, dificuldades na seleção dos produtos a que se deve dedicar cada empreendimento, em contraposição a uma estratégia em que todos os produtos são explorados ao mesmo tempo (e, portanto, dividem os seus recursos escassos). Observe-se que os empreendimentos adimplentes apresentam maior foco do que os inadimplentes, na escolha de criações.

A tecnologia de exploração pecuária utilizada por estes empreendimentos também foi investigada. A Tabela 17 apresenta informações sobre esta tecnologia, para os dois segmentos.

Em relação aos quatro primeiros indicadores de tecnologias pecuárias – raças, vermífugos, vacinas, pasto natural – empreendimentos inadimplentes e adimplentes apresentam valores similares. No entanto, os empreendimentos inadimplentes utilizam outras fontes de alimentos (como pasto cultivado, ração, silagem, sal), em proporções inferiores às usadas por empreendimentos adimplentes.

Há ainda alimentos alternativos, declarados por dois empreendimentos adimplentes (farelo de milho; sal com limão), e por cinco empreendimentos inadimplentes (casca de mandioca; milho (2 empreendimentos); restos de mandioca e milho; soja, milho, pasta, farelo).

**Tabela 17: Tecnologias de produção animal adotadas por empreendimentos adimplentes e inadimplentes dedicados a diferentes tipos de produção animal, na Linha CPR**

Variáveis	Adimplentes (n=4)		Inadimplentes (n=20)	
	n	%	n	%
Uso de raças de boa qualidade	3	75	15	75
Uso de vermífugos	4	100	19	95
Aplicação de vacinas	4	100	18	90
Fonte de alimentação: pasto natural	3	75	16	80
Fonte de alimentação: pasto cultivado	3	75	7	35
Fonte de alimentação: Ração (como complemento)	3	75	9	45
Fonte de alimentação: Silagem	1	25	1	5
Fonte de alimentação: Sal	4	100	12	60
Fonte de alimentação: Outro alimento	2	50	15	75

Completando esta análise da exploração pecuária, os entrevistados foram solicitados a informar a produtividade da exploração com maiores ganhos (se baixa, média, ou alta), e a informarem os tipos de problemas ou dificuldades que podem reduzir esta produtividade (nos casos em que ela seja baixa ou média). A Tabela 18 apresenta os resultados obtidos quanto a estas questões. Observe-se que nesta Tabela foram computados os dados de todas as criações, independente se eram abelhas, bovinos, caprinos, galinhas, ovinos ou suínos. A Tabela 19 apresenta as mesmas estimativas, apenas para a produção de bovinos, importante tanto para adimplentes (75% afirmam possuir esta criação), como para inadimplentes (25% trabalham com bovinos).

Observa-se na Tabela 18 que a produtividade da produção com maiores ganhos é, em geral, de baixa a média, e similar, entre empreendimentos adimplentes e inadimplentes. Por outro lado, os prejuízos sobre esta produtividade, relativos a diversos fatores, mostram-se diferentes, nos dois casos. Em primeiro lugar, embora os valores de avaliação de prejuízos sejam baixos (inferiores ao ponto 5, em qualquer caso), em geral a avaliação dos empreendimentos inadimplentes é superior (em termos de valores da escala utilizada) à dos estabelecimentos adimplentes.

Segundo, os empreendimentos inadimplentes declaram maiores prejuízos, que os adimplentes, em relação a dificuldades com raças usadas, doenças entre os animais, deficiência de alimentação e ocorrência de enchentes. Este segmento inadimplente, por outro lado, observou menores dificuldades em relação à seca, e em relação a ventanias, quando comparado com os adimplentes. Ou seja, os inadimplentes indicam maiores problemas com a própria criação, e não com fatores externos a ela.

**Tabela 18: Produtividade da produção com maiores ganhos e prejuízos sobre esta produtividade, em empreendimentos adimplentes e inadimplentes dedicados a diferentes tipos de produção animal, na Linha CPR**

VARIÁVEL	Adimplentes (n=4)			Inadimplentes (n=20)		
	n	Média	DP	n	Média	DP
Produtividade da produção com maiores ganhos (1=baixa, 2=média, 3=alta)	4	1,25	0,5	20	1,25	0,44
Prejuízo sobre produtividade por má qualidade da raça usada (Escala: 1=não houve... 10=muito grande)	4	3,25	2,63	20	3,45	2,56
Prejuízo sobre produtividade por doenças entre os animais (Escala: 1=não houve... 10=muito grande)	4	3,5	4,36	20	4,3	3,11
Prejuízo sobre produtividade por deficiência de alimentação, entre os animais (Escala: 1=não houve... 10=muito grande)	4	2,75	2,87	20	4,1	2,92
Prejuízo sobre produtividade por ocorrência de seca (Escala: 1=não houve... 10=muito grande)	4	5	2,94	20	3,7	3,18
Prejuízo sobre produtividade por ocorrência de enchente (Escala: 1=não houve... 10=muito grande)	4	3,16	3,71	20	4,65	3,94
Prejuízo sobre produtividade por ocorrência de ventanias (Escala: 1=não houve... 10=muito grande)	4	1,75	0,96	20	1,2	0,89

Na Tabela 19, observa-se uma avaliação de produtividade baixa, para a produção de bovinos, para adimplentes, um pouco superior (entre baixa e média), para inadimplentes; os adimplentes foram ainda mais críticos em relação a prejuízos causados por doenças, deficiência de alimentação, seca, enchente e ventanias, do que os inadimplentes. Em relação à qualidade da raça utilizada, adimplentes e inadimplentes apresentam avaliação semelhante, em relação a prejuízos à produtividade, resultantes deste fator.

**Tabela 19: Produtividade da produção de bovinos e prejuízos sobre esta produtividade, em empreendimentos adimplentes e inadimplentes dedicados a diferentes tipos de produção animal, na Linha CPR**

VARIÁVEL	Adimplentes (n=3)			Inadimplentes (n=5)		
	n	Média	DP	n	Média	DP
Produtividade da produção com maiores ganhos (BOVINOS) (1=baixa, 2=média, 3=alta)	3	1,00	0,00	5	1,24	0,44
Prejuízo sobre produtividade por má qualidade da raça usada (Escala: 1=não houve... 10=muito grande)	3	3,32	2,36	5	3,33	2,56
Prejuízo sobre produtividade por doenças entre os animais (Escala: 1=não houve... 10=muito grande)	3	4,11	3,28	5	4,05	3,19
Prejuízo sobre produtividade por deficiência de alimentação, entre os animais (Escala: 1=não houve... 10=muito grande)	3	4,37	2,97	5	3,76	2,98
Prejuízo sobre produtividade por ocorrência de seca (Escala: 1=não houve... 10=muito grande)	3	4,37	3,13	5	3,57	3,16
Prejuízo sobre produtividade por ocorrência de enchente (Escala: 1=não houve... 10=muito grande)	3	4,47	3,76	5	4,29	3,99
Prejuízo sobre produtividade por ocorrência de ventanias (Escala: 1=não houve... 10=muito grande)	3	1,37	1,01	5	1,29	0,96

Comparando-se a avaliação apresentada na Tabela 18 com as da Tabela 19, observa-se que os produtores de bovinos adimplentes apresentaram valores mais altos (do que os produtores de animais em geral) em relação a prejuízos causados por má qualidade da raça, doenças, deficiências de alimentação, enchentes e ventanias; e valores mais baixos, para a produtividade desta criação.

Produtores inadimplentes de bovinos, por sua vez, indicam produtividade semelhante ao de produtores de criações com maiores ganhos, em geral, e valores mais baixos para os fatores causadores de prejuízo, especialmente para deficiência de alimentação, doenças e seca.

### 5.3.2. Exploração Agrícola

A Tabela 20 apresenta indicadores da produção agrícola, nos empreendimentos. Para cada tipo de exploração agrícola que o entrevistado indicava que estaria presente, no empreendimento, foram feitas uma série de questões, relativas ao número de associados com esta exploração, área de produção total e por associado, produtividade de cada exploração.

**Tabela 20: Produção agrícola, em empreendimentos adimplentes e inadimplentes da Linha CPR**

VARIÁVEL	Adimplentes (N=9)				Inadimplentes (n=28)			
	n	% (=1)	Média	DP	n	% (=1)	Média	DP
Produção de arroz (1=Sim)	1	11,11			0			
Produção de feijão (1=Sim)	3	33,33			7	25,00		
Área de produção de feijão (em ha)	3		40,33	45,39	7		3,29	1,70
Área de produção de feijão por associado (em ha)	2		2,25	1,06	7		0,95	0,96
Quantidade de produção de feijão (Quilos por ano)	3		196,67	105,24	7		1824,50	1564,71
Produção de mandioca (1=Sim)	4	44,44			8	28,57		
Área de produção de mandioca (em ha)	4		10,88	7,66	8		14,63	8,91
Área de produção de mandioca por associado (em ha)	3		1,00	0,50	8		1,19	0,59
Quantidade de produção de mandioca (Quilos por ano)	2		2575,00	3429,47	6		4373,33	4717,74
Produção de milho (1=Sim)	3	33,33			8	28,57		
Área de produção de milho (em ha)	4		38,00	44,45	7		4,14	2,73
Área de produção de milho por associado (em ha)	2		2,75	0,35	7		0,84	0,63
Quantidade de produção de milho (Quilos por ano)	3		2466,67	1550,27	6		5560,20	4634,33
Produção de verduras e hortaliças (1=Sim)	4	44,44			9	32,14		
Área de produção de verduras e hortaliças (em ha)	2		1,50	0,71	7		1,32	0,94
Área de produção de verduras e hortaliças por associado (em ha)	2		25,06	35,28	5		0,62	0,50
Quantidade de produção de verduras e hortaliças (Quilos por ano)	1		45000,00 <sup>4</sup>		5		3340,00	3968,22
Produção de frutas (1=Sim)	3	33,33			10	35,71		
Área de produção de frutas (em ha)	3		18,50	22,40	9		7,44	4,10
Área de produção de frutas por associado (em ha)	2		2,90	2,69	9		1,99	2,21
Quantidade de produção de frutas (Quilos por ano)	1		4500,00		7		18750,00	15000,80
Outra plantação destinada ao mercado (1=Sim)	3	33,33			4	14,29		
Associados com outra plantação	3		12,33	5,51	4		5,5	3,32
Área de produção de outra plantação por associado /por beneficiário (em ha)	3		1,16	0,76	4		0,5	0,08
Quantidade de produção de outra plantação (em ha) (Quilos por ano)	1		30		1		1000	

Observe-se que o número de empreendimentos considerados nesta análise contempla nove adimplentes e vinte e oito inadimplentes que apresentam este tipo de exploração. Assim, principalmente no caso dos adimplentes, o número de empreendimentos se reduz bastante, quando se considera cada exploração específica. Isto torna mais frágeis as comparações com o grupo de inadimplentes. No entanto, considerada esta limitação, a análise que se segue considera os indicadores para o grupo de empreendimentos adimplentes como relevante, para discernir o perfil do empreendimento inadimplente no CPR.

4) Correspondente, neste caso, à produção de tomates.

A análise das informações apresentadas na Tabela 20 indica que os inadimplentes:

- a) não produzem arroz para o mercado; no entanto, observe-se uma aparente contradição, pois oito entrevistados em empreendimentos inadimplentes declararam como uma “outra infraestrutura”, existente no empreendimento, usinas de beneficiamento de arroz; isto significa que, ou o dado sobre produção para o mercado está incorreto, ou há infraestruturas ociosas, no empreendimento;
- b) produzem frutas, em proporção maior que os adimplentes (em relação ao total que fazem exploração agrícola, nos dois grupos);
- c) para todas as demais explorações focalizadas na Tabela, há uma proporção menor de empreendimentos inadimplentes, em comparação com adimplentes, no esforço relacionado a cada exploração.

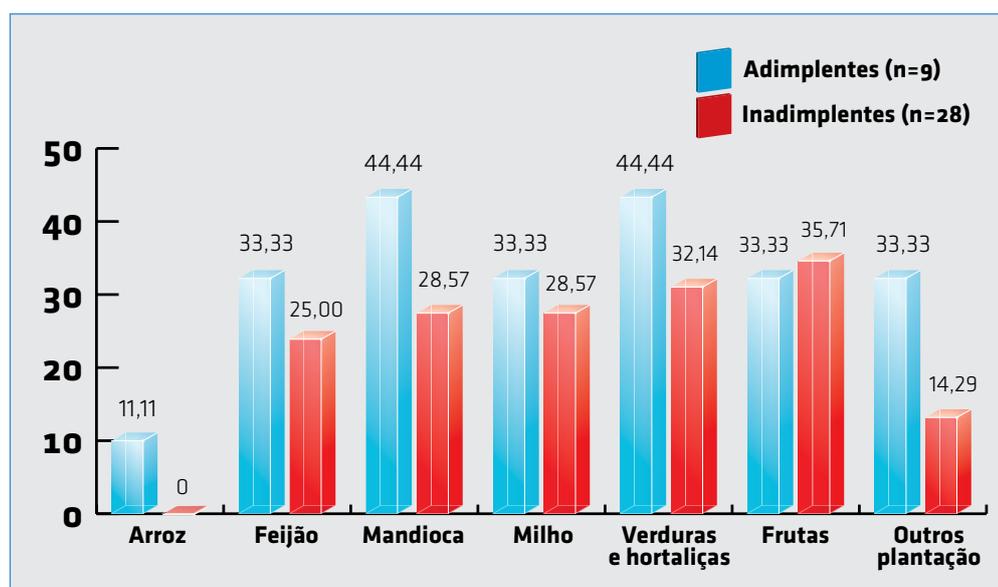
Os dados sobre área, área por associado, e produtividade de cada exploração mostram resultados surpreendentes mas consistentes, considerando todas estas explorações:

- a) a área de produção por associado é menor, para inadimplentes, em relação a feijão, milho, verduras e hortaliças, frutas e outra plantação; por outro lado, a produção, para todas estas explorações (exceto verduras e hortaliças), e também para mandioca é consideravelmente maior para inadimplentes, quando comparados aos adimplentes; para todos estes dados de produção, observa-se ainda um desvio-padrão bastante elevado, indicando que existem diferenças de valores elevadas, nas estimativas dos vários entrevistados.
- b) Estes resultados indicam que há situações de empreendimentos inadimplentes (ou pelo menos, de associados nestes empreendimentos) que possivelmente teriam capacidade de liquidar sua dívida com o PNCF, mas não o fazem. Observe-se, aqui, que foram retirados da base dados que representam *outliers* (valores muito acima ou abaixo do conjunto de dados na distribuição).

Uma possível explicação para estes resultados é a condição coletiva para adimplência, estabelecida pelas regras do Programa: um único beneficiário inadimplente, em um empreendimento do CPR, torna toda a associação inadimplente. Significa dizer que, embora em uma associação possam existir associados que tenham, individualmente, um bom resultado, ainda assim são impedidos de quitar seu débito, por tais regras.

Na Figura 5, a proporção de entrevistados que indicam tipos de exploração agrícola, em cada grupo (adimplentes ou inadimplentes) é apresentada.

Observa-se que proporção maior de entrevistados relata a exploração de arroz, feijão, mandioca, milho, verduras e hortaliças e de outras plantações, em empreendimentos adimplentes, em comparação com entrevistados em empreendimentos inadimplentes. Estes últimos apresentam proporção maior de entrevistados que relatam a produção de frutas, em comparação com os adimplentes.



**Figura 5: Proporção (%) de empreendimentos adimplentes e inadimplentes, e a focalização de diferentes tipos de produção vegetal, nestes empreendimentos, na Linha CPR.**

Na Tabela 21 apresentam-se as culturas que foram indicadas pelos entrevistados, em empreendimentos adimplentes e inadimplentes, quando eram solicitados a indicar que outra plantação era explorada no empreendimento. O total de respostas é superior ao total de adimplentes com exploração agrícola (nove adimplentes e vinte e sete inadimplentes), pois cada entrevistado podia dar mais de uma resposta para esta questão.

Observa-se pequena diversidade de explorações agrícolas, para ambos os grupos (adimplentes e inadimplentes). Algumas destas culturas já haviam sido consideradas em perguntas específicas, cujas respostas foram apresentadas na Tabela 20. Apenas o girassol pode ser considerado como não fazendo parte daquela tabela; sua menção, associada a ambos os tipos de empreendimento, pode indicar a importância desta cultura para as associações do CPR.

Uma pergunta importante, considerando-se todos os tipos de exploração agrícola focalizados por empreendimentos adimplentes e inadimplentes, diz respeito a qual é a produção com maiores ganhos. Para esta questão aberta, os entrevistados também poderiam indicar mais do que uma única resposta, e suas informações são detalhadas na Tabela 22.

**Tabela 21: Respostas à questão sobre outro tipo de plantação, indicada por entrevistados em empreendimentos adimplentes e inadimplentes do Programa CPR, e a frequência destas respostas.**

Empreendimentos adimplentes	Frequencia de respostas	Empreendimentos inadimplentes	Frequencia de respostas
Abóbora	1	Batata doce	1
Girassol	1	Girassol	2
Mandioca	1	Melancia	1
<b>Total de respostas</b>	<b>3</b>		<b>4</b>

Mandioca e milho são produções indicadas como tendo maiores ganhos, tanto para empreendimentos adimplentes como inadimplentes. Estes últimos também apresentaram como importante a cultura de melancia, como produto para o mercado. Uma questão relevante diz respeito à tecnologia utilizada pelos empreendimentos, na exploração agrícola. A Tabela 23 apresenta estes dados, para ambos os grupos (adimplentes e inadimplentes).

**Tabela 22: Respostas à questão sobre plantação com maiores ganhos, por entrevistados em empreendimentos adimplentes e inadimplentes do Programa CPR, e a frequência destas respostas.**

Plantação	Adimplentes (n=9)		Inadimplentes (n=28)	
	n	%	n	%
Abóbora	1	11,11		
Cebola/coentro	1	11,11	2,00	7,14
Cheiro verde			2,00	7,14
Girassol			2,00	7,14
Hortalças	1	11,11		
Mamão			1,00	3,57
Mamão e melancia			1,00	3,57
Mandioca	3	33,33	8,00	28,57
Melancia			7,00	25,00
Melão	1	11,11		
Milho	2	22,22	3,00	10,71
Pimentão			2,00	7,14
<b>Totais</b>	<b>9</b>	<b>100</b>	<b>28</b>	<b>100</b>

Observa-se, pelos dados apresentados na Tabela 23, que os entrevistados em empreendimentos inadimplentes relataram, em geral, maior uso de tecnologia agrícola que empreendimentos adimplentes, o contrário do que seria de esperar. Assim, em empreendimentos inadimplentes, os entrevistados relataram, em proporção maior do que os entrevistados em empreendimentos adimplentes, o uso de sementes, de controle de pragas e doenças (com uso de defensivos agrícolas), e de adubação (com uso de adubo químico ou esterco). Entrevistados em empreendimentos adimplentes, por sua vez, relataram maior proporção de uso de grãos próprios (isto é, não melhorados e com variabilidades em seu desempenho), de calcário, de uso de controle biológico (de pragas e doenças), e de não-uso de adubos.

**Tabela 23: Uso de diversas tecnologias de exploração agrícola, por empreendimentos adimplentes e inadimplentes da Linha CPR.**

Variáveis	Adimplentes (n=9)		Inadimplentes (n=28)	
	n	% (=1)	n	% (=1)
Uso de sementes e outros materiais de plantio comerciais	5	55,56	19	67,86
Uso de grãos de produção própria	4	44,44	10	35,71
Uso de calcário	2	22,22	4	14,29
Controle de pragas e doenças	6	66,67	20	71,43
<b>Tipo de controle de pragas e doenças utilizado</b>				
Uso de defensivos agrícolas	5	55,56	19	67,86
Uso de controle biológico	1	11,11	2	7,14
Uso de outro procedimento	0	0,00	1	3,59
<b>Uso de diferentes tipos de adubo, na plantação</b>				
Não faz adubação	6	66,67	11	39,29
Usa adubo (químico, esterco/composto, ambos)	3	33,33	17	60,71
<b>Tipo de adubação utilizada</b>				
Usa adubo químico	1	11,11	11	39,29
Usa esterco ou composto	1	11,11	4	14,29
Usa químico e esterco/composto	1	11,11	2	7,14

Estes resultados podem ser devidos, novamente, ao fato de que a classificação de associados como inadimplentes, em empreendimentos coletivos, pode não refletir corretamente seu desempenho e suas práticas de exploração agropecuária.

Um indicador de desempenho de empreendimentos adimplentes e inadimplentes, em relação à exploração agrícola, corresponde à produtividade das diversas culturas exploradas, para ambos os grupos. Durante a entrevista, os entrevistados foram solicitados a avaliar esta produtividade em uma escala de três pontos (1=baixa, 2=média, 3=alta), para a produção para o mercado que auferia maiores ganhos (ver Tabela 21). Além disto, foram solicitados também a avaliar o prejuízo sobre esta produtividade, resultante de diversos fatores. Esta avaliação era feita em uma escala de 1 (não houve prejuízo), a 10 (prejuízo muito grande). Todas estas informações são apresentadas, na Tabela 24, para todas as culturas consideradas na entrevista, e na Tabela 25, para a cultura de mandioca, indicada como importante fonte de ganhos, tanto para empreendimentos adimplentes como inadimplentes.

Observa-se na Tabela 24 que empreendimentos adimplentes e inadimplentes apresentam produtividade média baixa, de todas as culturas, bastante semelhante, para empreendimentos inadimplentes e adimplentes; inadimplentes, por outro lado relataram prejuízos menores do que os adimplentes, em relação a má qualidade de sementes, pragas e doenças, deficiência de nutrição, seca e ventanias. E maior do que as avaliações de empreendimentos adimplentes, para enchentes.

Por sua vez, considerando apenas a produção de mandioca (Tabela 25), os inadimplentes apresentam produtividade maior do que adimplentes. Quanto a fatores que resultam em prejuízos sobre esta produtividade, empreendimentos inadimplentes apresentam valores maiores que os adimplentes para má qualidade de sementes, enchente e ventanias; e menores, para pragas e doenças, deficiência de nutrição e seca. A comparação entre adimplentes e inadimplentes, tanto para todas as culturas, como para a mandioca, são semelhantes para pragas e doenças, deficiência de nutrição, seca e enchentes.

**Tabela 24: Produtividade de produções agrícolas com maiores ganhos (arroz, feijão, mandioca, milho, verduras e hortaliças, frutas e outras) e prejuízos sobre esta produtividade, em empreendimentos adimplentes e inadimplentes dedicados a diferentes tipos de produção, na Linha CPR.**

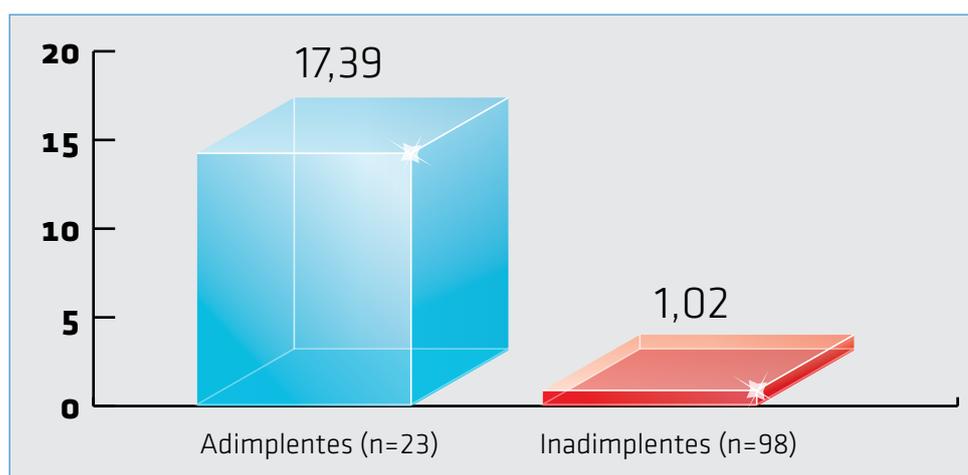
Variáveis	Adimplentes (n=9)			Inadimplentes (n=28)		
	n	Média	DP	n	Média	DP
Produtividade da produção com maiores ganhos (1=baixa, 2=média, 3=alta)	9	1,44	0,73	28	1,5	0,69
Prejuízo sobre produtividade por má qualidade de sementes e mudas usadas (Escala: 1=não houve... 10=muito grande)	9	4,125	3,14	28	3,96	3,11
Prejuízo sobre produtividade por pragas e doenças (Escala: 1=não houve... 10=muito grande)	8	5,25	3,61	25	4,36	3,13
Prejuízo sobre produtividade por deficiência de nutrição (Escala: 1=não houve... 10=muito grande)	8	5,75	2,91	25	4,36	2,87
Prejuízo sobre produtividade por ocorrência de seca (Escala: 1=não houve... 10=muito grande)	8	5,875	3,044	25	3,24	2,73
Prejuízo sobre produtividade por ocorrência de enchente (Escala: 1=não houve... 10=muito grande)	6	3,17	3,71	24	4,375	3,79
Prejuízo sobre produtividade por ocorrência de ventanias (Escala: 1=não houve... 10=muito grande)	8	2	1,85	25	1,84	2,23

**Tabela 25: Produtividade de produção agrícola com maiores ganhos (mandioca) e prejuízos sobre esta produtividade, em empreendimentos adimplentes e inadimplentes dedicados a diferentes tipos de produção, na Linha CPR.**

Variáveis	Adimplentes (n=9)			Inadimplentes (n=28)		
	n	Média	DP	n	Média	DP
Produtividade da produção com maiores ganhos (1=baixa, 2=média, 3=alta)	4	1,00	0	8	1,5	0,76
Prejuízo sobre produtividade por má qualidade de sementes e mudas usadas (Escala: 1=não houve... 10=muito grande)	4	3,00	2,45	7	4,57	2,99
Prejuízo sobre produtividade por pragas e doenças (Escala: 1=não houve... 10=muito grande)	4	4,25	3,59	7	3,86	2,85
Prejuízo sobre produtividade por deficiência de nutrição (Escala: 1=não houve... 10=muito grande)	4	6,00	2,45	7	4,29	3,15
Prejuízo sobre produtividade por ocorrência de seca (Escala: 1=não houve... 10=muito grande)	3	5,75	2,50	7	3,71	3,45
Prejuízo sobre produtividade por ocorrência de enchente (Escala: 1=não houve... 10=muito grande)	4	1,00	0	7	3,86	3,84
Prejuízo sobre produtividade por ocorrência de ventanias (Escala: 1=não houve... 10=muito grande)	4	2,00	2,00	7	2,71	2,93

Os resultados sobre produtividade, considerando todas as culturas, indicam avaliações entre os pontos 1 e 2 da escala, indicando que há muito a melhorar, em relação a este indicador. Quanto a prejuízos sobre a produtividade, em geral os empreendimentos adimplentes apresentam valores maiores do que os inadimplentes, tanto para todas as culturas como para mandioca.

Ainda sobre a exploração agropecuária, e considerando a natureza dos empreendimentos do CPR (empreendimentos coletivos), foi feita uma pergunta sobre a existência (ou não) de plantação ou criação conduzida de forma comunitária, pelos associados. As respostas a esta pergunta são apresentadas na Figura 6.



**Figura 6: Proporção de empreendimentos inadimplentes e adimplentes da Linha CPR, indicados como possuindo criação ou plantação conduzida de forma comunitária.**

O que estes dados indicam, de forma clara, é a pequena adesão, nos empreendimentos, a formas de organização coletivas de produção rural. Também interessante é o fato de que empreendimentos adimplentes apresentam proporção também baixa (menos de 20% dos empreendimentos), mas bastante superior a de

empreendimentos inadimplentes. Embora o sucesso dos empreendimentos adimplentes não possa ser atribuído, inequivocamente, apenas a este fator, acredita-se que a produção coletiva possa ser um dos fatores que influenciam para este sucesso.

### 5.3.3. Renda derivada da produção agropecuária

Como já mencionado, em relação à produção agropecuária, os entrevistados respondiam a questões sobre os empreendimentos e também sobre as atividades (plantações ou criações) desenvolvidas pelos associados. Estas últimas informações indicavam, por exemplo, quantos associados estavam envolvidos em uma atividade específica, e, em relação a produção animal: número de animais por lote, produção de carne, leite, queijo; e, em relação à produção agrícola: área de produção total e por associado, e produção obtida. A partir destes dados, e considerando preços de cada produto (para a produção agrícola os preços garantidores do MDA (MDA, 2011), e para a produção animal, CEPEA, 2011) foi possível realizar estimativas da renda bruta por associado e por empreendimento, em relação aos principais produtos animais (leite, para a criação de bovinos) e vegetais (feijão, milho, mandioca e frutas) nos empreendimentos da amostra. Estes resultados são apresentados nas Tabelas 26 e 27.

**Tabela 26: Renda bruta\* estimada resultante da produção de leite bovino, por associado e por empreendimento.**

Indicadores	Adimplentes	Inadimplentes
Produção Média (litros/mês/ associado)	R\$ 116,67	R\$ 122,00
Renda Média (R\$/mês/ associado) (litro =R\$ 0,89)	R\$ 103,84	R\$ 108,58
Renda Média (R\$/ANO/ associado) - 12 Meses	R\$ 1.246,08	R\$ 1.302,96
Renda Média Bruta (R\$/ANO) por empreendimento	R\$ 4.984,32	R\$ 11.726,64

\* Número médio de associados em empreendimentos adimplentes =21; Em empreendimentos inadimplentes: 18; Associados adimplentes com produção de leite: 4 (19,04%); Associados inadimplentes com produção de leite: 9 (50,00%)

**Tabela 27: Renda bruta estimada resultante da produção agrícola, por associado e por empreendimento.**

Plantação	Situação de adimplência do empreendimento	Rendimento médio por associado	# associados produzindo	Rendimento médio por empreendimento
Feijão	Adimplente (n=2)	250,00	18	5.985,00
	Inadimplente (n=7)	1.824,50	3	7.279,75
Milho	Adimplente (n=3)	567,33	14	7.942,67
	Inadimplente (n=6)	1278,84	5	6.394,23
Mandioca	Adimplente (n=2)	296,12	11	3.256,37
	Inadimplente (n=7)	502,93	12	6.035,19
Frutas	Adimplente (n=1)	2.475,00	6	14.850,00
	Inadimplente (n=7)	10.312,50	4	41.250,00

Estas rendas são obviamente restritas ao conjunto de associados com aquele tipo de produto, em cada empreendimento. A renda bruta total de um empreendimento corresponderá ao somatório das rendas de plantações e criações obtidas por todos associados. No entanto, cumprem neste trabalho a função de indicar se, para estes produtos principais, os associados poderiam obter renda que lhes possibilitasse saldar sua parte na dívida.

Tanto para as rendas relativas à produção animal como à produção vegetal – esta última, claramente mais rentável que aquela – é possível concluir que tais rendas não são suficientes para garantir o pagamento da dívida, e ainda menos, os custos da produção agropecuária.

### 5.3.4. Financiamento da Produção e Mão-de-Obra Disponível

Um suporte importante para a exploração agropecuária corresponde a recursos financeiros e às fontes destes recursos, disponíveis para empreendimentos adimplentes e inadimplentes; de modo similar, é importante também compreender que esforço, em trabalho, está disponível para esta exploração, nestes empreendimentos. A Tabela 28 apresenta estes dados, para empreendimentos adimplentes e inadimplentes.

**Tabela 28: Financiamento da produção e mão-de-obra, em empreendimentos adimplentes e inadimplentes da Linha CPR.**

Variáveis	Adimplentes (N=23)				Inadimplentes (n=98)			
	n	%	Média	DP	n	%	Média	DP
<b>Financiamento da produção (fontes)</b>								
Não solicitado	3	13,04			29	29,59		
Feito com recursos próprios	18	78,26			73	74,49		
Feito com recursos de emprestadores particulares	6	26,09			2	2,04		
Feito com recursos do PRONAF - A	10	43,48			16	16,33		
Feito com recursos de outros programas de crédito	5	21,74			6	6,12		
Uso de outras fontes de financiamento	3	13,04			9	9,18		
Consideram adequado o financiamento obtido (de todas as fontes acima)	7	30,43			18	18,37		
Número de associados com acesso a Pronaf A	10		20,3	10,98	17		10,41	6,58
Associados em situação de inadimplência, no Pronaf A	9		17,33	12,89	15		6,13	5,3
<b>Mão-de-obra no empreendimento</b>								
Pessoas trabalhando em cada lote	23		2,82	2,33	96		2,52	1,96
Associados contratantes de mão de obra externa	21		1,1	2,2	80		1,675	3,08
Pessoas trabalhando fora do imóvel	19		7,58	6,26	92		7,32	6,22

As informações da Tabela 28 tornam claras algumas diferenças importantes, entre adimplentes e inadimplentes:

- Há uma proporção maior de empreendimentos inadimplentes que ainda não solicitaram nenhum tipo de financiamento de sua produção, em relação aos empreendimentos adimplentes;
- Tanto empreendimentos adimplentes como inadimplentes utilizam como principal fonte os recursos próprios; empreendimentos adimplentes usam seus recursos em proporção maior do que os inadimplentes;
- Os empreendimentos inadimplentes utilizam em menor proporção do que os adimplentes os recursos financeiros provenientes do Pronaf A, de emprestadores particulares, de outros programas de crédito e de outros programas;

- Os inadimplentes consideram as diversas fontes de recursos financeiros de forma mais crítica do que os adimplentes (uma proporção maior não considera estas fontes como adequadas);
- Menor número médio de associados em empreendimentos inadimplentes solicitaram o Pronaf A; de forma similar, menor número destes empreendimentos está em dia com o Pronaf A, quando comparado com os adimplentes.

No financiamento da produção, o que parece é que, no geral, os empreendimentos adimplentes tem melhor acesso a diversas fontes de recursos, em comparação com os inadimplentes.

Em relação à mão-de-obra, empreendimentos inadimplentes possuem número médio menor do que adimplentes, em termos de pessoas trabalhando no seu lote, e fora do imóvel; há um número médio maior de associados contratantes de mão-de-obra externa, por empreendimentos inadimplentes, em relação a adimplentes.

Pessoas trabalhando no lote indicam esforço dedicado à produção rural (em geral); pessoas trabalhando fora indicam necessidades de complementação de renda familiar, fora desta produção. A contratação de mão-de-obra externa pode estar beneficiando aqueles associados de maior produção, embora seu empreendimento seja inadimplente.

### 5.3.5. Comercialização da Produção

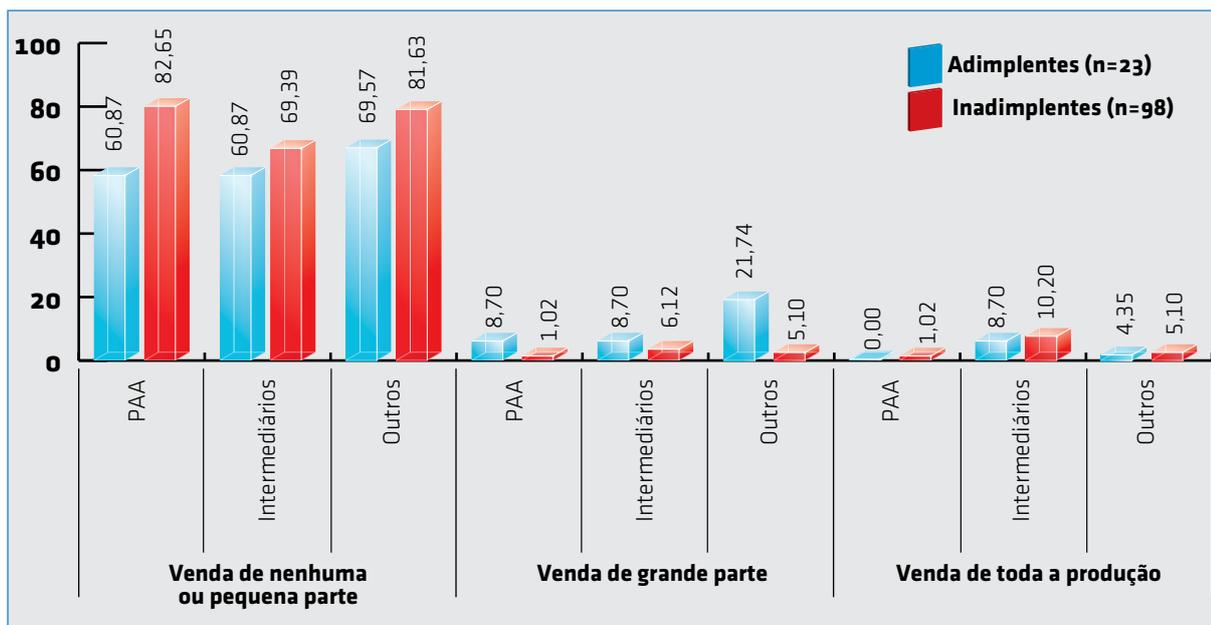
A produção rural de agricultores familiares, como os dos empreendimentos do CPR, é em geral realizada por meio de intermediários, que recolhem a pequena produção destes agricultores, a acumulam em quantidades maiores, e a vendem para consumidores finais ou para a agroindústria (ou mesmo, para outros intermediários, que aumentam a escala de oferta de produtos, para estes outros componentes da cadeia produtiva). Uma outra opção, para estes agricultores, são programas federais ou estaduais de aquisição de alimentos, como forma de apoio à sua produção.

A Figura 7 apresenta as diferentes formas de comercialização, adotadas pelos empreendimentos adimplentes e inadimplentes do CPR.

Os dados da Figura 7 indicam:

- Primeiro, que a maioria dos empreendimentos, quer seja adimplentes ou inadimplente, vende pequena parte de sua produção aos três tipos de compradores considerados;
- Uma proporção maior de empreendimentos inadimplentes, por sua vez, comercializam pequena parte da produção para estes compradores, quando comparados a empreendimentos adimplentes;
- Uma proporção razoável de adimplentes, em comparação com uma proporção ínfima de inadimplentes, vende grande parte ou toda a sua produção para o programa de aquisição de alimentos;
- Empreendimentos inadimplentes que vendem grande parte ou toda a sua produção tem como principal comprador os intermediários (16,32% dos empreendimentos inadimplentes), e outros consumidores em feiras (10,20%); este perfil de comercialização é diferente do de empreendimentos adimplentes que vendem grande parte ou toda a sua produção, os quais a destinam, a outros consumidores (26,09% dos empreendimentos adimplentes), a intermediários (17,40%), e ao PAA (8,70%).

Os dados indicam grande dificuldade de comercialização, por parte de todos os empreendimentos, mas ainda maior para os inadimplentes. Por outro lado, mostram ainda que o Programa de Aquisição de Alimentos está sendo procurado com maior frequência por empreendimentos adimplentes, o que pode significar uma maior aproximação deste programa social e um melhor acesso a políticas de suporte, por parte destes empreendimentos que tem obtido melhor desempenho.



**Figura 7: Proporção de empreendimentos adimplentes e inadimplentes da linha CPR que declararam venda a diferentes produtores (PAA – Programas de Aquisição de Alimentos; Intermediários; Outros compradores em feiras ou outros consumidores)**

Outra evidência interessante é o papel ainda proeminente de intermediários, na comercialização de produtos rurais, para ambos os grupos (adimplentes e inadimplentes), em proporções similares.

Outros compradores em feiras ou outros consumidores também apresentam papel destacado na comercialização dos empreendimentos do CPR, bem maior para os adimplentes. Para os empreendimentos inadimplentes, este é o segundo destino preferido de sua produção.

A distância de locais de venda de produção rural, para estes empreendimentos, é mostrada na Tabela 29. Empreendimentos inadimplentes estão, em média, a uma distância que é praticamente o dobro, da observada para empreendimentos adimplentes; observa-se também uma maior dispersão em torno da média para estes últimos, com valores individuais que vão de 0 a 255 km de distância, enquanto a amplitude, para empreendimentos adimplentes, é bem menor (3 a 70 km de distância).

**Tabela 29: Distância (em km) entre os empreendimentos adimplentes e inadimplentes do CPR e o mercado local em que vendem seus produtos**

Tipo de Empreendimento	n	Valor mínimo	Valor máximo	Média	Desvio-padrão
Adimplentes	10	3	70	23,50	21,80
Inadimplentes	30	0	255	38,37	69,77

A distância do mercado é outra dificuldade importante para a comercialização de produtos da produção rural, que afeta especialmente os empreendimentos inadimplentes.

#### 5.4. Caracterização da Renda Familiar: importância de diversas fontes e relação entre ganhos e despesas

Nesta seção são examinados indicadores de desempenho econômico dos empreendimentos, por meio de estimativas de sua participação na composição da renda familiar dos associados, na Linha CPR.

As dificuldades de comercialização de produtos originados da exploração agropecuária possivelmente limitam os ganhos oriundos desta produção, tanto para empreendimentos adimplentes como inadimplentes. Limitam, portanto, também sua participação como fonte de renda familiar, examinada nesta seção; no entanto, é possível que esta limitação, se comprovada, também impacte de forma diferente os empreendimentos adimplentes e inadimplentes.

Esta análise está diretamente relacionada a dimensões de poder, propostas por Galjart (1971) e adotadas como parte do marco conceitual deste estudo.

**Tabela 30: Importância de diversas fontes, para a renda familiar, contas mensais pagas e relação entre despesas e ganhos mensais, para empreendimentos adimplentes e inadimplentes da Linha CPR.**

Variáveis	Adimplentes (N=23)				Inadimplentes (N=98)			
	n	% (=1)	Média	DP	n	% (=1)	Média	DP
<b>Importância de diferentes fontes de renda (Escala de 1 a 10)</b>								
Ganhos do trabalho, fora do empreendimento	23		5,87	2,96	98		6,23	3,15
Ganhos recebidos pela venda de produtos produzidos na propriedade	23		6,69	3,35	97		5,33	3,35
Ganhos recebidos do governo (Bolsa Família, Vale Gás, etc.)	23		8,3	2,4	97		7,3	3,3
Ganhos de aposentadoria, aposentadoria rural por idade ou pensão	23		7,6	3,3	97		6,49	3,83
Ganhos de cadernetas de poupança, arrendamento de terra, etc.	23		1,48	1,88	95		1,16	0,99
Dinheiro recebido de pessoas de fora do domicílio	23		1,6	2,1	97		2,09	2,59
<b>Contas pagas mensalmente</b>								
Eletricidade	23	100,00			91	92,86		
Água	3	13,04			12	12,24		
Telefone celular	13	56,52			45	45,92		
Financiamento/crediário de eletrodomésticos	19	82,61			59	60,20		
Gás	19	82,61			74	75,51		
Outras contas	13	56,52			44	44,90		
<b>Relação entre gastos e despesas</b>								
Relação entre gastos e despesas mensais	23		1,39	0,78	98		1,33	0,55

Com o intuito de identificar a importância desta fonte de recursos financeiros, assim como de outras fontes alternativas, solicitou-se aos entrevistados que avaliassem, em escalas de 1 a 10 (1=sem importância; ... 10=importância muito grande), a importância de diversas destas fontes. Além disto, procurou-se também identificar quais contas os empreendimentos adimplentes e inadimplentes devem pagar mensalmente; finalmente, a

relação entre despesas e ganhos mensais também foi identificada, por meio de escala (1=despesas maiores que ganhos, 2= despesas iguais a ganhos; 3= despesas menores que ganhos). Os resultados destas avaliações são apresentados na Tabela 30.

Para os empreendimentos inadimplentes são mais importantes, nesta ordem: 1. os ganhos recebidos do governo (por exemplo, Bolsa família); 2. os ganhos de aposentadoria ou pensão; 3. os ganhos do trabalho fora do empreendimento; 4. os ganhos recebidos pela venda de produtos produzidos na propriedade; 5. dinheiro recebido de pessoas de fora do domicílio; e 6. ganhos de caderneta de poupança. As duas últimas fontes possuem importância bastante reduzida.

Importância bastante similar, das diversas fontes, é indicada pelos empreendimentos adimplentes. A diferença está na ordem em que aparecem as fontes de ganhos do trabalho fora do empreendimento e ganhos recebidos pela venda de produtos produzidos no empreendimento, que aparecem em quarto e terceiro lugares, para empreendimentos adimplentes.

Observa-se ainda que os empreendimentos inadimplentes avaliaram como menos importantes, que os empreendimentos adimplentes, as seguintes fontes de recursos: ganhos recebidos do governo; ganhos de aposentadoria ou pensão; ganhos pela venda de produtos produzidos no empreendimento; e ganhos de caderneta de poupança; por outro lado, avaliaram como mais importante do que o fizeram os empreendimentos adimplentes, as seguintes fontes: ganhos do trabalho fora do empreendimento; e dinheiro recebido de pessoas de fora do domicílio.

É revelador que ambos os tipos de empreendimento devam recorrer a tantas fontes alternativas, para complementação de sua renda, que a venda de produtos rurais apareça como terceira fonte de empreendimentos adimplentes (atrás de recursos do governo e de aposentadorias ou pensões), e que o trabalho fora do empreendimento apareça como a terceira fonte, para os empreendimentos inadimplentes.

Em relação a contas a pagar mensalmente, embora todos os empreendimentos revelem pagar as diferentes contas a eles apresentadas, há diferenças nas proporções de empreendimentos que as pagam, dentro de um mesmo grupo ou em comparação com o outro grupo (adimplentes ou inadimplentes). Esta proporção é baixa e equivalente, para ambos os grupos, no caso de água. É menor, para empreendimentos inadimplentes, para todas as demais contas. Ou seja, estes empreendimentos tem menor acesso a itens de consumo como telefone celular, financiamentos de eletrodomésticos, gás, do que empreendimentos inadimplentes.

Finalmente, a relação entre despesas e ganhos, nos dois tipos de empreendimento, é apresentada na Figura 8. Nesta Figura, torna-se claro que os empreendimentos inadimplentes concentram-se entre aqueles cujas despesas são maiores do que seus ganhos; e aqueles em que despesas e ganhos se equivalem. Os empreendimentos adimplentes, por sua vez, se segmentam entre os que possuem também despesas maiores que ganhos, e os que possuem ganhos maiores que despesas.

Assim, embora para ambos os tipos de empreendimentos se verifique a presença de uma proporção maior de empreendimentos com despesas maiores que ganhos – e também, que para os adimplentes, esta proporção seja ainda maior – o conjunto de empreendimentos inadimplentes possui uma fatia muito pequena de empreendimentos com despesas menores que ganhos.

Ainda, considerando a proporção de empreendimentos com despesas iguais ou menores que ganhos, os empreendimentos inadimplentes apresentam proporção maior do que os adimplentes, neste ponto positivo da escala (28,47%, em oposição a 21,74%, para empreendimentos adimplentes).

Esta relação entre despesas e ganhos é certamente uma das dificuldades que os empreendimentos devem superar, para manter-se em dia com o crédito fundiário.

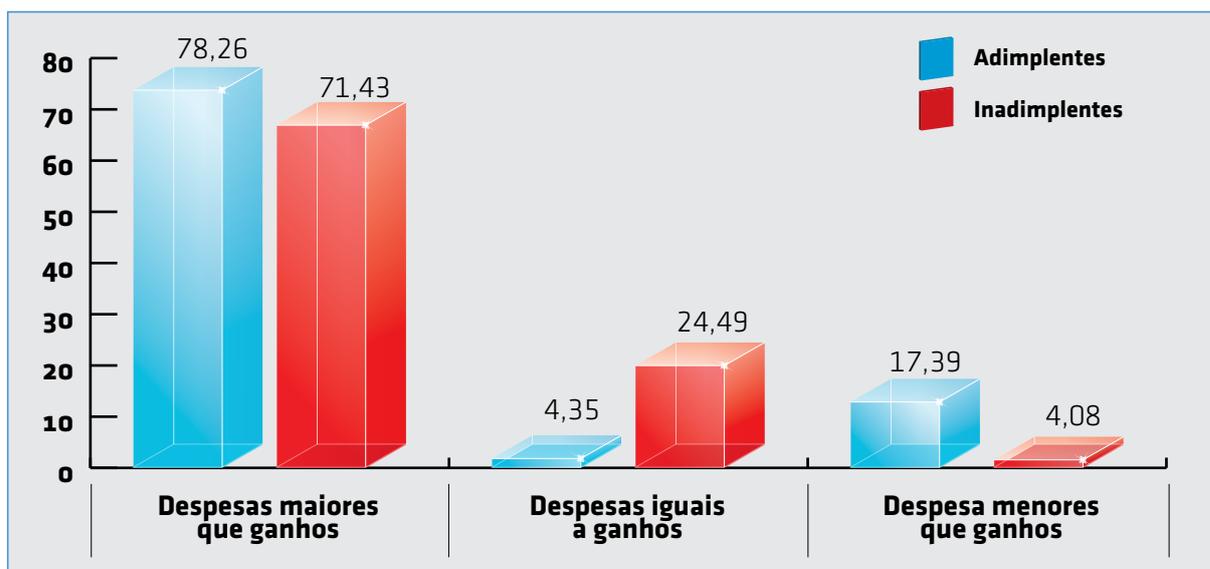


Figura 8: Relação entre despesas e ganhos, em empreendimentos adimplentes e inadimplentes da Linha CPR.

## 5.5. Mudanças em Qualidade de Vida de Empreendimentos Adimplentes e Inadimplentes

Esta seção focaliza os impactos que o empreendimento da Linha CPR trouxe, à família dos associados, em termos de sua qualidade de vida. Relaciona-se ao objetivo específico 4, do presente estudo, e à dimensão de poder, na proposta conceitual adotada.

O acesso à terra, como um dos principais recursos para que os beneficiários de programas como o PNCF possam iniciar uma atividade econômica, pode trazer impactos para diversos atributos relacionados à qualidade de vida destes agricultores, tais como em suas condições de moradia, transporte, saúde, alimentação, acesso a bens, ganhos, acesso a serviços, educação dos filhos, e patrimônio da família. Os entrevistados foram solicitados a avaliar as mudanças nestas condições, antes do empreendimento e no presente, em uma escala de cinco pontos (1=piorou muito, 2=piorou um pouco; 3=está igual, 4=melhorou um pouco; 5=melhorou muito). A Tabela 31 apresenta os percentuais de resposta em cada ponto da escala, por condição de qualidade de vida avaliada, e por tipo de empreendimento (adimplente ou inadimplente).

Em geral, os dados da Tabela 31 apontam para uma avaliação positiva de mudanças em qualidade de vida, tanto para empreendimentos adimplentes como inadimplentes. No entanto, é preciso olhar com mais cuidado para estes dados, para identificar as diferenças entre eles:

- a) quando se observam os pontos 1 e 2, que indicam piora na situação dos associados, os entrevistados em empreendimentos inadimplentes apontam este tipo de mudança, em proporção pequena, mas em geral superior às avaliações de empreendimentos adimplentes; a exceção é a avaliação similar de ambos para a saúde, em que 8% dos empreendimentos indicam que houve alguma piora; e para educação dos filhos, em que 13% dos empreendimentos adimplentes, em oposição a 8,24% dos inadimplentes indicam piora, em relação à sua situação, antes do empreendimento;

b) quando se agrega o ponto médio da escala (está igual), aos pontos 1 e 2, e considerando um valor total, nestes pontos, igual ou superior a 30% de respostas, observa-se que os empreendimentos inadimplentes apresentam avaliações desfavoráveis, em termos de mudanças em qualidade de vida, para transporte, saúde, alimentação, ganhos, acesso a serviços e educação dos filhos; avaliações semelhantes são apresentadas por adimplentes, em relação a saúde, ganhos, educação dos filhos;

c) por último, quando se observam os pontos 4 e 5 da escala, e avaliações superiores ou iguais a 70%, somando-se estes pontos, os empreendimentos inadimplentes apresentam avaliações favoráveis para moradia, educação dos filhos, e patrimônio; adimplentes, por sua vez, são bastante favoráveis em relação a moradia, alimentação, acesso a bens e a serviços, educação dos filhos e patrimônio.

**Tabela 31: Mudanças ocorridas por condição de qualidade de vida e por tipo de empreendimento (em % de respostas), para empreendimentos adimplentes e inadimplentes da Linha CPR.**

Condição de qualidade de vida	Tipo de empreendimento	Mudança ocorrida na condição, antes e depois do empreendimento				
		Piorou muito	Piorou um pouco	Está igual	Melhorou um pouco	Melhorou muito
Moradia	Adimplentes	0,00	0,00	17,39	43,48	39,13
	Inadimplentes	2,04	1,02	14,29	38,78	43,88
Transporte	Adimplentes	0,00	0,00	26,09	17,39	56,52
	Inadimplentes	7,14	4,08	29,59	27,55	31,63
Saúde	Adimplentes	8,70	0,00	34,78	43,48	13,04
	Inadimplentes	6,12	2,04	35,71	34,69	21,43
Alimentação	Adimplentes	0,00	4,35	21,74	30,43	43,48
	Inadimplentes	4,08	2,04	26,53	51,02	16,33
Acesso a bens	Adimplentes	0,00	0,00	13,04	21,74	65,22
	Inadimplentes	0,00	2,04	20,41	37,76	39,80
Ganhos	Adimplentes	4,55	0,00	31,82	54,55	9,09
	Inadimplentes	4,55	1,14	32,95	50,00	11,36
Acesso a serviços	Adimplentes	0,00	0,00	9,09	18,18	72,73
	Inadimplentes	3,06	5,10	21,43	38,78	31,63
Educação	Adimplentes	8,70	4,35	17,39	30,43	39,13
	Inadimplentes	4,12	4,12	26,80	39,18	25,77
Patrimônio	Adimplentes	0,00	0,00	8,70	47,83	43,48
	Inadimplentes	2,04	0,00	16,33	42,86	38,78

Embora em geral os dados analisados indiquem que houve melhoria, para a maioria dos empreendimentos, é preciso uma atenção para a generalizada insatisfação com melhorias em saúde e em ganhos. Isto porque a questão de saúde afeta toda a família, e também porque apresenta avaliações negativas, tanto para adimplentes como para inadimplentes; e a questão de ganhos, supostamente derivados do empreendimento rural, não pode deixar de ser associada ao esforço de desenvolvimento de um negócio baseado na exploração rural da terra, o que se verificou não estar acontecendo como esperado, até o momento.

## 5.6. Caracterização do Contrato

Nesta seção, o contrato estabelecido entre os empreendimentos beneficiários e o PNCF, Linha CPR, é analisado, em termos da situação atual de adimplência destes empreendimentos, de oportunidades de renegociação e individualização do contrato, de recursos adicionais (correspondentes aos Selos da Linha) recebidos, de crenças dos associados em geral, com respeito ao financiamento e à posse da terra, e à sua satisfação com diversos aspectos do financiamento contratado.

Esta seção relaciona-se aos objetivos específicos 5 e 6, do presente estudo, e a dimensões de poder, querer e saber, segundo Galjart (1971).

### 5.6.1. Situação de Adimplência, nos Empreendimentos, e Razões Percebidas para Inadimplência

Os empreendimentos adimplentes e inadimplentes que são foco desta avaliação, foram assim classificados por sua situação, em relação ao pagamento do crédito fundiário, em novembro de 2010. A coleta de dados ocorreu de maio a julho de 2011, e seria possível que houvessem mudado sua condição de adimplência, no período decorrido entre 2010 e a coleta. Os entrevistados foram solicitados a identificar a situação atual de adimplência de seus empreendimentos, e dados relacionados, como saldo devedor e número de parcelas vencidas. Avaliaram também, em escala de 1 a 10, a importância de diversas razões, apresentadas pelo entrevistador, para a situação de inadimplência de um empreendimento qualquer, da Linha CPR. Suas avaliações são apresentadas na Tabela 32.

**Tabela 32: Situação atual de adimplência e razões percebidas para inadimplência de um empreendimento, na avaliação de empreendimentos adimplentes e inadimplentes (em agosto de 2010) da Linha CPR.**

Variáveis	Adimplentes (n=23)				Inadimplentes (n=98)			
	n*	% (=1)	Média	DP	n	% (=1)	Média	DP
<b>Situação de adimplência/inadimplência</b>								
Saldo devedor total	6		66933,33	45436,84	24		132045	209332,36
Adimplência do empreendimento	23	100			41	43,16		
Parcelas vencidas	2		3	0	44		2,52	1,37
<b>Razões para inadimplência (Escala de 1=nenhuma influência sobre a inadimplência, ... 10=influência total)</b>								
Seleção inadequada do beneficiário do crédito	22		4,77	3,33	92		5,2	3,47
Substituição frequente ou saída de associados	23		5,09	3,41	95		5,69	3,55
Despesas muito grandes do beneficiário	22		5,45	3,17	94		6,51	3,26
Orientação recebida de outras pessoas para não pagar a dívida	22		2,95	3,12	92		2,77	2,9
Certeza de que a dívida não será cobrada	21		4,09	3,75	90		3,64	3,4
Baixa renda produzida pelo empreendimento	22		5,32	3,12	94		6,5	3,11
Crença de que o governo deve dar a terra de graça	22		4,41	2,97	92		3,74	3,23
Imitação do comportamento de beneficiários que não pagam a dívida	21		3,19	2,6	94		3,59	3,19
Outra razão	23		2,61	3,12	86		4,4	4,23

\* Como resposta a estas questões, o entrevistado podia escolher a resposta "não sei/não lembro". Na Tabela 32, portanto, a diferença entre o total de adimplentes/inadimplentes e o valor de n em cada uma destas condições, corresponde ao total de entrevistados que optaram por esta alternativa de resposta.

Sobre a situação de inadimplência, verifica-se que todos os empreendimentos adimplentes continuavam nesta condição, quando foi realizada a coleta de dados. Por outro lado, 41% dos empreendimentos inadimplentes, em 2010, haviam mudado para a situação de adimplentes, segundo os entrevistados (o que, se de fato aconteceu, confirma em parte alguns resultados já relatados sobre o bom desempenho de alguns destes empreendimentos).

O saldo devedor total, de empreendimentos inadimplentes, é bastante superior ao de empreendimentos adimplentes; observa-se uma inconsistência, na indicação de parcelas vencidas, para empreendimentos adimplentes. Observe-se que os dois entrevistados que declararam parcelas vencidas não realizaram renegociação do contrato, um deles porque “a regularização da associação não foi feita”, e o outro, porque “o presidente saiu e a associação não se organizou mais”.

Quanto a razões para a inadimplência, avaliadas pelos entrevistados em relação a um empreendimento qualquer (mesmo que não fosse o caso de seu empreendimento), os empreendimento inadimplentes consideram como as razões mais relevantes as seguintes, nesta ordem:

- 1ª. Despesas muito grande dos associados;
- 2ª. Baixa renda produzida pelo empreendimento;
- 3ª. Substituição frequente ou saída de associados;
- 4ª. Seleção inadequada de beneficiários;
- 5ª. Crença de que o governo deve dar a terra de graça;
- 6ª. Certeza de que a dívida não será cobrada;
- 7ª. Imitação do comportamento de outros beneficiários que não pagam a dívida;
- 8ª. Orientação recebida para não pagar a dívida;
- 9ª. Outra razão.

Os empreendimentos adimplentes apresentam avaliação semelhante, para os quatro primeiros fatores acima; em relação aos cinco últimos, nestes empreendimentos eles ocupam a 6ª., 7ª., 8ª., 9ª. e 5ª. posição, respectivamente.

Há evidências, assim, de que tanto adimplentes como inadimplentes consideram como mais relevantes as quatro primeiras razões apontadas, as quais apresentam relação com a capacidade de pagamento, dos associados, com as regras de gestão da associação – regras estas estabelecidas no próprio CPR. Outras razões analisadas, e que corresponderiam a uma decisão de não-pagar a dívida, mesmo que houvesse a capacidade de pagamento, são consideradas como de menor importância, por ambos os grupos.

### **5.6.2. Oportunidades de Renegociação e Individualização do Contrato**

---

Os empreendimentos inadimplentes da Linha CPR tiveram oportunidade de renegociar seus contratos, em conformidade com a Lei 11.775, de 17 de setembro de 2008. Esta renegociação poderia ocorrer de acordo com as condições estava descritas no Anexo 2.

Além disto, considerando que a existência de uma dívida coletiva, atingindo a todos os associados – mesmo os que teriam capacidade individual de pagar sua parte – contribuía fortemente para que, no final, todos deixassem de pagar a dívida, o governo decidiu possibilitar que a dívida fosse individualizada, nos programas de acesso coletivo. A mesma Lei 11.775 estabeleceu as condições para individualização, também descritas no Anexo 2.

A Tabela 33 apresenta dados sobre a renegociação do contrato (ocorrência da renegociação, razões para que não ocorresse e adimplência com o financiamento, após a renegociação); além disto, apresenta também informações sobre a ocorrência de individualização do contrato, e as razões que influenciaram casos de não-ocorrência.

**Tabela 33: Ocorrência de renegociação e individualização dos contratos, e razões para não ocorrência destas mudanças, no contrato inicialmente firmado, entre empreendimentos adimplentes e inadimplentes da Linha CPR**

Variáveis	Adimplentes				Inadimplentes			
	n	% (Não)	% (Sim)	% (=Não sei/não lembro)	n	% (Não)	% (Sim)	% (=Não sei/não lembro)
<b>Renegociação do contrato (0=Não houve; 1= Houve renegociação; 9=Não sei/não lembro)</b>								
Renegociação do contrato	23	65,22	30,43	4,35	97	49,48	40,21	10,31
<b>Razões para não renegociação (0=Não se aplica; 1=Razão indicada)</b>								
Inexistência de interesse dos associados	14	92,86	7,14		52	55,77	19,23	5,77
Burocracia e documentação exigidas	14	100,00			52	61,54	30,77	7,69
Falta de orientação sobre como fazer	18	72,22	5,56	22,22	48	60,42	39,58	
Outra razão	14		92,86	7,14	53	33,96	58,49	7,69
Adimplência com o financiamento da terra, após a ocorrência de renegociação	7	28,57	71,43		39	53,85	46,15	
<b>Individualização do contrato</b>								
Individualização do contrato	22	86,36	9,09	4,55	98	96,94		3,06
<b>Razões para não individualização (0=Não se aplica; 1=Razão indicada)</b>								
Falta de acordo entre associados	20	80,00	20,00		92	79,35	19,57	1,09
Juntada de documentação necessária	20	95,00	5,00		91	85,71	13,19	0,11
Custos cartoriais	20	90,00	10,00		91	73,63	24,18	2,20
Exigência de quitação da dívida anterior	20	100,00			90	74,44	24,44	1,11
Informação recebida de que individualização não valia a pena	20	95,00	5,00		91	93,41	4,40	2,20
Outro motivo	20	20,00	80,00		92	32,61	65,22	2,17

Na Tabela 33, é possível identificar que os inadimplentes apresentaram maior proporção de iniciativas de renegociação que os adimplentes. As razões para não-renegociação, pelos inadimplentes, são, nesta ordem:

- 1º Outras razões, além das sugeridas pelo entrevistador;
- 2º Falta de orientação sobre como fazer a renegociação;
- 3º Elevada burocracia e documentação exigidas; e, em
- 4º Falta de interesse na iniciativa.

Adimplentes, por sua vez, indicaram na maioria outras razões (diferentes das sugeridas) para a não-renegociação.

Depois da ocorrência desta mudança no contrato, adimplentes mantiveram-se em dia com o pagamento da dívida, em maior proporção do que os inadimplentes.

É importante destacar também o elevado percentual de adimplentes que declararam não saber responder à questão sobre a orientação para fazer a renegociação.

Quanto à iniciativa de individualização, número alto de adimplentes, mas ainda maior de inadimplentes, deixou de aderir a esta iniciativa. Entre as razões sugeridas pelo entrevistador, inadimplentes apontaram, em maior proporção que os adimplentes, a documentação exigida, os custos cartoriais elevados, a exigência de quitação da dívida anterior.

Para ambos os grupos, há outros motivos, além dos sugeridos na entrevista, que motivou a decisão de não aderir à individualização. Estes outros motivos, tanto para a não-renegociação como para a não-individualização, são apresentados na Tabela 34.

**Tabela 34: Outras razões – além das sugeridas na entrevista – para que renegociação e individualização da dívida não ocorressem, em empreendimentos adimplentes e inadimplentes da Linha CPR.**

Outras razões para não ocorrência de renegociação do contrato e/ou individualização da dívida	Adimplentes (n=9)		Inadimplentes (n=28)	
	n	%	n	%
<b>Razões para não-ocorrência de renegociação</b>				
Não houve necessidade	12	92,31	9	31,03
O banco não aceitou renegociar	1	7,69	6	20,69
Informação do Banco sobre inexistência de renegociação			1	3,45
Dívida era muito alta			3	10,34
O grupo se organizou e pagou o débito			1	3,45
Não havia um grupo organizado			1	3,45
Falta de interesse da Presidência da Associação para resolver pendências			1	3,45
Estão esperando a regularização			3	10,34
Informações equivocadas, dadas por atores envolvidos			3	10,34
Não soube informar			1	3,45
Total de respostas	13		29	
<b>Razões para não-ocorrência de individualização</b>				
Não estão interessados	2	12,5	7	15,22
Não foram informados, não sabiam	10	62,5	28	60,87
O banco não aceita	1	6,25		
Muita burocracia envolvida	1	6,25		
Alguns ficariam prejudicados com a individualização	2	12,5		
Não atendem ao tempo mínimo de débito para poder fazer a individualização			3	6,52
Querem, mas ainda não conseguiram			1	2,17
Não puderam, pois não pagaram as parcelas atrasadas			1	2,17
Precisam regularizar sua situação			3	6,52
Já que é um grupo, não deveriam individualizar			1	2,17
Fica mais fácil pagando todos juntos			1	2,17
Não vale a pena pois a terra é pouca			1	2,17
Total de respostas	16		46	

As duas razões mais frequentes para a não-renegociação, para ambos os grupos, são a inexistência de necessidade, e a não aceitação da renegociação, pelo Banco. A primeira destas razões é mais característica dos adimplentes, e a segunda, dos empreendimentos inadimplentes. Para estes últimos, aponta-se também o tamanho da dívida, a espera pela regularização, e informações equivocadas, fornecidas por diversos atores, durante o processo, como razões para a não-renegociação.

No caso da individualização, a falta de informação/orientação sobre a iniciativa foi o principal destaque, entre outras razões, para ambos os grupos (sem diferença muito marcante entre eles). A falta de interesse na iniciativa foi outra razão destacada pelos entrevistados, para não aderir a ela.

### 5.6.3. Recursos Adicionais: Temáticas Relevantes e Selos

Segundo o MDA, 2010, p. 82:

*“Os tetos de recursos disponíveis por beneficiário são definidos por micro-região, segundo critérios técnicos que devem levar em conta o preço da terra na micro-região, de forma a tornar viável a aquisição dos imóveis e o financiamento dos investimentos comunitários necessários à estruturação das unidades produtivas. ... Os tetos poderão ser alterados em função de normas e de critérios técnicos a serem definidos pelo DCF/SRA e que deverão levar em conta o mercado de terras, os sistemas de produção e a matriz produtiva característicos da agricultura familiar daquela micro-região”.*

O PNCF estabelece tetos microrregionais (por município em cada microrregião de cada Estado). No entanto, a depender de avaliações e estudos coordenados pelo DCF/SRA, podem ser concedidos recursos adicionais denominados extra-teto, superiores aos valores estabelecidos pelos tetos microrregionais.

Além dos recursos extra-teto, existem ainda adicionais relacionados a Temáticas Relevantes e a Selos do Programa de Combate à Pobreza Rural. No caso de Temáticas Relevantes, existem dois adicionais:

- a) Adicional por localização no Semi-Árido, em projetos SIC<sup>5</sup> : nas regiões do semi-árido e de alto risco climático, haverá um valor adicional no teto para linha de financiamento CPR no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), por família, que deverão ser aplicados na gestão dos recursos hídricos, em ações de preservação ambiental e nas estratégias de convivência com a seca, mediante a apresentação de projeto a UTE e aprovação do CEDRS, para os projetos localizados em municípios previamente definidos pelo CPR (MDA, 2010);
- b) Adicional para melhorias ambientais, em projetos SIC, nas demais regiões (diferentes do Semi-Árido): um adicional no teto para linha de financiamento CPR de até R\$ 3.000,00 (três mil reais), por família, para solucionar problemas ambientais existentes anteriormente à aquisição do imóvel ou para introduzir melhorias ambientais no imóvel, tais como medidas e investimentos para conservação e correção da fertilidade de solos, recuperação e reflorestamento de áreas de preservação permanente e de reserva legal, introdução de sistemas agroflorestais ou agroecológicos, conversão para a produção orgânica. A liberação deste crédito adicional é condicionada à apresentação e à aprovação pela UTE e pelo Conselho Estadual, de um subprojeto específico (MDA, 2010b).

Existem ainda recursos adicionais ao teto estabelecidos nos SICs, adicionais estes relacionados ao Selos do Programa de Combate à Pobreza Rural (PNCF Mulher, Nossa Primeira Terra, Terra Negra):

- a. Adicional relacionado ao PNCF-Mulher: adicional no valor de até R\$ 1.000,00 (um mil reais) por participante de grupo organizado em associação formada exclusivamente com beneficiárias que acessem a linha de financiamento CPR, com a finalidade de implementar projetos comunitários e/ou produtivos, a partir das demandas específicas das mulheres (MDA, 2010);

5) Projetos de infraestrutura básica e produtiva apresentados pelas associações de trabalhadores rurais beneficiários, contendo os respectivos planos de aplicação de recursos, cronogramas de execução e desembolso das parcelas previstas para liberação; estes recursos são não-reembolsáveis.

b. Adicional relacionado ao PNCF-Nossa Primeira Terra: adicional no valor de até R\$ 1.000,00 (um mil reais) por participante de grupo organizado em associação, com pelo menos 70 % de beneficiários, que acessarem a linha de financiamento CPR, com idade entre 18 e 28 anos, sendo os 30% restantes com idade até 32 anos, com a finalidade de implementar projetos comunitários e/ou produtivos, a partir das demandas específicas da juventude rural (MDA, 2010);

c. Adicional relacionado ao PNCF-Terra Negra: adicional no valor de até R\$ 1.000,00 (um mil reais) por participante de grupo organizado em associação, formadas por trabalhadores e trabalhadoras rurais negros, estruturadas a partir das demandas do movimento negro rural, para a linha de financiamento CPR (MDA, 2010)

Todos estes recursos adicionais são analisados na Tabela 35, que apresenta em cada tipo de empreendimento, o número de entrevistados, e a proporção de respostas em cada ponto da escala (0=nenhum associados recebeu, 1=parte dos associados recebeu; 2=todos receberam).

Na Tabela 35, tanto os empreendimentos inadimplentes como os adimplentes declaram que a grande maioria dos associados não recebeu nenhum dos recursos adicionais que poderiam ter solicitado, sejam estes recursos extra-teto, ou relacionados a temáticas relevantes ou ainda aos Selos da Linha CPR. A este respeito, os entrevistadores declararam ser marcante o desconhecimento sobre estes recursos (o que pode ser uma das razões para a sua não-solicitação, por parte dos beneficiários).

**Tabela 35: Proporção de associados, em empreendimentos adimplentes e inadimplentes da Linha CPR, que receberam recursos adicionais (extra-teto microrregionais, temáticas relevantes e selos do CPR).**

Variáveis	Adimplentes				Inadimplentes			
	n	0=nenhum associado recebeu	1=parte dos associados recebeu	% (=Não sei/não lembro)	n	0=nenhum associado recebeu	1=parte dos associados recebeu	% (=Não sei/não lembro)
Recebimento de recursos extra-teto	22	95,45		4,55	85	98,82		1,18
Recebimento de adicional por localização no Semi-Árido	22	90,91		9,09	78	97,44		2,56
Recebimento de adicional para melhorias ambientais,	22	100,00			84	89,29	1,19	9,52
Recebimento de adicional de recursos relacionados ao PNCF-Mulher	17	100,00			71	100,00		
Recebimento de adicional de recursos relacionados ao PNCF-Nossa Primeira Terra	17	100,00			71	100,00		
Recebimento de adicional de recursos relacionados ao PNCF-Terra Negra	17	100,00			71	100,00		

É de se destacar, ainda, que este desconhecimento parece ser maior com relação aos Selos (destinados a beneficiários mulheres, jovens e negros), para os quais os entrevistados declararam que nenhum dos beneficiários no empreendimento haviam recebido adicionais.

Para recursos extra-teto microrregionais, e relacionados a temáticas relevantes (localização no Semi-Árido), houve uma proporção pequena de empreendimentos adimplentes – e menor ainda, para inadimplentes – que receberam estes adicionais.

#### 5.6.4. Crenças sobre financiamento e posse da terra

O contrato de financiamento da terra tem, de um lado, a Linha CPR e suas regras específicas. De outro, tem um empreendimento beneficiário e seus associados, os quais possuem crenças relacionadas a este financiamento e suas características – por exemplo, acesso individual ou coletivo – e ainda, sobre o próprio pagamento da dívida e sobre o valor da terra, que podem influenciar a decisão de manter-se em dia com o financiamento. Estas crenças estão relacionadas à dimensão de querer (Galjard, 1971), e a avaliação dos entrevistados sobre elas é apresentada na Tabela 36.

As diferenças entre avaliações em empreendimentos adimplentes e inadimplentes, para todas estas afirmativas, é em geral pequena. Além disso, a concordância com elas tem a mesma classificação, para ambos os tipos de empreendimentos: maior para a afirmativa 1, seguida pelas afirmativas 4, 5, 3 e 2.

Comparando empreendimentos adimplentes e inadimplentes, em relação a cada afirmativa, verifica-se que empreendimentos inadimplentes apresentam concordância:

- maior do que os adimplentes, em relação ao financiamento da terra pelo governo federal; ao valor da terra como patrimônio, e ao não-funcionamento de programas de acesso coletivo;
- menor do que os empreendimentos adimplentes, em relação ao valor da terra, por si só, como garantia para a agricultura, e a doação da terra para todos.

**Tabela 36: Crenças dos associados de empreendimentos adimplentes e inadimplentes da Linha CPR, relacionadas ao financiamento e suas características, e ao valor da terra (Escala de concordância: 1=não concordam de modo algum... 10=concordam muito)**

Variáveis: Concordância com as afirmativas:	Adimplentes (n=23)			Inadimplentes (n=98)		
	n	Média	DP	n	Média	DP
1. A terra deve ser financiada pelo governo	23	8,69	2,12	96	8,77	1,8
2. Programas de acesso coletivo à terra não funcionam	23	4,91	2,75	94	5,94	3,29
3. A terra deveria ser garantida de graça para todos	23	6,83	3,54	95	6,42	3,62
4. A terra por si só não garante sucesso na agricultura	23	8,47	2,39	95	7,94	2,61
5. A terra por si só é um patrimônio que garante o futuro do agricultor	23	7,26	3,55	95	7,42	3,07

Algumas destas avaliações têm possivelmente relação com a experiência dos dois tipos de empreendimentos com a exploração agropecuária da terra – em geral, com maior sucesso, no caso de empreendimentos adimplentes – e com o funcionamento da forma coletiva de financiamento, que é avaliada, por diversos indicadores ao longo deste relatório, como não existente na prática dos empreendimentos, e muitas vezes, punitiva para alguns associados, que poderiam estar adimplentes, mas que estão impedidos de fazê-lo, em empreendimentos que não realizaram a individualização da dívida.

De modo geral, as crenças investigadas nesta seção não distinguem empreendimentos adimplentes e inadimplentes, de forma clara e inequívoca e, portanto, qualquer ação destinada a fortalecer crenças, por exemplo, por meio de capacitação, campanhas, etc., devem ser dirigidas aos dois grupos.

### 5.6.5. Satisfação com as Características do Contrato

Os entrevistados foram solicitados a avaliar diversas condições do financiamento recebido, em uma escala de 1 a 10 (1=não estão nada satisfeitos... 10=estão muito satisfeitos). Os resultados destas avaliações são apresentados na Tabela 37.

**Tabela 37: Satisfação, em empreendimentos adimplentes e inadimplentes da Linha CPR, com diversas condições do financiamento da terra. (Escala: (1=não estão nada satisfeitos... 10=estão muito satisfeitos). Ordem: posição da variável, em relação às demais, por ordem decrescente de média de satisfação).**

Variáveis	Adimplentes (n=23)				Inadimplentes (n=98)			
	n	Média	DP	Ordem	n	Média	DP	Ordem
Valor total do financiamento da terra	23	8,96	1,49	1º	95	7,52	3,01	3º
Prazo de carência do financiamento	23	7,96	2,77	4º	94	7,47	2,76	4º
Valor das parcelas a serem pagas	23	6,65	3,11	8º	98	6,72	3,22	8º
Financiamento de projetos de infraestrutura	23	7,26	2,61	5º	94	7,20	3,05	5º
Documentação exigida para entrada	23	7,04	2,98	7º	96	7,60	2,63	2º
Procedimento para seleção do beneficiário	23	8,09	1,88	3º	94	6,96	2,77	6º
Forma de escolha do imóvel	23	8,70	1,61	2º	91	8,35	2,23	1º
Procedimento para substituição de associados	23	5,39	3,27	9º	95	5,76	3,13	10º
Procedimento para exclusão de associados	22	3,59	2,63	12º	89	5,53	3,06	11º
Orientação/informação recebidas para renegociação da dívida	20	5,25	3,34	10º	95	6,23	3,39	9º
Orientação/informação para individualização da propriedade e da dívida	19	3,95	2,88	11º	90	4,91	3,65	12º
Capacitação inicial para fazer proposta	23	7,17	2,79	6º	88	6,86	2,98	7º

Em geral, empreendimentos inadimplentes apresentam menor variação de avaliações, na escala de 1 a 10 utilizada: as médias variam entre 8,35 e 4,91; há ainda uma maior dispersão em torno da média do que a observada para empreendimentos adimplentes.

Todos concordam com as condições de menor satisfação:

- a) Orientação recebida sobre renegociação;
- b) Procedimentos para substituição de associados;
- c) Procedimentos para exclusão de associados;
- d) Orientação recebida sobre individualização da dívida.

Para todas estas condições, as avaliações de empreendimentos inadimplentes é maior do que a de adimplentes (isto é, os inadimplentes estão ligeiramente mais satisfeitos do que os empreendimentos em dia com a dívida, com estas condições). Também apresentam maior satisfação que estes em relação a capacitação inicial e documentação exigida para entrada.

Os inadimplentes estão menos satisfeitos que os adimplentes em relação a:

- a) Valor do financiamento;
- b) Forma de escolha do imóvel;
- c) Procedimento para seleção dos beneficiários;
- d) Prazo de carência do financiamento.

Verifica-se, na Tabela 37, que ambos os tipos de empreendimento apresentam satisfação similar em relação a:

- a) Financiamentos de projetos de infraestrutura;
- a) Valor das parcelas .

As avaliações apresentadas apontam com razoável clareza para condições a modificar, nas condições de financiamento, ainda que sejam condições que não distinguem inadimplentes de adimplentes.

## **5.7. Caracterização da Associação**

---

Para a Linha CPR, uma estrutura central para o sucesso do empreendimento é a Associação de beneficiários, uma figura jurídica exigida para a concessão do financiamento da terra.

A formação da associação, em termos de características das famílias associadas, de sua composição – especialmente em relação a características de associados contempladas por Selos, na Linha CPR - seu nível de escolaridade e sua experiência na agricultura, podem impactar no sucesso do empreendimento e, portanto, em sua capacidade de pagar a dívida.

Mudanças na composição da associação são também influências que devem ser consideradas, para o sucesso do empreendimento e sua adimplência. A razão para isto é que mudanças podem trazer impactos positivos (por exemplo, ao conformar um grupo de associados que tem experiência em trabalhar comunitariamente), ou negativas (por exemplo, ao impedir estabilidade e aprendizagem coletiva, entre os associados).

A associação, para além da sua exigência para participação na Linha CPR, pode ser elemento central para o sucesso do empreendimento, ao assumir funções de apoio aos associados. Investigar estas funções e como elas se diferenciam, em empreendimentos adimplentes e inadimplentes, é um ponto importante para a compreensão da inadimplência.

Finalmente, a participação da Diretoria e de associados na tomada de decisão em temas relevantes e na ação coletiva, são fatores importantes para o sucesso de um empreendimento que poderia ser beneficiado consideravelmente por esta ação. Estes fatores são também investigados nesta seção.

Esta seção atende aos objetivos específicos 1 e 3, e está relacionada às dimensões de poder, saber e querer (Galjart, 1971).

### **5.7.1. Famílias Associadas e seus Membros**

---

A Tabela 38 apresenta a caracterização de famílias associadas e seus membros. Nesta caracterização, o número de famílias associadas, de mulheres, jovens e negros (beneficiados com Selos da Linha CPR), de associados com experiência em agricultura (anteriormente e no momento atual), o tipo de experiência em agricultura que tiveram e o nível de escolaridade dos associados são descritos.

A Tabela 38 permite identificar os seguintes resultados, para empreendimentos inadimplentes, quando comparados aos adimplentes:

- a) Número médio menor de famílias associadas;
- b) Mulheres, jovens e negros em proporção menor;
- c) Menor proporção de associados com experiência prévia e atual em agricultura;
- d) Menor proporção de associados com experiência como empregados temporários na agricultura.
- e) Maior proporção de associados que não sabem ler ou escrever, e que possuem o primário incompleto
- f) Menor proporção de associados com níveis de escolaridade maior ou igual que primário completo.

**Tabela 38: Caracterização de famílias associadas e seus membros, em empreendimentos adimplentes e inadimplentes da Linha CPR.**

Variáveis	Adimplentes (n=23)			Inadimplentes (n=98)		
	n	Média	DP	n	Média	DP
Famílias associadas	23	21	10,32	97	18,5	9,36
Presença de mulheres na família /na associação	21	3,95	3,05	87	3,82	2,8
Presença de jovens entre 18 e 28 anos na associação	18	2,77	3,69	72	2,1	2,73
Presença de jovens entre 29 e 32 anos na associação	16	2,81	3,03	67	2,32	2,7
Associados que se consideram negros	20	7,05	8,7	77	5,4	6,61
Associados com experiência prévia em agricultura	22	15,9	9,34	90	15,58	10,27
Associados com experiência em agricultura, no momento atual	22	17,73	10,47	95	15,61	8,34
Associados com experiência como empregados temporários	20	4,7	8,72	81	4,35	6,26
Associados que não sabem ler nem escrever	16	3,56	3,4	77	4,61	4,85
Associados com primário incompleto	12	6,25	4,18	58	6,43	5,04
Associados com o primário completo	9	2,55	4,82	55	2	2,5
Associados com ginásio incompleto	8	1,62	2,86	53	0,73	1,01
Associados com ginásio completo	11	1,72	2,87	58	0,43	1,01
Associados com 2º grau incompleto	14	1,36	3,97	65	0,38	0,86
Associados com 2º grau completo ou superior	16	1,25	1,71	68	0,94	1,53

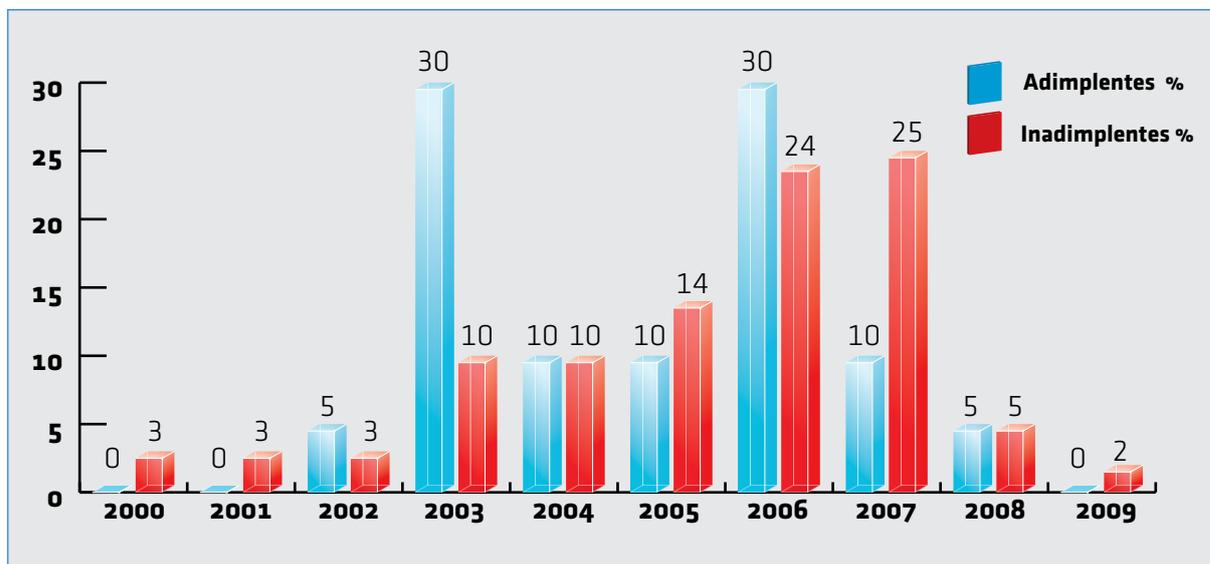
Observa-se, ainda que o número de entrevistados que forneceram informações sobre estas questões não é muito alto; varia de 41% a 100%, no caso de empreendimentos adimplentes, e de 54 a 91%, no caso de inadimplentes. Também se podem observar elevadas dispersões, especialmente em relação ao nível de escolaridade e a diferentes grupos sociais presentes nas associações (mulheres, jovens, negros).

A variável com respostas mais altas, tanto para empreendimentos adimplentes como para inadimplentes, é a de número médio de associados com primário incompleto (esta média corresponde a 6,25 para empreendimentos adimplentes, e a 6,43, no caso de empreendimentos inadimplentes).

Ainda considerando estas limitações, os resultados indicando menores experiências em agricultura, e menor escolaridade em geral, para empreendimentos inadimplentes, é importante, tanto para definição do perfil do inadimplentes da Linha CPR, como para a construção de intervenções apropriadas para mudar a situação atual, dando melhores condições de desempenho a estes empreendimentos.

### 5.7.2. Mudanças ocorridas na Associação e seus Impactos

Na Figura 9, apresentam-se o percentual de empreendimentos adimplentes e inadimplentes, e a informação que entrevistados nestes empreendimentos prestaram, sobre o ano de formação da associação.



**Figura 9: Percentual de indicações de ano de formação da associação, em empreendimentos adimplentes e inadimplentes da Linha CPR.**

Como se pode observar na Figura 9, os anos entre 2003 e 2007 concentram 90% das associações adimplentes, e 73% das inadimplentes. Assim, há evidências de uma longevidade maior (mas não muito expressiva) das associações adimplentes, em relação às inadimplentes.

É neste período de existências das associações, que varia de 4 a 11 anos, no caso dos empreendimentos adimplentes, e de 1 a 10, no caso das inadimplentes, que se concentra a análise de mudanças, nestes associações.

Na Tabela 39, são apresentados diversos tipos de mudanças que podem ter ocorrido, na Associação, desde a sua formação, assim como os impactos (positivos ou negativos) que tais mudanças podem ter provocado.

**Tabela 39: Mudanças ocorridas na associação e seus impactos, em empreendimentos adimplentes e inadimplentes da Linha CPR.**

Variáveis	Adimplentes				Inadimplentes			
	n	% (=1)	Média	DP	n	% (=1)	Média	DP
Associados que deixaram a associação	21		8,38	6,82	93		8,4	7,4
Associados filiados formalmente, após primeira formação	18		5,83	5,58	74		1,59	3,07
Associados excluídos da associação...	16		3,69	5,82	75		1,76	3,35
Associados filiados informalmente	19		4,05	5,5	82		3,55	3,87
Resultado de mudanças na associação: Aumento na parcela da dívida dos associados que ficaram	23	39,13			91	43,96		
Resultado de mudanças na associação: Incentivo para outros deixarem a associação	23	30,43			91	30,77		

Variáveis	Adimplentes				Inadimplentes			
	n	% (=1)	Média	DP	n	% (=1)	Média	DP
Resultado de mudanças na associação: Maior motivação para o trabalho entre os que ficaram	22	63,64			92	67,39		
Resultado de mudanças na associação: Incentivo para novas filiações à associação	23	78,26			91	71,43		
Resultado de mudanças na associação: Melhoria da associação	23	65,22			93	51,61		
Resultado de mudanças na associação: Outro resultado	22	36,36			92	25,00		

Exclusão de associados, bem como filiação de novos associados, ocorreram em proporção menor para inadimplentes do que para adimplentes. Por outro lado, o número de associados que deixaram a associação é aproximadamente igual, nos dois casos, enquanto que associados filiados informalmente estão menos presentes em empreendimentos inadimplentes que em empreendimentos adimplentes.

Impactos positivos das mudanças são encontrados em proporção menor para empreendimentos inadimplentes. O oposto é observado em relação a impactos negativos, em geral mais elevados para empreendimentos inadimplentes; a exceção é para a ocorrência de maior motivação para o trabalho entre os associados que permaneceram na associação, em que empreendimentos inadimplentes apresentam valores superiores aos adimplentes.

O que esta Tabela indica é que a mudança, em si, não é necessariamente prejudicial a uma associação. Empreendimentos adimplentes se beneficiaram das mudanças, possivelmente porque lhes permitiu um aumento de sua capacidade de pagamento, ao excluir maus pagadores e atrair os bons. Empreendimentos inadimplentes, por sua vez, têm contra si o próprio fato de que já estão inadimplentes: sua capacidade, primeiro, de conduzir a bom termo o procedimento de exclusão de beneficiários e de novas filiações é limitado, assim como sua atratividade para atrair novos (e adequados) associados.

### 5.7.3. Funções Desempenhadas pela Associação

A Tabela 40 apresenta uma série de funções que poderiam ser desempenhadas pelas associações da Linha CPR, e a proporção (%) de entrevistados que declararam que cada função sugerida era realizada pela associação.

Nesta Tabela, torna-se evidente que proporção bastante menor de entrevistados, em empreendimentos inadimplentes, em relação a todas as funções sugeridas na entrevista, declarou que cada uma das funções que poderiam ser desempenhada pela associação, sugerida na entrevista, era efetivamente realizada, em seu empreendimento.

Sempre ocorrendo em proporção maior de empreendimentos adimplentes do que inadimplentes:

- a) são comuns a ambos os empreendimentos:
  - Em escala muito elevada (proporção maior do que 70%):
    - i. Seleção e compra do imóvel;
    - ii. Projeto de infraestrutura econômica e de produção;
    - iii. Controle do dinheiro da associação;
    - iv. Seleção de novos beneficiários;
    - v. Organização de mutirões;
    - vi. Juntada de documentação.

- Em escala elevada (de 60,1% a 69% dos empreendimentos):
    - i. Contratação de serviços de contabilidade;
    - ii. Contratação de serviços de assistência técnica;
  - Em baixa escala (de 40 a 60% dos empreendimentos):
    - i. Contratação de serviços de topografia;
  - Em escala muito reduzida (30% a 40% dos empreendimentos):
    - i. Compra de produtos para a agricultura.
- b) Caracterizam somente os empreendimentos adimplentes:
- Em escala elevada (superior a 70% destes empreendimentos):
    - i. Apoio à gerência dos lotes dos associados (87%);
    - ii. Apoio a associados em risco de inadimplência (78%).
  - Em escala muito reduzida (30% destes empreendimentos):
    - i. Venda de produtos do empreendimento.
- c) Caracterizam somente os empreendimentos inadimplentes:
- Em escala extremamente reduzida (menor que 25% dos empreendimentos):
    - i. Exclusão de beneficiários inadimplentes;
    - ii. Venda de produtos do empreendimento.

Estes resultados indicam que as funções que vem sendo cumpridas pelas associações – e sempre em maior proporção, se estão adimplentes – diz respeito a funções relativas ao estabelecimento do próprio empreendimento (e, obviamente, da própria associação), e a atividades burocráticas (como juntada de documentação e controle do dinheiro da associação). Entre as funções de maior ocorrência, destaca-se a organização de mutirões como uma iniciativa para o trabalho coletivo.

Outro tipo de função, que poderia apoiar o empreendimento em suas explorações agropecuárias (como a compra de produtos – insumos – para a agricultura, e a comercialização de produtos), é praticada por uma minoria das associações, sejam elas adimplentes ou inadimplentes.

Iniciativas para apoiar a gerência dos lotes dos associados – que é outra função que poderia apoiar estas explorações agropecuárias, são cuidadas por um número elevado de empreendimentos adimplentes (e deixadas de lado, nas inadimplentes).

Finalmente, tentativas de gestão da inadimplência, por meio de diversas formas de apoio aos associados em dificuldades – por exemplo, a organização de reuniões de acompanhamento do desempenho econômico de associados, a busca de alternativas para quitar a dívida, etc. – são também visivelmente maiores, em empreendimentos adimplentes do que em inadimplentes.

É importante compreender a diversidade de papéis que a associação pode desempenhar, seja apoiando os associados para que evitem a situação de inadimplência, seja apoiando o desempenho de seus empreendimentos produtivos, seja organizando ações coletivas, ou contratando serviços necessários ao bom desempenho dos empreendimentos, ou interagindo com atores do ambiente da própria associação.

Em empreendimentos inadimplentes, fica claro que há menor diversidade destes papéis, que alguns deles são pouco exercidos – por exemplo, relacionados a estratégias de evitação da inadimplência – ou, quando o são, ocorrem menos frequentemente do que seria desejável, para todas as funções consideradas (em empreendimentos inadimplentes).

**Tabela 40: Funções desempenhadas pela associação (em proporção percentual de empreendimentos), para empreendimentos adimplentes e inadimplentes da Linha CPR.**

Variáveis: Funções desempenhadas pela associação	Adimplentes		Inadimplentes		Diferença entre proporções (a) - (b)	Ordem de diferença (maior diferença, menor ordem)
	n	Média	n	Média		
Apoio à gerencia de lotes dos associados	20	86,96	56	57,14	29,82	1º
Pagamento do financiamento	23	100,00	59	60,20	39,80	1º
Apoio a associados em risco de inadimplência	18	78,26	48	48,98	29,28	1º
Seleção e compra do imóvel	23	100,00	84	85,71	14,29	2º
Projeto de infraestrutura economica e de produção	22	95,65	80	81,63	14,02	2º
Exclusão de beneficiários inadimplentes	10	43,48	23	23,47	20,01	2º
Contratação de serviços de topografia	13	56,52	40	40,82	15,70	2º
Controle do dinheiro da associação	21	91,30	70	71,43	19,87	2º
Seleção de novos beneficiários	19	82,61	74	75,51	7,10	3º
Compra de produtos para a agricultura	9	39,13	30	30,61	8,52	3º
Venda de produtos do empreendimento	7	30,43	21	21,43	9,00	3º
Contratação de serviços de contabilidade	16	69,57	59	60,20	9,37	3º
Organização de mutirões	19	82,61	75	76,53	6,08	3º
Juntada de documentação	23	100,00	89	90,82	9,18	3º
Contratação de serviços de assistência técnica	16	69,57	65	66,33	3,24	4º
Outra função	3	13,04	9	9,18	3,86	4º

A ação destas associações em relação a diversas funções tem sido orientada pelas regras do Manual Operacional do CPR. Tais regras pouco dizem sobre boa parte das funções aqui analisadas. Não há, por outro lado, qualquer capacitação formal ou informal, do corpo dirigente de cada Associação, para as funções que devem desempenhar. Presidentes e Diretores de Associações dependem de forma quase exclusiva de suas habilidades individuais, e de sua capacidade de gestão, para apoiar o empreendimento e seus associados.

#### 5.7.4. Tomada de Decisão e Participação dos Associados

Uma das formas pelas quais a associação pode deixar o seu papel meramente formal, para tornar-se realmente uma instituição atuante e relevante, para o bom desempenho dos empreendimentos, está relacionada à maneira como ocorre a interação e participação de diretores e associados, na tomada de decisões e na ação coletiva. A Tabela 41 apresenta informações sobre estes processos.

Em primeiro lugar, é possível observar uma tomada de decisão ocorrendo de forma menos democrática, com o Presidente decidindo sozinho, em parte importante dos empreendimentos inadimplentes (9,38%). O mesmo não se verifica com os adimplentes.

Quanto à implementação de decisões tomadas, cerca de 50% dos entrevistados declararam que ocorre sempre, com semelhanças da resposta, para adimplentes e inadimplentes. Isto indica, por outro lado, uma situação em que a outra metade dos empreendimentos pode não implementar as decisões tomadas, levando ao descrédito a Associação, e indicando o seu pequeno poder de mobilização, entre os associados. Sobre esta implementação, não é possível distinguir diferenças claras, entre adimplentes e inadimplentes.

**Tabela 41: Tomada de decisões e sua implementação, e participação de associados, em ações coletivas (reuniões e mutirões), em empreendimentos inadimplentes e adimplentes da Linha CPR.**

Itens de resposta	Adimplentes (n=23)		Inadimplentes (n=98)	
	n	%	n	%
<b>Tomada de decisão na Associação</b>				
1=Presidente decide sozinho	0	0,00	9	9,38
2=Diretoria decide sozinho	1	4,35	1	1,04
3=Diretoria decide consultando pequeno grupo		0,00	1	1,04
4= Diretoria decide consultando maioria associados	22	95,65	85	88,54
<b>Frequência de implementação de decisões tomadas pela associação</b>				
1= Poucas vezes	6	26,09	24	25,26
2=Na maior parte das vezes	5	21,74	24	25,26
3=Sempre	12	52,17	47	49,47
<b>Participação dos associados, em reuniões</b>				
1= A maioria não comparece	2	9,09	9	9,28
2=A maioria comparece mas não participa	3	13,64	11	11,34
3=A maioria comparece e participa	17	77,27	77	79,38
<b>Participação dos associados, em mutirões</b>				
0=Não são feitos mutirões na associação				
1=Poucos participam dos mutirões	3	15,00	10	12,20
2=Quase a metade sempre participa	5	25,00	20	24,39
3= A maioria participa dos mutirões	12	60,00	52	63,41

Em relação à participação de associados em reuniões:

- Há uma proporção semelhante de empreendimentos inadimplentes e adimplentes, em que os associados nunca comparecem a reuniões (cerca de 10%, em cada caso);
- Há uma proporção semelhante (13%, no caso de empreendimentos adimplentes, e 11%, no caso de inadimplentes), que comparece mas não participa;
- Proporção maior de associados comparece e participa, em empreendimentos inadimplentes, quando comparado com adimplentes.

Finalmente, em relação à participação em mutirões:

- Sua organização ocorre em todos os tipos de empreendimentos;
- Proporção maior de empreendimentos inadimplentes declaram que a maioria dos associados participa dos mutirões organizados;
- Proporção elevada de empreendimentos (15%, no caso de adimplentes, e 12%, no caso de inadimplentes), informa que poucos associados participam de mutirões.

Estes resultados indicam que os fatores analisados nesta seção poderiam, certamente, ser melhorados, especialmente nos empreendimentos inadimplentes. Os números indicam que os empreendimentos coletivos do

CPR estão aquém do que se poderia esperar, para que estes empreendimentos funcionassem a contento, e para que se obtivessem todos os impactos esperados de uma associação.

## 5.8. Rede de Apoio

Para o seu bom funcionamento, a Linha CPR conta com o serviço oferecido por instituições e organizações juridicamente constituídas para prestar serviços de capacitação, assessoramento e assistência técnica, a chamada Rede de Apoio (MDA, 2010). Esta seção relata avaliações realizadas sobre o funcionamento desta Rede de Apoio, e atende ao objetivo específico 5, deste estudo, e às dimensões de poder, querer e saber, no modelo conceitual adotado.

A pesquisa avaliou, sobre esta rede de apoio: a) a qualidade do apoio oferecido por diversas de suas organizações; b) a frequência de sua interação (anualmente) com os empreendimentos; c) o papel de cada uma delas, na assistência técnica prestada para a elaboração do Projeto (Pronaf A) aprovado; na implementação deste projeto; e atualmente. Estas avaliações são apresentadas nas Tabelas 42 e 43 respectivamente.

**Tabela 42: Apoio recebido (na forma de informação, orientação e ajuda com documentação) e frequência de interações com diversas organizações da rede de apoio, para empreendimentos adimplentes e inadimplentes da Linha CPR.**

Variáveis	Adimplentes (n=23)			Inadimplentes (n=98)		
	n	Média	DP	n	Média	DP
<b>Apoio recebido de diversas organizações (avaliado em escala de 10 pontos (1= nenhum apoio ... 10= total apoio))</b>						
Extensão pública (Emater)	23	2,78	2,91	91	2,17	2,28
Extensão privada	23	4,34	3,77	94	3,1	3,39
Movimentos sociais	23	2,21	2,77	92	2,05	2,39
ONGs	23	2,65	3,01	95	3,17	3,53
Prefeituras	23	2,91	2,96	97	3,18	3,22
UTE	23	6,43	3,29	96	5,85	3,48
Sindicato	23	6,39	3,01	98	6,16	3,5
<b>Frequencia de interação com diversas organizações da rede de apoio (número de visitas por ano)</b>						
Visitas da UTE	23	1,78	4,15	96	1,31	1,96
Visitas de Agente Financeiro	23	0,43	0,84	95	0,6	1,19
Visitas de organização de ATER	22	5,45	6,3	95	3,16	5,25
Visitas de sindicato	22	1,45	2,5	95	1,86	2,21
Visitas de ONGs	22	1,14	2,78	97	2,99	5,86
Visitas de Movimentos sociais	22	0,54	2,13	97	0,13	0,51

Tanto para empreendimentos inadimplentes como para os adimplentes, observam-se valores baixos para o apoio recebido (curva de respostas desviada para a esquerda, com maior proporção de respostas nos limites inferiores da escala).

Em relação ainda a este apoio, inadimplentes apresentam médias menores do que adimplentes para a atuação da extensão pública e extensão privada (esta última oferecendo maior apoio do que a primeira), movimentos sociais, UTEs e Sindicato. As duas últimas organizações foram as melhores avaliadas, em apoio recebido, tanto para empreendimentos adimplentes como para inadimplentes.

O número médio anual de visitas aos empreendimentos é bastante baixo, e superior, para empreendimentos inadimplentes (em comparação com os adimplentes), por parte do agente financeiro, sindicatos e ONGs; UTE visita menos os empreendimentos inadimplentes que os adimplentes, anualmente, o mesmo ocorrendo com organizações de ATER. ONGs apresentam a maior média de visitas anuais a empreendimentos inadimplentes, enquanto movimentos sociais apresentam a menor média, neste indicador.

Fica evidente que importantes organizações, como as de assistência técnica, e mesmo as UTEs, não estão interagindo como possivelmente deveriam, para apoiar os empreendimentos inadimplentes.

Serão necessárias ações para mudar esta situação, transformando este fator restritivo em um fator impulsionador do desempenho destes empreendimentos.

**Tabela 43: Responsabilidades por assistência técnica (AT), na elaboração do Projeto Pronaf aprovado; na implantação deste projeto; e atualmente; em empreendimentos adimplentes e inadimplentes da Linha CPR.**

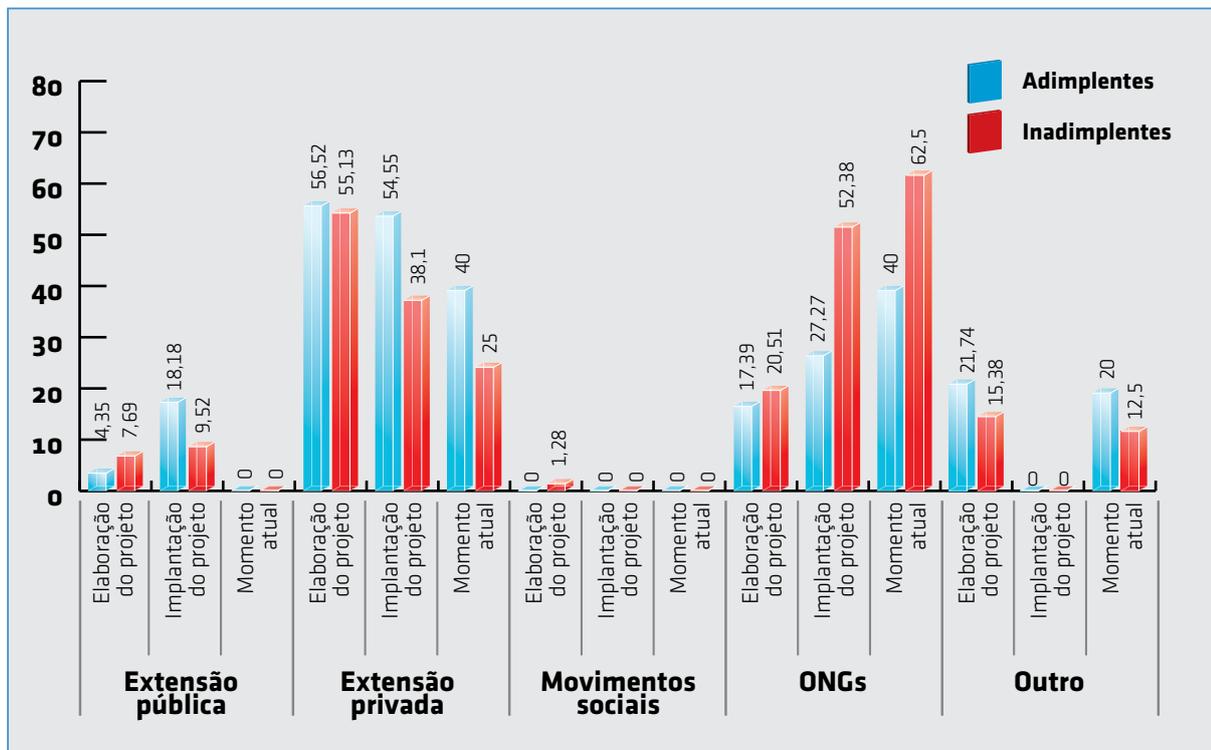
Variáveis	Adimplentes (n=23)		Inadimplentes (n=98)	
	n	%	n	%
<b>Responsabilidade por AT, na elaboração do projeto</b>				
Extensão pública (Emater)	1	3,85	6	7,69
Extensão privada	13	50,00	43	55,13
Movimentos sociais	0	0,00	1	1,28
ONGs	4	15,38	16	20,51
Outro	5	30,77	12	15,38
Subtotais de respostas dadas	23	100,00	78	100,00
<b>Responsabilidade por AT, na implantação do projeto</b>				
Extensão pública	2	18,18	2	9,52
Extensão privada	6	54,55	8	38,10
Movimentos sociais		0,00		0,00
ONGs	3	27,27	11	52,38
Outro.		0,00		0,00
Subtotais de respostas dadas	11	100,00	21	100,00
<b>Responsabilidade por AT, atualmente</b>				
Extensão pública				
Extensão privada	4	40,00	8	25,00
Movimentos sociais				
ONGs	4	40,00	20	62,50
Outro.	2	20,00	4	12,50
Subtotais de respostas dadas	10	100,00	32	100,00

Na Tabela 43, são apresentadas as proporções (percentuais) de empreendimentos adimplentes e inadimplentes, relacionadas a diversas organizações que tem por responsabilidade a assistência técnica a estes empreendimentos, em diversos momentos da vida das associações e de seus projetos produtivos. Os mesmos dados são apresentados, para melhor compreensão, na Figura 10.

Em relação à etapa de elaboração de projetos, empreendimentos adimplentes indicaram como outro responsável pela ATER, as seguintes organizações: sindicato (2), cooperativa (1), empresas privadas (2), consultores sem vinculação especificada (3); empreendimentos inadimplentes indicaram sindicato (1), cooperativa (1), empresas privadas (2), consultores sem vinculação especificada (5), Emater (1), UTE (4). Em relação à etapa de implantação de projetos, apenas empreendimentos adimplentes fizeram a indicação de empresa privada (como outra organização de ATER). Isto significa que, em adição às organizações constantes da Tabela 43, apenas sindicatos e cooperativas poderiam verdadeiramente ser considerados como outra organização e

teriam participação na etapa de elaboração de projeto de empreendimentos adimplentes e inadimplentes; no entanto, também não teriam participação em outra etapa (implantação e manutenção).

Na Tabela 43, cabe mencionar o aparentemente reduzido número de respostas dadas, em relação à assistência técnica, desde a elaboração do projeto Pronaf até o momento atual. Na verdade, estão representadas, na Tabela, 100% dos empreendimentos adimplentes, e 79,6% dos inadimplentes.



**Figura 10: Proporção (%) de empreendimentos adimplentes e inadimplentes da Linha CPR que receberam assistência técnica de organizações diversas, em cada etapa do projeto.**

Todas as organizações analisadas (à exceção de movimentos sociais, que tem atuação praticamente nula, em termos de assistência técnica, em qualquer etapa considerada) atuam na etapa de elaboração de projetos; as mais relevantes (em proporção de empreendimentos atendidos) são as organizações de AT privada e as ONGs, nesta ordem. Em terceiro lugar em AT, na etapa de elaboração, aparecem outras organizações. Em quarto lugar, estão as organizações de extensão públicas.

As organizações que atuam em todas as etapas do projeto são as empresas privadas e as ONGs. As empresas privadas, em relação ao tipo de empreendimento atendido:

- a. Na primeira etapa, atendem maior proporção de inadimplentes que as demais organizações;
- b. Nas demais etapas, atendem a maior proporção de adimplentes que inadimplentes.

As ONGs, por sua vez, considerado os tipos de empreendimento atendidos:

- a. Atenderam maior proporção de inadimplentes em todas as etapas;
- b. Aumentaram o atendimento a este grupo, de uma etapa para outra.

As chamadas outras organizações prestaram assistência técnica apenas na primeira etapa (elaboração do projeto) e atualmente, atendendo proporção maior de adimplentes em ambas as etapas.

A extensão pública prestou assistência técnica na elaboração e implantação do projeto, atendendo maior proporção de inadimplentes na primeira destas etapas, e de adimplentes, na segunda.

Assim, tem-se que os inadimplentes foram atendidos, em termos de proporção relativa a cada organização, em cada etapa:

- a. Na elaboração de projetos, por empresas privadas (55,13%), seguidas por ONGs (20,51%), por outras organizações (15,38%), pela extensão pública (7,69%), e por movimentos sociais (1,28%);
- b. Na implantação de projetos, por ONGs (52,38%), extensão privada (38,1%), e pela extensão pública (9,52%);
- c. No presente, por ONGs (62,5%), pela extensão privada (25%), e por outras organizações (12,5%).

A extensão privada tem maior papel na assistência técnica, em qualquer etapa. No entanto, tanto para empreendimentos inadimplentes como para adimplentes, observa-se uma redução gradual do seu papel, com outras organizações assumindo o seu lugar (ONGs e outras).

O perfil de atendimento descrito indica que há grande alteração na organização responsável pelo atendimento, de uma etapa para outra. Isto pode gerar abordagens diferentes, orientações conflituosas e efetividade diminuída, na assistência técnica fornecida aos empreendimentos, tanto adimplentes como inadimplentes. No entanto, dada a proporção de adimplentes atendidos, nas etapas de implantação do projeto e no momento atual, seria de esperar que o impacto negativo maior, destas alterações, seria sofrido pelos empreendimentos inadimplentes.

É preciso questionar o pequeno papel representado pela extensão pública, em qualquer etapa do processo. Sua comparação com a atuação da extensão privada, a se confirmar, deve merecer cuidados, seja para aumentar sua capacidade, como para questionar-se o porquê desta retirada do setor de ATER pública, no apoio aos empreendimentos inadimplentes do CPR.

É preciso também questionar o porquê de tantas alterações em responsabilidades, de uma etapa para outra, e avaliar, em maior profundidade, a efetividade das diferentes organizações analisadas, em prestar assistência técnica de qualidade, especialmente dado o vasto escopo que esta atividade deverá ganhar, para a superação de várias das limitações identificadas neste estudo.

## 5.9. Recursos Locais: Qualidade dos Serviços Disponíveis

---

Finalmente, o último bloco de variáveis trata da estrutura de serviços locais, oferecidos aos beneficiários da Linha CPR. Este conjunto de serviços – geralmente oferecidos pelo setor público, mas não sua exclusividade – quando presente aumenta a qualidade de vida e a segurança da família dos associados, impactando saúde, educação, comercialização de produtos do empreendimento. As avaliações feitas sobre estes serviços atende ao objetivo específico 4 e se relaciona à dimensão de poder, no modelo conceitual adotado.

A Tabela 44 apresenta avaliações destes serviços (em escala de 1=péssimo... 10=excelente), para os empreendimentos da Linha CPR.

Como se pode observar na Tabela, água encanada foi o serviço que obteve avaliação mais baixa, tanto para adimplentes como para inadimplentes. Os inadimplentes apresentam melhor avaliação de serviços de energia elétrica (luz). Para todos os demais serviços avaliados, empreendimentos inadimplentes apresentam pior avaliação.

Tanto para empreendimentos inadimplentes como para adimplentes, há oferta de serviços de baixa qualidade que podem impactar a saúde dos associados (água encanada, atendimento de saúde).

Estradas de ligação com a sede do município, essencial para a comercialização de produtos do empreendimento, apresentam avaliações baixas, para os dois tipos de empreendimento, e ainda mais, para os inadimplentes.

**Tabela 44: Avaliações de qualidade de serviços locais oferecidos aos empreendimentos adimplentes e inadimplentes da Linha CPR. (Escala: 1=péssimo,.... 10=excelente).**

Variáveis	Adimplentes			Inadimplentes		
	n	Média	DP	n	Média	DP
Água encanada	23	1,17	0,83	98	1	0
Luz	23	8,08	2,57	98	8,39	2,36
Telefone	23	4,74	3,76	98	4,32	3,48
Atendimento de saúde	23	4,83	3,1	96	4,43	3,15
Escola	23	6,21	3,29	97	5,96	3,29
Transporte em geral	23	5,52	3,62	98	4,48	3,48
Transporte Escolar	23	7,13	2,92	98	5,17	3,62
Estradas de ligação do empreendimento com a sede do Município	23	5,83	2,98	97	4,72	3,43

***Conclusão: O Perfil do  
Empreendimento Inadimplente  
na Linha de Combate à Pobreza  
Rural (CPR)***





## 6. Conclusão: O Perfil do Empreendimento Inadimplente na Linha de Combate à Pobreza Rural (CPR)

O Quadro 5 sintetiza os achados deste estudo, focalizando empreendimentos adimplentes e inadimplentes da Linha CPR, em relação aos seguintes temas:

- a) Características do imóvel;
- b) Recursos locais;
- c) Caracterização da produção rural;
- d) Caracterização da renda familiar;
- e) Caracterização do contrato;
- f) Caracterização da associação e de suas famílias;
- g) Rede de apoio; e
- h) Mudanças em qualidade de vida.

**Quadro 5: Síntese de resultados alcançados pelo estudo.**

<b>Características do Imóvel</b>	<p>Em relação à área total do empreendimento, à área por associado e à área destinada a produção agropecuária, empreendimentos adimplentes e inadimplentes são similares: área total de 440 ha e 384 ha, área por associado de 20 ha (para ambos), área para produção de 32 ha (adimplentes) e 29 ha (inadimplentes).</p> <p>Ao lado de maior proporção de empreendimentos com avaliações de terras férteis, os empreendimentos inadimplentes apresentam como restrições a maior proporção de empreendimentos com erosão e com terrenos de relevo acidentado (mais difíceis de cultivar). Apresentam ainda maior proporção de empreendimentos com fonte de água fora do imóvel.</p> <p>Em termos de infraestrutura existente no imóvel, apresentam menor proporção de armazéns, silos e depósitos para produção agrícola, e ainda menor grau de construção de cercas e de estradas internas.</p>
<b>Recursos locais</b>	<p>Tanto para empreendimentos inadimplentes como para adimplentes, há oferta de serviços de baixa qualidade que podem impactar a saúde dos associados (água encanada, atendimento de saúde).</p> <p>Estradas de ligação com a sede do município, essencial para a comercialização de produtos do empreendimento, apresentam avaliações baixas, para os dois tipos de empreendimento, e ainda mais, para os inadimplentes.</p>

<p><b>Caracterização da produção rural</b></p>	<p>Todos os empreendimentos produzem culturas alimentares, para a segurança alimentar das famílias. Há maior proporção de empreendimentos inadimplentes (59%) sem nenhum tipo de exploração agropecuária destinada ao mercado, quando comparados a adimplentes (52%). Este resultado sozinho indica que a produção agropecuária não é a fonte de renda mais importante, para garantir adimplência.</p> <p>Em termos de tipos de explorações, maior proporção de inadimplentes é observada para os que optam pela produção animal, e a menor, para os que optam por produção agrícola (esta é bastante similar, para os que optam pelos dois tipos de exploração).</p> <p>Entre a produção animal, a de bovinos é a considerada de maiores ganhos, tanto por adimplentes como por inadimplentes. A renda bruta anual estimada de produção de leite (para nove inadimplentes) foi de R\$ 11.726,64.</p> <p>A produtividade da produção animal é baixa (tanto para adimplentes como para inadimplentes), e a tecnologia utilizada não apresenta diferenças de avaliação para raças, uso de vacinas e vermífugos, mas os inadimplentes utilizam o pasto natural como praticamente a única fonte de alimentação, ao contrário dos adimplentes.</p> <p>Na produção agrícola, puderam ser feitas comparações entre inadimplentes e adimplentes no que se refere às produções de feijão, mandioca e milho. As estimativas de renda bruta anual para inadimplentes, destes três cultivos, foi de R\$ 7.270,75; R\$ 6.035,19 e R\$ 6.394,23, respectivamente. A produção de frutas, e a de verduras e hortaliças, indicadas como de maiores ganhos (junto com mandioca e milho), não puderam ser comparadas com a de adimplentes, por haver um único empreendimento adimplente com este tipo de exploração.</p> <p>A produtividade da produção agrícola também é baixa. A tecnologia empregada pelos inadimplentes, conforme as avaliações, é de maior proporção de inadimplentes que utilizam sementes controle de pragas e doenças, e adubação, com adubo químico. Menor proporção usa grãos de produção própria.</p> <p>Em relação a fontes para o financiamento da produção, os inadimplentes que tem algum tipo de exploração agropecuária destinada ao mercado: usam como fonte principal os recursos próprios (tal como os adimplentes); em maior proporção, ainda não solicitaram nenhum tipo de financiamento; e usaram, sempre em menor proporção que adimplentes, todas as demais fontes (emprestadores particulares, Pronal, outros programas de crédito, outras fontes). Menor proporção de associados, em empreendimentos inadimplentes, já acessou o Pronaf A, e está adimplente com este Programa, após o acesso.</p> <p>Quanto a relações com o mercado, proporção pequena de empreendimentos inadimplentes e adimplentes vende grande parte ou toda a sua produção para o mercado; proporção similar (de empreendimentos inadimplentes e adimplentes) comercializa para intermediários; menor proporção de inadimplentes comercializa para o Programa de Aquisição de Alimentos e para outros compradores (em feiras) ou outros consumidores.</p> <p>A distância média do imóvel até a sede do município é similar para adimplentes e inadimplentes (cerca de 24 km); no entanto, a distância média até o mercado é significativamente maior para os inadimplentes (38 km, em oposição a 23 km para adimplentes). Observa-se que vários empreendimentos escolhem mercados maiores (por exemplo, São Luis, Natal e Terezina, as capitais dos Estados), apesar da distância maior, possivelmente porque possibilitam maiores ganhos.</p>
<p><b>Caracterização da Renda Familiar</b></p>	<p>Para adimplentes e inadimplentes, são importantes as seguintes fontes de renda: dinheiro recebido do governo, dinheiro de aposentadoria ou pensões, dinheiro de trabalho fora do domicílio e dinheiro de produtos produzidos no empreendimento. As diferenças (médias) para os dois grupos ocorrem em relação à importância relativa das duas últimas fontes (a ordem mostrada é a de importância para empreendimentos inadimplentes). A importância destas fontes é similar, inclusive quando se considera o tipo de exploração (agrícola, pecuária, ambas, ou nenhuma produção).</p> <p>Quanto à relação entre despesas e ganhos, é mais equilibrada para os que possuem ambas as explorações (pecuária e agrícola); inadimplentes com produção agrícola ou pecuária apresentam maior proporção de empreendimentos com despesas maiores que ganhos; e os que não produzem, apresentam maior proporção de despesas maiores que ganhos somados aos que equilibram despesas e ganhos.</p>

<p><b>Caracterização do contrato</b></p>	<p>Grande parte dos empreendimentos inadimplentes (43%) indicou estar em situação de adimplência, no momento da pesquisa. Em relação a razões para inadimplência, todos concordam que as causas são : seleção inadequada de beneficiários, substituição freqüente de associados, despesas grandes dos beneficiários e baixa renda produzida pelo empreendimento.</p> <p>A renegociação foi realizada, em maior proporção, por empreendimentos inadimplentes (40%). Todos os motivos investigados para a não ocorrência de renegociação foram apontados em maior proporção por empreendimentos inadimplentes (inexistência de interesse, burocracia, falta de orientação e outra). Depois da renegociação, 46% dos empreendimentos inadimplentes que a realizaram continuavam adimplentes.</p> <p>A individualização não foi realizada pelos empreendimentos inadimplentes investigados. As razões apontadas em maior proporção, por eles, foi a juntada de documentação, altos custos cartorias, exigência de quitação da dívida e outras razões (falta de orientação e recusa do Banco).</p> <p>As crenças sobre financiamento e sobre posse da terra analisadas não apontam diferenças para empreendimentos inadimplentes, em relação aos adimplentes, exceto para a crença de que empreendimentos coletivos não funcionam, para a qual os empreendimentos inadimplentes apresentaram concordância ligeiramente superior à de adimplentes.</p> <p>Empreendimentos inadimplentes são menos satisfeitos que adimplentes com as seguintes condições do financiamento: valor do financiamento; forma de escolha do imóvel; procedimento para seleção dos beneficiários; prazo de carência do financiamento.</p>
<p><b>Caracterização da associação e de suas famílias</b></p>	<p>Empreendimentos inadimplentes, quando comparados aos adimplentes, apresentam: número médio menor de famílias associadas; mulheres, jovens e negros em proporção menor; menor proporção de associados com experiência prévia e atual em agricultura; menor proporção de associados com experiência como empregados temporários na agricultura.</p> <p>Também apresentam maior proporção de associados que não sabem ler ou escrever, e que possuem o primário incompleto; e menor proporção de associados com níveis de escolaridade maior ou igual que primário completo.</p> <p>Em relação a mudanças na composição da associação, os empreendimentos inadimplentes experimentaram valor similar de associados que deixaram suas associações, mas valor menor de associados filiados formal ou informalmente, após a primeira formação; ou excluídos da associação. Impactos das mudanças são avaliados de forma similar (a de adimplentes), exceto para a melhoria da associação, após a mudança: proporção menor de empreendimentos inadimplentes concorda que este impacto tenha ocorrido.</p> <p>Em relação a funções desempenhadas pelas associações, menor proporção de empreendimentos inadimplentes apresenta cada uma das funções investigadas (qualquer que seja a função). As maiores diferenças observadas são para as funções: apoio à gerencia de lotes dos associados; pagamento do financiamento; apoio a associados em risco de inadimplência.</p> <p>seleção e compra do imóvel; projeto de infraestrutura econômica e de produção; exclusão de beneficiários inadimplentes; contratação de serviços de topografia; e controle do dinheiro da associação.</p>

<p><b>Redes de apoio</b></p>	<p>Em relação à qualidade de orientação e apoio recebidos dos diversos atores que compõem a rede de apoio, empreendimentos inadimplentes apresentam melhores avaliações que adimplentes de ONGs, e inferiores, para UTE e Sindicato. Indicam haver recebido, em média, menor proporção de visitas anuais de organizações de assistência técnica e maior, de ONGs, que empreendimentos adimplentes.</p> <p>Há grande diversidade de organizações que prestam AT, ao longo do projeto (isto é, de uma etapa para outra as organizações que prestam este serviço mudam).</p> <p>Os empreendimentos inadimplentes foram atendidos, em termos de proporção relativa a cada organização, em cada etapa do projeto:</p> <p>na elaboração de projetos, por empresas privadas (55,13%), seguidas por ONGs (20,51%), por outras organizações (15,38%), pela extensão pública (7,69%), e por movimentos sociais (1,28%);</p> <p>na implantação de projetos, por ONGs (52,38%), extensão privada (38,1%), e pela extensão pública (9,52%);</p> <p>no presente, por ONGs (62,5%), pela extensão privada (25%), e por outras organizações (12,5%).</p>
<p><b>Qualidade de vida</b></p>	<p>Em geral, os dados apontam para uma avaliação positiva de mudanças em qualidade de vida, tanto para empreendimentos adimplentes como inadimplentes. Os empreendimentos inadimplentes creditam que não houve mudança – a partir do empreendimento - ou que houve piora (em proporção igual ou maior que 30%) para as condições de transporte, saúde, alimentação, ganhos, acesso a serviços e educação dos filhos. Acreditam que houve melhora (proporção igual ou maior que 70%) para moradia, educação dos filhos, e patrimônio.</p>

A partir da síntese sobre a Linha CPR, apresentada no Quadro 6, foi possível chegar às seguintes conclusões:

1. Embora a pluriatividade esteja cada vez mais presente no campo (Abramovay, 2005) – e embora, em geral, o rendimento oriundo da atividade agrícola seja reduzido, e deva ser complementado por outras atividades não-agrícolas – as políticas e programas de acesso à terra compartilham a premissa de que a exploração agrícola da propriedade é central, ao sucesso mesmo destas políticas. No caso da Linha CPR, o acesso à terra não tem resultado em geração de renda relevante, a partir da exploração agropecuária. O alcance desta premissa deve ser perseguido – pois é a justificativa lógica e legítima para estes programas – e, portanto, as razões que impedem este alcance são identificadas, no presente estudo e propostas medidas para sua superação.
2. A renda gerada pela exploração agropecuária depende, de forma importante: da área da propriedade, das características do imóvel, do tipo de exploração escolhida para a produção rural, da tecnologia adotada nestas explorações (e, portanto, da produtividade obtida); da capacidade de associados, em termos de produção e de gestão; do apoio propiciado pela Associação, para organização da produção e sua comercialização; desta comercialização; e de recursos locais, como mercados próximos ou estradas para alcance de mercados mais distantes, do apoio recebido da rede de apoio, e particularmente, de organizações de assistência técnica. Todas estas condições apresentam restrições para os inadimplentes (e, muitas vezes, também para os adimplentes), segundo os resultados obtidos pelo estudo.
3. A forma de organização dos agricultores familiares, na Linha CPR, é a de organização coletiva. Por esta forma, se busca superar dificuldades na obtenção de recursos, na exploração da terra, na comercialização de seus produtos. Esta forma de organização já tem se revelado adequada, tanto no sul do país, que é favorecida pela tradição cooperativa (Ibase, 2009), como em empreendimentos da região Nordeste (por exemplo, Maia e Costa (2008); Sabourin, s/data). Esta forma de organização é sem dúvida a mais adequada a estes produtores, eles mesmos vulneráveis e trabalhando, no caso, em regiões

também vulneráveis, pelas características de clima e solo, além do difícil acesso a mercados, tantas vezes observados na região. No entanto, esta forma de organização também não vem funcionando da maneira esperada.

Esta forma de organização vem sendo dificultada pela seleção inadequada de associados, pela morosidade e burocracia na substituição de associados, pela própria crença disseminada de que é uma forma de organização que “não funciona”, pelo provável despreparo dos agricultores na gerência destas organizações e no trabalho coletivo. Para todas estas restrições, são também apresentadas propostas para sua superação, na próxima seção.

4. A Linha CPR, por meio de instrumentos formais, determina procedimentos para entrada, permanência e exclusão de beneficiários. Também define os papéis da chamada rede de apoio, constituída por diversos atores (UTES, Agente Financeiro, Sindicatos, ONGs, movimentos sociais, organizações de assistência técnica). As atribuições destes diversos atores tem sido desempenhadas de forma variada (com maior ou menor sucesso), e mesmo, com algum conflito entre eles. No entanto, todos receberam a importante tarefa de garantir que as melhores condições sejam oferecidas, para o bom desempenho dos empreendimentos financiados pelo CPR. Há pontos importantes a modificar, nas condições atualmente oferecidas, para realmente apoiá-los, especialmente em relação a aumentos em sua renda familiar. As modificações sugeridas nestas condições são apresentadas a seguir.



# ***Recomendações para Aperfeiçoamento da Linha CPR***





## 7. Recomendações para Aperfeiçoamento da Linha CPR

### **Em relação à produção rural e à geração de renda:**

Deve-se continuar a incentivar a produção agrícola, que exige menores investimentos e pode gerar renda em pouco espaço, como o destes empreendimentos. Além disto, e muito importante, é preciso instituir formas de apoio à organização coletiva, tal como previsto pelo Programa, mas ainda não implementado da maneira mais adequada, nem com a extensão pretendida. Crenças sobre o baixo desempenho de empreendimentos coletivos devem ser combatidas com informação massiva sobre exemplos de sucesso do próprio CPR.

Ao lado da organização coletiva para a geração de rendas da produção agropecuária, deve-se insistir na individualização da dívida, como forma de aumentar a adimplência dos associados com capacidade de pagamento.

Deve-se procurar aumentar a produtividade de qualquer exploração rural, de preferência com o uso de insumos amigáveis ao meio ambiente. O aumento em produtividade, possível mesmo com os materiais (cultivares e raças) hoje existentes, garantiria maior renda da produção agropecuária. No entanto, é preciso incentivar também a pesquisa para obtenção de sistemas de produção adequados à capacidade econômica destes agricultores, aos seus recursos (incluindo-se o conhecimento sobre agricultura que detêm), a características das terras em que realizam a exploração agropecuária, e dos seus imóveis, focalizando plantações e criações também adequadas a estas condições. O MDA deve articular-se com a Embrapa e com empresas estaduais de pesquisa agropecuária, com esta finalidade.

A assistência técnica e o corpo de gestores da associação devem ser pontos focais de campanhas contra o uso de grãos de produção própria, na agricultura. Assistência técnica e gestores devem conduzir iniciativas periódicas para avançar o conhecimento dos associados, na condução de empreendimentos agropecuários, em todas as suas dimensões (produção, gestão e comercialização).

É necessário incentivar a interação com os mercados, embora se reconheçam inúmeras restrições a esta interação. A assistência técnica deve focalizar produções adequadas à agricultura familiar que sejam valorizadas por mercados locais, ademais de produção para auto-consumo. Este último poderia ser também produzido comunitariamente, como forma de reduzir custos de produção. Metas de aumento da produção destinada ao mercado, e de redução do auto-consumo deveriam ser propostas, para alcance gradativo, a longo prazo. Estas metas deveriam ser revistas, periodicamente, tanto para corrigir estimativas otimistas e irrealistas, como para aumentar as expectativas, quando estas estimativas forem alcançadas em tempo mais curto.

Devem ser fornecidos estímulos para a comercialização de parte da produção, na forma de bônus de comercialização ou de descontos sobre a dívida.

Estes estímulos deveriam ser crescentes, à medida que aumenta o grau de comercialização, até um máximo a ser estipulado pelo Programa. De igual maneira que as metas para produção para o mercado, estes estímulos devem contemplar as capacidades e possibilidades de cada grupo de empreendimentos (por Estado e por município).

O PNCF deve articular-se com órgãos responsáveis pelas estradas, nos Estados, para solicitar melhorias destas vias, que garantam melhores condições para comercialização da produção rural.

É necessário propiciar oportunidades para acesso a crédito agrícola (Pronaf) que permita iniciar ou incrementar a produção rural, especialmente para empreendimentos inadimplentes. Neste caso, estes deveriam receber orientação e monitoramento, para uso adequado destes recursos.

### **Em relação a condições do imóvel, atualmente:**

O serviço de assistência técnica deve focalizar, com especial atenção, as situações de erosão e relevo acidentado, encontradas pelo estudo.

É preciso ainda que os diferentes atores mais diretamente ligados à gestão dos empreendimentos (assistência técnica e diretorias de associações) estimulem a finalização de infraestruturas destinadas ao armazenamento agrícola, à delimitação de lotes, e transporte de bens e pessoas, dentro do empreendimento. Empreendimentos com maiores problemas (de qualidade de solo, água e infraestrutura) devem ter acesso a crédito suplementar para sua correção; associações devem responsabilizar-se pela gestão deste crédito e sua utilização correta.

### **Em relação ao contrato**

A seleção de beneficiários deve ser aperfeiçoada, visando garantir a escolha de associados com chances de sucesso, na exploração da terra. Uma alternativa a discutir é a de que a UTE passe a certificar sindicatos com melhor avaliação da elegibilidade dos candidatos, visando credenciar os sindicatos com avaliação mais rigorosa.

Devem ser garantidas novas oportunidades para renegociação e individualização, com campanha de conscientização e capacitação de beneficiários e de atores envolvidos. Agentes financeiros, especialmente, devem ser orientados para seu papel nestes processos. Bancos federais e estaduais devem ser contatados, visando modificar metas, métodos e análises que permitam gerar desenvolvimento social (mais do que lucro).

A forma de escolha do imóvel deve ser aperfeiçoada, para garantir melhores condições da terra, de sua localização (vis-à-vis mercados existentes), e de recursos locais, para a produção rural.

### **Em relação às famílias e associações no empreendimento**

A caracterização das famílias indica que estes beneficiários, em algumas das características apresentadas, apresentam conformidade com as que seriam esperadas de beneficiários elegíveis para o programa. As exceções são para o número de mulheres, jovens e negros (para os quais não se esperaria a diferença encontrada), e para a experiência prévia em agricultura, exigida pelos critérios de acesso ao Programa.

Os altos índices de analfabetismo e de baixa escolaridade encontrados devem ser combatidos com programas de alfabetização, os quais serão também importantes para melhorar a qualidade da produção e da gestão do empreendimento.

Mudanças nas associações devem ser feitas com cuidado, mas não devem ser evitadas a qualquer custo, pois há algumas que facilitam a reorganização de toda a atividade coletiva. Formas menos burocráticas e mais ágeis devem ser buscadas, na condução destas mudanças, assim como seu acompanhamento, para garantir os impactos esperados.

As associações devem receber cuidado especial, para que possam ser gerenciadas da melhor forma possível. É preciso definir com clareza os diferentes papéis esperados destas associações, incluindo-se aí não somente a administração da mesma e a interação com os gestores locais e agentes financeiros, mas também novas e importantes atribuições relativas ao apoio à exploração agropecuária, à comercialização de produtos, a busca por agregação de valor aos produtos dos empreendimentos, e ao apoio técnico e gerencial aos associados.

Sugere-se ainda a criação da figura de um gerente profissional, em cada associação, que prestaria assessoria técnica às Diretorias de cada empreendimento. Mecanismos adequados à interação harmoniosa desta gerência profissional com os gestores atuais (Diretoria, UTE, MDA) devem ser estudados, para possibilitar a melhor introdução desta inovação, uma vez que seja considerada viável e útil.

Os gerentes profissionais deveriam ser capazes de prestar assistência técnica e de gestão ao empreendimento. Periodicamente, assistência técnica externa também deveria ser oferecida, para garantir as melhores decisões para cada empreendimento. As diversas funções investigadas neste estudo deveriam ser focalizadas pelos gerentes de cada associação e sua atuação deveria ser avaliada, em períodos determinados. Nesta avaliação, deveriam ser centrais os resultados obtidos na produção rural.

**Em relação à rede de apoio**

UTES, em primeiro lugar, devem receber atenção e apoio para realização de suas tarefas, em especial para alteração na situação de inadimplência. Ao mesmo tempo, devem ser cobrados na realização de suas atividades, e no sucesso alcançado nesta tarefa.

As visitas de UTES e de responsáveis por assistência técnica devem ser aumentadas, e focalizar igualmente empreendimentos adimplentes e inadimplentes. É possível identificar situação de redução da assistência técnica para alguns empreendimentos que sejam particularmente bem sucedidos, na realização da atividade agropecuária (produção e gestão).

A assistência técnica deve ser vista como um processo, incluindo planejamento, implantação e manutenção do projeto produtivo, e de responsabilidade de uma única organização (a depender, é claro, da qualidade da assistência oferecida, que também deve ser constantemente avaliada).

A intensidade da assistência pode ser menor, no entanto, desde que a proposta de um gerente profissional, em cada empreendimento – que será um responsável interno por esta assistência – seja implementada.

Acredita-se em melhorias na situação de inadimplência e na qualidade de vida de todos os beneficiários, com a implementação destas recomendações.



# *Referências Bibliográficas*





## Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R. **Juventude rural: ampliando as oportunidades**. Raízes da Terra: parcerias para a construção de capital social no campo. Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília – DF, Abril de 2005, Ano 1, nº 1. Online em: <http://www.creditofundiario.org.br/materiais/revista/artigos/artigo05.htm>, em junho de 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Edições 70. Lisboa. 1977.

BITTENCOURT, G. A. & ABRAMOVAY, R. **Inovações institucionais no financiamento à agricultura familiar: o Sistema Cresol**. IE/UNICAMP, 2001. (19p.)

BRASIL. **Decreto nº 4.892, de 25 de novembro de 2003**. Regulamenta a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, que criou o Fundo de Terras e da Reforma Agrária, e dá outras providências. Câmara dos Deputados. Legislação Informatizada. Disponível em: < <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/2003/decreto-4892-25-novembro-2003-497525-norma-pe.html>>

BRASIL. **Lei Complementar Nº 93, de 4 de Fevereiro de 1998**. Institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra - e dá outras providências. Presidência da República. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LCP/Lcp93.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp93.htm)>

BRASIL. **Lei Nº 11.775, de 17 de setembro de 2008**. Institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário; altera as Leis nºs 11.322/2006, 8.171/1991, 11.524/2007, 10.186/2001, 7.827/1989, 10.177/2001, 11.718/2008, 8.427/1992, 10.420/2002, o Decreto-Lei nº 79/1966, e a Lei nº 10.978/2004; e dá outras providências. Presidência da República. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11775.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11775.htm)>

CEPEA. CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA - ESALQ/USP. **Indicadores de preços**. Disponível em: < <http://www.cepea.esalq.usp.br/indicador/>> Consulta em: 17/10/2011.

CONDÉ, P.A.A. **O Acesso à terra e a visão do público não mobilizado em acampamentos: o crédito fundiário no município de Caçador (SC)**. Dissertação. Mestrado em Agroecossistemas. UFSC. Florianópolis, 2006. 283 p.

CORDEIRO, M.S.S. **Jovens na Reforma Agrária: Perspectiva Intergeracional e Lógicas de Sucessão no Assentamento Novo Horizonte/Campo dos Goytacazes-RJ**. Revista IDeAS, 3, número especial, 544-563, 2009.

GALJART, B. **Rural Development and Sociological Concepts: A Critique, Rural**. Sociol. 36, 31-41. (1971).

GUEDES, M.V.C. **Avaliação do Programa Nacional de Crédito Fundiário município de Morada Nova - CE**. Dissertação de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza (CE), 2010. 138 p.

IICA. **Edital de Concorrência nº239/2010**. 2010.

JOHNSON, R. A.; WICHERN, D. W. **Applied Multivariate Statistical Analysis**. 5. Ed. New Jersey: Pearson, 2002.

MAGALHÃES, R. & ABRAMOVAY, R. **Acesso, uso e sustentabilidade do Pronaf B**. Relatório de consultoria, Consultora Território Plural, São Paulo, 2006. (25p.)

MAIA, A.C.N.M.; COSTA, G.C. DA. **A Fruticultura Irrigada em Áreas de Assentamento no Município de Baraúna-RN**. Análise do Processo de Produção e Comercialização. Anais do XLVI Congresso da SOBER, 2008.

MDA. **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável / Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Pedro Sisnando Leite et alii (orgs.).Brasília: Paralelo 15/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento . 2000, 382 p.

MDA. **Base de dados do Crédito Fundiário**, Brasília, dezembro de 2011 (uso restrito, não publicado).

MDA. **Estudos de Reordenamento Agrário Nº 2. Avaliação de Impacto do Programa Nacional de Crédito Fundiário. Perfil de Entrada da Linha de Financiamento Combate à Pobreza Rural**. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Reordenamento Agrário, Coordenação Geral de Planejamento, Monitoramento e Avaliação. Projeto Crédito Fundiário e Combate à pobreza Rural. Brasília, 2007a. 176 p.

MDA. **Estudos de Reordenamento Agrário Nº 4. Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil. Perfil de Entrada dos Agricultores e Capacidade Operacional das Instituições**. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Reordenamento Agrário, Coordenação Geral de Planejamento, Monitoramento e Avaliação. Brasília, 2007b. 144 p.

MDA. **Estudos de Reordenamento Agrário Nº 5. Guia Metodológico das Avaliações dos Programas da Secretaria de Reordenamento Agrário – MDA/SRA**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2007c. 276p.

MDA. **Linha de Financiamento Combate à Pobreza Rural - Manual de Operações**. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Reordenamento Agrário, Programa Nacional de Crédito Fundiário. Aprovado pelo Comitê Permanente do Fundo de Terras e de Reordenamento Agrário do CONDRAF, em Sessão Plenária do dia 12 de agosto de 2010, conforme Ata da 16ª Reunião.

MDA. **Manual de Operações do Programa de Combate à Pobreza Rural**. 2009

MDA. **Manual de Operações do Programa de Combate à Pobreza Rural**. 2010.

MDA. **Tabela 1**. Preços garantidores vigentes para as operações de custeio e de investimento com vencimento entre 10 de janeiro de 2011 e 9 de janeiro de 2012. (Res 3.990; Res 3.994) Disponível no site: [http://www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/pgpaf/produtos-e-pre-os-vigentes/tab\\_01\\_-\\_10\\_de\\_janeiro\\_de\\_2011\\_a\\_9\\_de\\_janeiro\\_de\\_2012.pdf](http://www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/pgpaf/produtos-e-pre-os-vigentes/tab_01_-_10_de_janeiro_de_2011_a_9_de_janeiro_de_2012.pdf), em outubro de 2011.

MINGOTI, S. A. **Análise de dados através de métodos de estatística multivariada: uma abordagem aplicada**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

MOTA, D.M. **Zoneamento Agrossocioeconômico dos Tabuleiros Costeiros e da Baixada Litorânea de Sergipe**. Agrotrópica, Brasil, 1997.

RAMOS FILHO, E. S. **Questão agrária atual: Sergipe como referencia para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária de mercado**. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2008.

RESENDE, M; MENDONÇA, M.L. **A contra reforma agrária do Banco mundial**. La Insignia. Equador, 2005; Disponível em:<[http://www.lainsignia.org/2005/enero/econ\\_009.htm](http://www.lainsignia.org/2005/enero/econ_009.htm)> Consultado em: outubro/2010.

SABOURIN, E. **Ação coletiva e organização dos agricultores do Nordeste semi-árido**. Sem data. Disponível em [www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/133075/1/OPB121.pdf](http://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/133075/1/OPB121.pdf), em outubro de 2011.

SCHMITZ, H.; MOTA, D.M. **Agricultura Familiar: Elementos Teóricos e Empíricos**. Revista Agrotrópica. Itabuna, 19, 21-30, 2007.

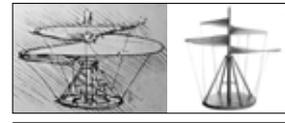
SIMINSKI, A. E FANTINI, A. C. **Roça-de-toco: uso de recursos florestais e dinâmica da paisagem rural no litoral de Santa Catarina**. Ciência Rural, 37, 690-696, 2007.

SPAROVEK, G. (Org). **Crédito Fundiário e Qualidade de Vida no Campo**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário: Brasília: NEAD, 2005. 142 P.

## **Anexos**

### **ANEXO 1: FORMULÁRIO DE EMPREENDIMENTOS COLETIVOS COMBATE À POBREZA RURAL (CPR)**

---



## FORMULÁRIO EMPREENDIMENTOS COLETIVOS COMBATE À POBREZA RURAL (CPR)

### INFORMAÇÕES SOBRE A ENTREVISTA

- A. Data da entrevista: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_  
 B. Início (hora/minutos): \_\_\_/\_\_\_  
 C. ENTREVISTADOR: (Nome)

D. ENTREVISTADO (Nome)

Entrevistado é:

- E. Presidente da Associação **(0=Não, 1=Sim)**   
 F. Membro da Diretoria da Associação **(0=Não, 1=Sim)**   
 G. Associado **(0=Não, 1=Sim)**

### IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

- A. CNPJ **(USE O FORMATO 00.000.000/000-00 ;  
(Consulte a lista de associações recebida)**

B. Nome:

C. Estado :

1. Maranhão **(0=Não, 1=Sim)**   
 2. Piauí **(0=Não, 1=Sim)**   
 3. Rio Grande do Norte **(0=Não, 1=Sim)**

D. Município (escreva abaixo):

E. Endereço:

F. Distância da sede do município (em Km)

- G. **Entrevistador: Esta é uma pergunta para você.  
Consulte a lista recebida e responda:**

Qual a condição do empreendimento, segundo a lista de amostrados recebida?

1. Condição A **(Marque 0)**   
 2. Condição I **(Marque 1)**

### CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

Área do imóvel e seus usos

Inicialmente, vamos falar do imóvel do empreendimento e seus usos. Comecemos então pela área do imóvel:

- A. Qual a área total do imóvel (em hectares):   
 B. Qual a área média por associado (em ha):   
 C. Qual a área (em hectares) ocupada com plantação e criação, no imóvel:   
 D. Qual a área de floresta, no imóvel:

- E. Qual a área de reserva legal (isto é, área de vegetação no interior do imóvel, que não deve ser explorada) atualmente, neste imóvel?   
 Que produtos tira desta área?

**Entrevistador: Nas alternativas a seguir, marque 0 se o a alternativa NÃO se aplica, 1 em caso contrário**

1. Nenhum produto   
 2. Frutas nativas   
 3. Caça   
 4. Lenha   
 5. Madeira   
 6. Carvão   
 7. Outro.   
 Qual?

- F. A área de reserva legal está registrada em cartório?  
 1. Não **(0)**   
 2. Sim **(1)**

Qualidade dos solos e topografia

**Entrevistador: marque (0 = NÃO se aplica, e 1 = caso SIM)**

- A. As terras neste imóvel
- São férteis, e com boa produção?
  - Têm muita pedra?
  - São arenosas?
  - São pobres (ácidas)?
  - Têm pouca água (áridos ou semi-áridos)?
  - Estão descobertas e são sempre carregadas pela chuva (com problemas de erosão)?
  - São muito duras, a água não entra (com problemas de compactação)

**Entrevistador: marque (0 = NÃO se aplica, e 1 = caso SIM)**

- B. Como é o terreno, em geral?
- Plano
  - Declive suave
  - Ondulado
  - Montanhoso

Qualidade e disponibilidade de água

- A. Que fonte de água abastece a maioria dos empreendimentos associados?

**Entrevistador: marque (0 = fonte NÃO abastece a maioria, e 1 = caso contrário).**

- Fonte de água disponível no próprio imóvel
  - Fonte de água fora do imóvel
- B. Se a maioria dos associados é abastecida por uma fonte dentro do imóvel, que tipo de área de proteção mantém para esta fonte?
- Nenhuma **(Marque 0)**
  - Mata ao redor da fonte **(Marque 1)**
  - Outro **(Marque 9)**

Qual?

- C. Qual é a qualidade da água que abastece o imóvel para o consumo humano (beber e cozinhar)?
1. Ruim (**Marque 0**)
  2. Boa, se tratada corretamente (**Marque 1**)
  3. Excelente (**Marque 2**)
- D. A água que abastece o imóvel é suficiente para o consumo das pessoas, e para a produção rural?
1. É insuficiente (**Marque 0**)
  2. É suficiente (**Marque 1**)
- E. Qual é o período de chuvas, na região onde está o imóvel? (Registre o período em meses, por exemplo, de janeiro a abril, no formato 00/00):
1. O período de chuvas vai de (mês/mês):

#### Infra-estrutura existente no imóvel

Vamos falar agora da infra-estrutura que existe no empreendimento: casas, instalações sanitárias, construções para armazenamento de água e da produção agrícola, cercas, estradas internas e estradas de acesso.

- A. Os associados estão com suas casas construídas?
1. A maior parte dos associados não tem sua casa construída (**0**)
  2. A maior parte dos associados tem suas casas parcialmente construídas (**1**)
  3. A maior parte dos associados tem casas totalmente construídas (**2**)
- B. Como está hoje a situação de banheiros (vaso e chuveiro), nas casas dos associados?
1. A maioria não conta com banheiro (**0**)
  2. A maioria tem banheiro (**1**)
- C. Os associados tem armazenamento de água?
1. A maioria não tem (**0**)
  2. A maioria tem armazenamento de água (**1**)
- D. Como está hoje a situação de armazéns, silos ou depósitos para a produção agrícola, no empreendimento?
1. O empreendimento não tem estruturas de armazenamento (**0**)
  2. O empreendimento tem estruturas de armazenamento (**1**)
- E. Como está hoje a situação de cercas, no empreendimento?
1. Não há cercas no empreendimento (**0**)
  2. As cercas estão totalmente construídas (**1**)
- F. Como está hoje a situação de estradas ou carreadores internos, no empreendimento?
1. Não há estradas/carreadores internos (**0**)
  2. Estradas/carreadores estão parcialmente construídos (**1**)
  3. Estradas/carreadores estão totalmente construídos (**2**)
- G. Há outra infra-estrutura no imóvel que seja importante para a criação ou para a plantação?
1. Não (**0**)

#### 2. Sim (1)

Neste caso, qual?

- H. Esta infra-estrutura atende a todos os associados do empreendimento?
1. Atende a poucos associados (**1**)
  2. Atende a maior parte (**2**)
  3. Atende a todos (**3**)

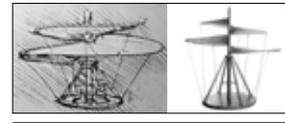
#### CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO RURAL

##### Exploração pecuária

Vamos falar agora dos produtos que o empreendimento vende para o mercado, e dos que produz para alimentação das famílias. Começando então pela alimentação das famílias dos associados:

- A. Os associados produzem para a alimentação da própria família?
1. Não produzem (**0**)
  2. Produzem (**1**)
- Neste caso, o que produzem?
- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_

- B. O empreendimento tem criações cujos produtos (leite, queijo, ovos, etc.) sejam destinados principalmente para a venda ao mercado?
1. Não tem (**Marque 0 e prossiga para a seção de Exploração Agrícola**)
  2. Tem (**Marque 1 e prossiga para a questão C**)
- C. O empreendimento tem produção de caprinos?
1. Não = 0, (prossiga para a questão D)
  2. Sim = 1, (prossiga para questão 3)
  3. Neste caso, quantos associados tem produção de caprinos?
  4. Quantos animais são criados, em média, em cada lote de associado?
  5. Qual a produção de leite (em litros por mês) em média, por associado?
  6. Qual a produção de queijo (em quilos por mês) por associado?
  7. Qual a produção de carne (em quilos por mês) por associado?
- D. O empreendimento tem produção de bovinos?
1. Não = 0, (prossiga para a questão E)
  2. Sim = 1, (prossiga para questão 3)
  3. Neste caso, quantos associados têm produção de bovinos?
  4. Quantos animais são criados, em média, em cada lote de associado?
  5. Qual a produção de leite (em litros por mês) em média, por associado?
  6. Qual a produção de queijo (em quilos por mês) por associado?
  7. Qual a produção de carne (em quilos por mês) por associado?



E. O empreendimento tem produção de **galinhas ou outras aves**?

1. Não = 0, (prossiga para a questão F)

2. Sim = 1, (prossiga para questão 3)

3. Neste caso, quantos associados tem produção de galinhas (ou outras aves)?

4. Quantos animais são criados, em média, em cada lote de associado?

5. Qual a produção de ovos (dúzias por mês) do empreendimento?

6. Qual a produção de carne (quilos por mês) por associado?

F. O empreendimento tem produção de **porcos**?

1. Não = 0, (prossiga para a questão G)

2. Sim = 1, (prossiga para questão 3)

3. Neste caso, quantos associados tem produção de porcos?

4. Quantos animais são criados, em média, em cada lote de associado?

5. Qual a produção de carne (kg por mês) por associado?

G. No empreendimento, há **outra criação destinada ao mercado**, além das que já falamos?

1. Não (Marque 0 e prossiga para a seção "Tecnologia para a exploração pecuária")

2. Sim (Marque 1 e prossiga para a questão 3)

3. Que criação é esta?

4. Neste caso, quantos associados tem esta criação, no empreendimento?

5. Quantos animais (desta criação) são criados no imóvel?

6. Que produtos tem esta criação?

**Entrevistador: Marque 0, se o produto não se aplica, 1 em caso contrário**

a. Animais para venda?

b. Leite?

c. Carne?

d. Outro produto?

Qual?

### Tecnologia para a Exploração pecuária

Vamos falar agora sobre como os animais cujos produtos são destinados à venda são criados, pelos associados.

A. Na produção animal, a maior parte dos associados utiliza raças de boa qualidade?

1. Não = 0

2. Sim = 1

B. Na produção animal, a maior parte dos associados utiliza vermifugos?

1. Não = 0

2. Sim = 1

C. A maioria aplica vacinas contra doenças?

1. Não = 0

2. Sim = 1

Que doenças são controladas com estas vacinas?

D. Os animais se alimentam de:

**Entrevistador: marque 0, se o alimento não for utilizado, 1 em caso contrário**

1. Pasto natural?

2. Pasto cultivado?

3. Ração (como complemento)?

4. Silagem?

5. Sal?

6. Outro alimento

Qual?

### Principais problemas na produção animal

Vamos falar agora sobre a produtividade na produção animal (isto é, na produção média por animal, e apenas para a criação que represente maiores ganhos, para os associados) e nas razões que podem estar influenciando a produtividade atual.

Vamos falar apenas das criações destinadas ao mercado

A. Que criação, entre aquelas cujos produtos são vendidos para o mercado, é a que resulta em maiores ganhos para os associados?

B. A produtividade desta produção animal (de maiores ganhos), por associado, é baixa, média ou alta?

1. Baixa = 1

2. Média = 2

3. Alta = 3

**Entrevistador: Se a resposta à questão anterior for 3 (produtividade alta), prossiga para a seção de "Exploração Agrícola"; do contrário, leia a questão a seguir:**

C. Vamos falar agora de dificuldades ou problemas que podem reduzir a produtividade desta produção animal no empreendimento. Dê uma nota, de 1 a 10, ao prejuízo que cada um destes problemas causou sobre a produtividade desta criação (de maiores ganhos). Ao dar a nota, **lembre que 1=não houve prejuízo, e 10 = prejuízo muito grande.**

**Entrevistador: Marque o número correspondente desta escala, conforme a resposta do entrevistado, no espaço correspondente a cada afirmação:**

D. Que prejuízo sobre a produtividade desta criação, foi causado por:

1. Má qualidade da raça usada nesta produção

2. Ocorrência de doenças entre os animais

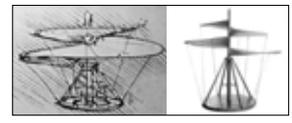
3. Ocorrência de deficiência de alimentação, entre os animais

4. Perdas por ocorrência de seca

5. Perdas por ocorrência de enchentes

6. Perdas por ocorrência de ventanias

### Exploração agrícola



- A. O empreendimento tem plantações cujos produtos (por exemplo, arroz, feijão, milho, etc.) sejam destinados principalmente para a venda ao mercado?
1. Não (= 0) **Prossiga para a seção Financiamento da Produção**
  2. Sim (= 1) **Prossiga para a questão B**
- B. O empreendimento tem produção de arroz?
1. Não (= 0) **(prossiga para questão C)**
  2. Sim (= 1)
  3. Se sim, qual a área total com esta produção (em hectares)?
  4. Qual a área média por associado (ha):
  5. Qual a produção de arroz (em quilos por ano) por associado?
- C. O empreendimento tem produção de feijão?
1. Não (= 0) **(prossiga para questão D)**
  2. Sim (= 1)
  3. Se sim, qual a área total com esta produção (em hectares)?
  4. Qual a área média por associado:
  5. Qual a produção de feijão (em quilos por ano) por associado?
- D. O empreendimento tem produção de mandioca?
1. Não (= 0) **(prossiga para questão E)**
  2. Sim (= 1)
  3. Se sim, qual a área total com esta produção (em hectares)?
  4. Qual a área média por associado:
  5. Qual a produção de mandioca (em quilos por ano) por associado?
- E. O empreendimento tem produção de milho?
1. Não (= 0) **(prossiga para questão F)**
  2. Sim (= 1)
  3. Se sim, qual a área total com esta produção (em hectares)?
  4. Qual a área média por associado:
  5. Qual a produção de milho (em quilos por ano) por associado?
- F. O empreendimento tem produção de verduras e hortaliças?
1. Não (= 0) **(prossiga para questão G)**
  2. Sim (= 1)
  3. Se sim, quais: \_\_\_\_\_
  4. Qual a área total com esta produção (em hectares)?
  5. Qual a área média por associado:
  6. Qual a produção de verduras e hortaliças (em quilos por ano) por associado?
- G. O empreendimento tem produção de frutas?
1. Não (= 0) **(prossiga para questão H)**
  2. Sim (= 1)
  3. Se sim, quais frutas (indique quais): \_\_\_\_\_
  4. Qual a área total com esta produção (em hectares)?
  5. Qual a área média por associado:
  6. Qual a produção de frutas (em quilos por ano) por associado?
- H. No empreendimento, há outra plantação destinada ao mercado, além das que já falamos?
1. Não (**Marque 0 e prossiga para a seção "Tecnologia para a exploração agrícola"**)
  2. Sim (**Marque 1 e prossiga para a questão 3**)
  3. Que plantação é esta? \_\_\_\_\_
  4. Neste caso, quantos associados tem esta plantação, no empreendimento?
  5. Qual a área média de cada lote, em hectares, ocupada por esta plantação, por associado?
  6. Qual a produção desta plantação (em quilos por ano) por associado?

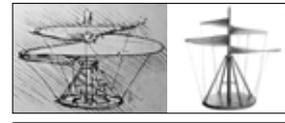
### Tecnologia para a Exploração Agrícola

Vamos falar agora sobre como as plantações cujos produtos são destinados à venda são cuidadas, pelos associados.

- A. Qual o material de plantio utilizado pela maior parte dos associados?
- Entrevistador: (NÃO = 0, SIM = 1)**
1. Usa sementes e outros materiais de plantio comerciais?
  2. Usa grãos de produção própria?
- B. Usa calcário?
1. Não (0)
  2. Sim (1)
- C. Faz adubação? Se faz, o que utiliza?
1. Não (0)
  2. Sim, com adubo químico (1)
  3. Sim, com esterco ou composto (2)
- D. Faz controle de pragas e doenças?
1. (Não = 0) **(Prossiga para a questão "Principais problemas na produção agrícola")**
  2. (SIM = 1)
- E. Neste caso, como faz o controle:
- Entrevistador: (NÃO = 0, SIM = 1)**
1. Usa defensivos agrícolas
  2. Usa controle biológico
  3. Usa outro procedimento.
- Qual? \_\_\_\_\_

### Principais problemas na produção agrícola:

- Vamos falar agora sobre a produtividade na produção agrícola (isto é, na produção média por hectare, e apenas para a plantação que represente maiores ganhos, para os associados)



e nas razões que podem estar influenciando a produtividade atual. Vamos falar apenas das plantações destinadas ao mercado

- A. Que plantação, entre aquelas cujos produtos são vendidos para o mercado, é a que resulta em maiores ganhos para os associados?
- B. A produtividade desta produção animal (de maiores ganhos), por associado, é baixa, média ou alta?
1. Baixa (**Marque 1**)
  2. Média (**Marque 2**)
  3. Alta (**Marque 3**)

**Entrevistador: Se a resposta à questão anterior for 3 (produtividade alta), prossiga para a seção de Financiamento da Produção; do contrário, leia:**

- C. Vamos falar agora de dificuldades ou problemas que podem reduzir a produtividade desta produção agrícola no empreendimento. Dê uma nota, de 1 a 10, ao prejuízo que cada um destes problemas causou sobre a produtividade desta plantação (de maiores ganhos). Ao dar a nota, lembre que **1=não houve prejuízo, e 10 = prejuízo muito grande.**

**Entrevistador: Marque o número correspondente desta escala, conforme a resposta do entrevistado, no espaço correspondente a cada afirmação:**

- D. Que prejuízo sobre a produtividade desta criação, foi causado por:
1. Má qualidade da sementes ou mudas usadas nesta produção
  2. Ocorrência de doenças ou pragas
  3. Ocorrência de deficiência de nutrição
  4. Perdas por ocorrência de seca
  5. Perdas por ocorrência de enchentes
  6. Perdas por ocorrência de ventanias
- E. Há no empreendimento criação ou plantação ou agroindústria que é **conduzida por todos, ou pela maior parte dos associados**, em uma área comum, no empreendimento?
1. Nenhuma (=0)
  2. Sim (= 1)
- Quais?

2. Com recursos próprios
  3. Com recursos de emprestadores particulares
  4. Com recursos do PRONAF – A
  5. Com recursos de outros programas de crédito?
- Quais outros programas de crédito?

6. Usa outras fontes de financiamento?
1. Não (= 0)
  2. Sim (= 1)
- Quais?

- B. O financiamento obtido destas fontes (recursos próprios, PRONAF, emprestadores particulares, outros programas de crédito, outras fontes) tem sido adequado, para as condições da maioria dos associados?

**(Entrevistador: esta questão se refere a todas as fontes mencionadas nas alternativas anteriores)**

1. Não (=0)
2. Sim (=1)

Em caso negativo, por que não tem sido adequado?

- C. Se os associados usam recursos do Pronaf A, quantos associados acessaram o Pronaf A?
- D. Quantos destes associados estão em dia com o PRONAF A?
- E. Quando estes associados – em geral – acessaram o Pronaf A?
1. Com mais de 3 anos do estabelecimento do empreendimento (**Marque 1**)
  2. Com até 3 anos do estabelecimento do empreendimento (**Marque 2**)
- F. Se a maioria dos associados ainda não acessou o Pronaf A, porque não acessaram?

#### Financiamento da produção

- A. Como a maioria dos associados financia a sua produção (animal e/ou agrícola)?
- Entrevistador: marque 0, se a alternativa não se aplicar, 1 em caso contrário**
1. A maioria ainda está iniciando o projeto e espera pela etapa de produção para obter financiamento

**Entrevistador: se a resposta à alternativa anterior for positiva, vá para a seção “Mão de Obra para a Produção”; do contrário, siga com as alternativas nesta questão**

#### Mão-de-Obra para a produção

Vamos falar agora das pessoas que trabalham no empreendimento.

**(Entrevistador: se o entrevistado não souber responder, marque 999, para as questões A a C, a seguir)**

- A. Quantas pessoas trabalham, em média, em cada lote do empreendimento?
- B. Quantos associados contratam pessoas (de fora), para trabalhar no empreendimento?
- C. Quantas pessoas de famílias de associados trabalham fora do seu lotes ou do empreendimento?

### Relações com o mercado

Vamos falar agora da comercialização de produtos da exploração agropecuária. Vou falar de diversos compradores destes produtos, pedindo que você indique que parte da produção animal ou agrícola os associados vendem para cada um: nenhuma ou pequena parte, grande parte ou toda a produção.

**Entrevistador: Marque o número correspondente da escala a seguir, conforme a resposta do entrevistado, no espaço correspondente a cada afirmação:**

**ESCALA:**

1=Nenhuma ou pequena parte; 2=Grande parte; 3=Toda a produção

- A. Que parte da produção os associados vendem para Programas de Aquisição de Alimentos?
- B. Que parte da produção os associados vendem para intermediários?
- C. Que parte da produção animal vendem para compradores em feira ou a outros consumidores?
- D. Nos casos de venda em feiras ou para consumidores, qual é o mercado onde estas vendas ocorrem? Escreva o nome do município ou distrito)

- E. A que distância do imóvel (em km) fica este mercado?

### CARACTERIZAÇÃO DA RENDA FAMILIAR

- A. Eu vou falar agora de várias fontes de ganhos. Dê uma nota, de 1 a 10, à importância de cada uma destas fontes para o que as famílias dos associados ganham. Ao dar a nota, lembre que **1=sem importância, e 10 = importância muito grande.**

**Entrevistador: Marque o número correspondente desta escala, conforme a resposta do entrevistado, no espaço correspondente a cada afirmação:**

1. Ganhos do trabalho (salário, trabalhos eventuais, negócio próprio), fora do empreendimento
  2. Ganhos recebidos pela venda de produtos produzidos na propriedade?
  3. E de outros ganhos, recebidos do governo (Bolsa Família, Amparo ao Idoso ou ao Deficiente, Vale Gás, Bolsa Escola, etc.)?
  4. E ganhos de aposentadoria, aposentadoria rural por idade ou pensão?
  5. E ganhos de cadernetas de poupança, arrendamento de terra, etc.?
  6. E dinheiro recebido de pessoas de fora do domicílio (filhos que trabalham e vivem fora do empreendimento, igrejas, etc.)
- B. *Quais as contas que a maioria dos associados paga todo mês?*

**Entrevistador: (NÃO = 0, SIM = 1)**

1. Eletricidade
2. Água
3. Telefone celular
4. Financiamento/crediário de eletrodomésticos (TV, telefone geladeira, fogão)
5. Gás
6. Outras contas

Quais?

- C. O que é maior, em geral, os ganhos recebidos pelos associados ou as suas despesas mensais?

**Entrevistador: use uma escala de 1 a 3, como indicado:**

1. Despesas são maiores que ganhos? (1)
2. Despesas e ganhos são quase iguais? (2)
3. Despesas são menores que ganhos? (3)

### QUALIDADE DE VIDA NO EMPREENDIMENTO

Vamos falar agora da situação da maioria dos associados **antes** do empreendimento e agora, se houve melhora ou não, em relação a moradia, transporte, saúde, etc. Para cada situação, diga se ela piorou muito, piorou um pouco, está a mesma coisa, melhorou um pouco ou se melhorou muito, considerando o que havia antes do empreendimento e do que há agora.

**Entrevistador: Marque o número correspondente da escala a seguir, conforme a resposta do entrevistado, no espaço correspondente a cada afirmação:**

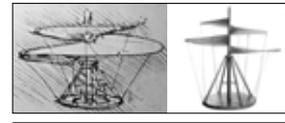
**ESCALA:**

1=Piorou muito; 2=Piorou um pouco; 3= Está a mesma coisa; 4=Melhorou um pouco; 5= Melhorou muito

- A. Moradia das famílias
- B. Transporte que as famílias utilizam?
- C. Saúde das famílias?
- D. Alimentação das famílias?
- E. Acesso das famílias a bens como televisão, geladeira, fogão?
- F. Ganhos das famílias
- G. Acesso a serviços públicos (água, luz, telefone, etc)?
- H. Educação de crianças das famílias?
- I. Patrimônio dos associados?

### CARACTERIZAÇÃO DO CONTRATO

Vamos falar agora sobre o contrato de financiamento da terra, as dificuldades que os associados encontram para ficar em dia



com o banco, e se as várias condições do contrato são satisfatórias, do ponto de vista destes associados.

- A. Quando o empreendimento foi efetivamente iniciado (isto é, em que ano aconteceu a posse da terra)?
1. (Ano) (4 dígitos)
  2. Não sei/ não lembro (**Marque 999**)
- B. Saldo devedor total (neste momento):
1. Em R\$:
  2. Não sei/ não lembro (**Marque 999**)
- C. O empreendimento está em dia com o banco?
1. Não (= 0)
  2. Sim (= 1)
  3. Não sei / não lembro (= 9)
- D. Se estiver atrasado com o banco, quantas parcelas estão vencidas?
1. Número de parcelas.
  2. Não sei / não lembro (**Marque 99**)
- E. Desde o início do contrato, quantos associados (aproximadamente) deixaram de pagar pelo menos uma parcela do financiamento da terra?
1. Não sei/ não lembro (**Marque 99**)
  2. Número de associados
- F. Neste caso, algum grupo de associados, ou a própria associação, pagou a dívida destes associados?
1. Não (= 0)
  2. Sim (= 1)
  3. Não sei / não lembro (= 9)
- G. Eu vou ler agora várias razões para que um empreendimento – mesmo que não seja o caso deste empreendimento – deixe de pagar sua dívida com o banco. Para cada uma destas razões, dê uma nota de 1 a 10, para o quanto cada razão influencia para que os associados deixem de estar em dia com o banco. **Lembre que 1 é igual a nenhuma influência e 10, a influência total.**

**Entrevistador: Marque o número correspondente da escala, conforme a resposta do entrevistado, no espaço correspondente a cada afirmação:**

1. Seleção inadequada de associados
2. Substituição freqüente ou saída de associados
3. Despesas muito grandes dos associados
4. Orientação recebida de outras pessoas para não pagar a dívida
5. Certeza de que a dívida não será cobrada
6. Baixa renda produzida pelo empreendimento
7. Crença de que o governo deve dar a terra de graça
8. Imitação do comportamento de associados que não pagam a dívida
9. Outra razão para a inadimplência. Qual?

H. Desde o contrato inicial, já houve renegociação do contrato?

1. Não (= 0)
2. Sim (= 1)
3. Não sei / não lembro (= 9)

I. Se não renegociou, por que ?

**Para cada alternativa, marque 0, para as que não se aplicam, 1 em caso contrário**

1. Os associados não se interessaram
2. Muita burocracia e documentação
3. Falta de orientação sobre como fazer
4. Outra razão (**Marque 1**)

5. Não sei / não lembro (**Marque 9**)

J. Se houve renegociação, depois disto, a dívida com o banco vem sendo paga em dia? (**NÃO =0, SIM = 1**)

K. Houve individualização do contrato, até o momento?

1. Não (= 0)
2. Sim (= 1)
3. Não sei / não lembro (**Marque 9**)

L. Eu vou ler para você uma série de razões que podem ter contribuído para que a individualização NÃO ocorresse. Posso começar?

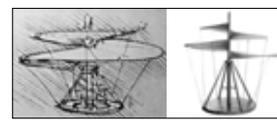
**Entrevistador: (NÃO= 0, SIM=1)**

1. Os associados se interessaram, mas não chegaram a um acordo
  2. Os associados não conseguiram juntar a documentação necessária
  3. Altos custos cartoriais
  4. Os associados não conseguiram quitar a dívida anterior
  5. Os associados foram informados de que não valia a pena pedir individualização
  6. Outro motivo
- Qual?:

M. Em relação a recursos extra-teto (isto é, recursos acima dos tetos microrregionais, estabelecidos para cada município por família), quantos associados receberam estes recursos?

1. Nenhum associado recebeu? (**Marque 0**)
2. Parte dos associados recebeu estes recursos? (**Marque 1**)
3. Todos os associados receberam estes recursos (**Marque 2**)
4. Não sei/não lembro (**Marque 9**)

N. Em relação aos projetos SIC (projetos comunitários (produtivos, de infra-estrutura e sociais)), quantos associados receberam adicional, nestes projetos, pela localização no Semi-Árido?



1. Nenhum associados recebeu? (*Marque 0*)
  2. Parte dos associados recebeu estes recursos? (*Marque 1*)
  3. Todos os associados receberam estes recursos (*Marque 2*)
  4. Não sei/não lembro (*Marque 9*)
- O. Ainda em relação aos mesmos projetos SIC, quantos associados receberam adicional para solucionar problemas ambientais existentes anteriormente à aquisição do imóvel ou para introduzir melhorias ambientais no imóvel?
1. Nenhum associado recebeu? (*Marque 0*)
  2. Parte dos associados recebeu estes recursos? (*Marque 1*)
  3. Todos os associados receberam estes recursos (*Marque 2*)
  4. Não sei/não lembro (*Marque 9*)
- P. Os projetos SIC também possibilitam a obtenção de recursos adicionais destinados aos chamados Selos do Programa de Combate à Pobreza Rural (PNCF Mulher, Nossa Primeira Terra, Terra Negra). Quantos associados, aproximadamente, receberam estes recursos, na associação, por Selo?
1. \_\_\_\_ associados receberam recursos relacionados ao PNCF-Mulher
  2. \_\_\_\_ associados receberam recursos relacionados ao Nossa Primeira Terra
  3. \_\_\_\_ associados receberam recursos relacionados ao Terra Negra
- Q. Eu vou fazer uma série de afirmações sobre programas de acesso a terra. Dê uma nota de 1 a 10, sobre o quanto os associados concordam com cada uma destas afirmações. Lembre que 1 é igual a não concordam de maneira alguma e 10, concordam muito.

**Entrevistador: Marque o número correspondente da escala a seguir, conforme a resposta do entrevistado, no espaço correspondente a cada afirmação:**

1. A terra deve ser financiada pelo governo
  2. Programas de acesso coletivo à terra não funcionam
  3. A terra deveria ser garantida de graça para todos
  4. A terra por si só não garante sucesso na agricultura
  5. A terra por si só é um patrimônio que garante o futuro do agricultor
- R. Eu vou falar de várias condições do financiamento do **Programa de Combate à Pobreza Rural**. Dê uma nota de 1 a 10, sobre o quanto os associados estão satisfeitos com cada condição. **Lembre que 1 é igual a não estão nada satisfeitos e 10, estão muito satisfeitos.**

**Entrevistador: Marque o número correspondente da escala, conforme a resposta do entrevistado, no espaço correspondente a cada afirmação:**

1. Valor total do financiamento da terra
2. Prazo de carência do financiamento
3. Valor das parcelas a serem pagas
4. Financiamento de projetos comunitários (produtivos, de infraestrutura e sociais) (SICs)
5. Documentação exigida para entrada
6. Procedimento para seleção das famílias
7. Forma de escolha do imóvel
8. Procedimento para substituição de associados
9. Procedimento para exclusão de associados (isto é, retirada de associados da associação, autorizada pela UTE e pelo banco)
10. Orientação/informação recebidas para renegociação da dívida
11. Orientação/informação para individualização da propriedade e da dívida
12. Capacitação inicial para fazer proposta

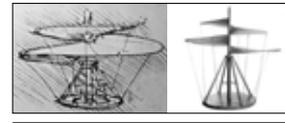
### CARACTERÍSTICAS DA ASSOCIAÇÃO

Formação da associação:

- A. Em que ano a associação foi formada?
  1. Ano (*quatro dígitos*).
  2. Não sei/ não lembro (*Marque 9999*)
- B. Quando a atual Diretoria tomou posse?
  1. Ano (*4 dígitos*)
  2. Não sei/ não lembro (*Marque 9999*)
- C. Qual o período de mandato da atual Diretoria?
  1. (anos) (*1 dígito*)
  2. Não sei/ não lembro (*Marque 99*)

Composição da associação

- A. Qual o número de famílias associadas?
- B. Quantos associados (isto é, responsáveis por dívida de crédito fundiário, junto ao banco) são mulheres?
- C. Quantos associados/associadas são:
  - Jovens entre 18 e 28 anos
  - Jovens entre 29 e 32 anos
- D. Quantos associados/associadas se consideram negros?
- E. Quantos associados tinham experiência em agricultura, quando a associação foi formada?
  1. Número de associados
  2. Não sei / não lembro (*999*)
- F. Quantos associados possuem experiência em agricultura, hoje?
  1. Número de associados
  2. Não sei / não lembro (*999*)



G. Entre os que possuem experiência em agricultura, quantos eram empregados temporários ou permanentes em fazenda ou empresas rurais?

1. Número de associados
2. Não sei/ não lembro (**Marque 9999**)

H. Quantos associados:

**(Entrevistador: se o entrevistado não souber responder, marque 999, para as alternativas 1 a 7, a seguir)**

1. Não sabem ler nem escrever?
2. Tem até o primário incompleto?
3. Tem até o primário completo?
4. Tem até o ginásio incompleto?
5. Tem até o ginásio completo?
6. Tem até o 2º grau incompleto?
7. Possui 2º grau completo ou maior?

#### Alterações ocorridas na associação

**Entrevistador: Para as questões A a D, a seguir, marque o número solicitado e informado pelo entrevistado, ou marque 999 se ele diz não saber ou não lembrar**

- A. Considerando a primeira formação, quantos associados deixaram a associação?
- B. Quantos associados se filiaram formalmente (isto é, com autorização da UTE e dos bancos), depois da associação ter sido formada?
- C. Quantos associados foram excluídos da associação, depois do financiamento, com conhecimento da UTE e dos bancos?
- D. Quantos associados se filiaram informalmente (por acordo informal, por exemplo, com o associado original)?
- E. Qual foi o resultado destas mudanças na associação, sobre os associados que ficaram?

**Entrevistador: Marque 0, se o impacto descrito não for escolhido pelo entrevistado, 1 em caso contrário:**

1. Aumento na parcela da dívida dos associados que ficaram
  2. Incentivo para que outros decidissem deixar a associação
  3. Maior motivação para o trabalho entre os que ficaram
  4. Incentivo para que outros decidissem se filiar à associação
  5. Melhoria da associação
  6. Outro resultado.
- Qual? \_\_\_\_\_

#### Funções desempenhadas pela associação

- A. Eu vou ler uma lista de coisas que a associação poderia fazer, em benefício dos associados. Responda

se esta associação fez ou não o que eu vou falar a seguir:

**(ENTREVISTADOR: marque 0, se a alternativa não foi feita, 1 em caso contrário)**

1. Seleção e compra do imóvel
  2. Projeto de infra-estrutura econômica e de produção (projetos de investimentos comunitários)
  3. Seleção de novos beneficiários
  4. Exclusão de beneficiários inadimplentes
  5. Compra de produtos para a agricultura
  6. Venda de produtos do empreendimento
  7. Contratação de serviços de assistência técnica
  8. Contratação de serviços de contabilidade
  9. Contratação de serviços de topografia
  10. Organização de mutirões
  11. Apoio à gerencia de lotes dos associados
  12. Controle do dinheiro da associação
  13. Pagamento do financiamento
  14. Apoio a associados em risco de inadimplência
  15. Juntada de documentação
  16. Outra função.
- Qual? \_\_\_\_\_

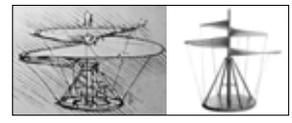
#### Tomada e implementação de decisão no empreendimento

Vamos falar agora sobre como são tomadas as decisões que afetam a maioria dos associados, o cumprimento destas decisões, e a participação dos associados, em reuniões e mutirões

- A. Qual a participação do Presidente, da Diretoria e dos associados, na tomada de decisões que afetam a maioria dos associados (por exemplo, qual atividade econômica realizar, pagar dívidas, participar de mutirões, etc)?

**Entrevistador: Marque apenas um valor, o que corresponde à alternativa escolhida pelo entrevistado:**

1. O Presidente da associação decide sozinho **(1)**
2. A Diretoria da associação decide sozinha **(2)**
3. A Diretoria toma a decisão consultando um pequeno grupo de associados **(3)**
4. A Diretoria toma a decisão consultando a maioria dos associados **(4)**
- B. Com que frequência as decisões tomadas pela associação são colocadas em prática?
  1. Poucas vezes **(1)**
  2. Na maior parte das vezes **(2)**
  3. Sempre **(3)**
- C. Como é a participação dos associados, em reuniões para discussão e tomada de decisões que afetem a todos os associados?
  1. A maioria não comparece às reuniões **(1)**



2. A maioria comparece mas não participa (2)
3. A maioria comparece e participa (3)
- D. Quantos associados costumam participar de mutirões?
1. Não são feitos mutirões na associação(0)
2. Poucos participam destes mutirões (1)
3. Quase a metade dos associados sempre participa destes mutirões (2)
4. A maioria participa destes mutirões (3)

### REDE DE APOIO E CAPITAL SOCIAL

- A. Eu vou falar do apoio recebido de várias organizações, na forma de informação, orientação e ajuda com documentação. Dê uma nota de 1 a 10, para o apoio recebido de cada organização que eu falar. Lembre que 1 é igual a nenhum apoio e 10, total apoio.

**Entrevistador: Marque o número correspondente da escala, conforme a resposta do entrevistado, no espaço correspondente a cada afirmação:**

1. Extensão pública (Emater)
2. Extensão privada
3. Movimentos sociais
4. ONGs
5. Prefeituras
6. UTE
7. Sindicato
- B. Quem prestou serviço de assistência técnica, para a elaboração do projeto aprovado?

**Entrevistador: (NÃO = 0, SIM = 1)**

1. Extensão pública (Emater)
2. Extensão privada
3. Movimentos sociais
4. ONGs
5. Outro
- Quem?

**ENTREVISTADOR: As questões C e D, a seguir, só devem ser respondidas por associações que já acessaram o Pronaf.**

- C. Quem prestou serviço de assistência técnica, para o empreendimento, durante a implantação do projeto (Pronaf)?

**Entrevistador: (NÃO = 0, SIM = 1)**

1. Extensão pública (Emater)
2. Extensão privada
3. Movimentos sociais
4. ONGs
5. Outro.
- Quem ?

- D. Quem presta serviço de assistência técnica, atualmente, para o empreendimento?

**Entrevistador: (NÃO = 0, SIM = 1)**

1. Extensão pública (Emater)
2. Extensão privada
3. Movimentos sociais
4. ONGs
5. Outro.

Quem ?

- E. Quantas vezes por ano a associação recebe a visita de algum representante das organizações que eu vou dizer agora?

**Entrevistador: marque o número falado pelo entrevistado**

1. UTE
2. Agente Financeiro, sobre o Pronaf
3. Assistência técnica (pública ou privada)
4. Sindicato
5. ONGs
6. Movimentos sociais

Neste caso, quais?

### RECURSOS LOCAIS

- A. Agora, vou pedir que você pense na qualidade de cada serviço público existente. Dê uma nota de 1 a 10 para cada serviço, sendo 1 se for péssimo e 10, se for excelente.

**Entrevistador: Marque notas (1 a 10), para cada alternativa. (MARQUE 0 SE O SERVIÇO NÃO EXISTE)**

1. Água encanada?
2. Luz?
3. Telefone?
4. Atendimento de saúde?
5. Escola?
6. Transporte em geral?
7. Transporte Escolar?
8. Estradas de ligação do empreendimento com a sede do Município?

### CONTROLE DA ENTREVISTA:

Assinatura do Entrevistador:

Término da entrevista(hora/minutos): \_\_\_ / \_\_\_

Entrevista foi:

1. Totalmente realizada (amostra original)
2. Totalmente realizada (amostra substituta)
3. Parcialmente realizada. Motivo:



**ANEXO 2: CONDIÇÕES PARA RENEGOCIAÇÃO E INDIVIDUALIZAÇÃO DOS CONTRATOS, EM PROGRAMAS DE CRÉDITO FUNDIÁRIO, NA LEI 11.775, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008.**

---

Anexo 2

Condições para renegociação e individualização dos contratos, em programas de Crédito Fundiário, na Lei 11.775, de 17 de setembro de 2008. Fonte: Nota Técnica do MDA/SRA, 2008.

TIPO DE ALTERAÇÃO	Artigos da Lei 11.775, de 17 de setembro de 2008, aplicáveis ao Crédito Fundiário	
<p style="text-align: center;"><b>RENEGOCIAÇÃO DO CONTRATO</b></p>	<p><b>Art. 24.</b> Aplicam-se às operações de crédito fundiário contratadas entre <b>8 de março de 2004 e 30 de maio de 2008</b> ao amparo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, instituído pela Lei Complementar no 93, de 4 de fevereiro de 1998, as seguintes medidas:</p>	<p><b>Art. 25.</b> Aplicam-se às operações de crédito fundiário <b>contratadas até 7 de março de 2004</b> ao amparo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, instituído pela Lei Complementar nº 93, de 1998, as seguintes medidas:</p>
	<p>I - <b>para operações adimplidas</b>, redução da taxa efetiva de juros pactuada, a partir de 1º de junho de 2008, de:</p> <p>a) seis inteiros e cinco décimos por cento ao ano para cinco por cento ao ano;</p> <p>b) cinco inteiros e cinco décimos por cento ao ano para quatro por cento ao ano;</p> <p>c) quatro por cento ao ano para três por cento ao ano;</p> <p>d) três por cento ao ano para dois por cento ao ano;</p> <p>II - <b>para operações inadimplidas</b> até a data da renegociação:</p> <p>a) <b>exigência do pagamento das parcelas com vencimento em 2008 até a data da renegociação</b>, segundo as condições contratuais para adimplemento, inclusive com a concessão dos bônus de adimplência;</p> <p>b) permissão da amortização, até a data final da renegociação, das parcelas vencidas até 31 de dezembro de 2007, com a concessão dos bônus contratuais de adimplemento, considerando-se o saldo devedor apurado nas condições definidas nas alíneas “c” e “d” deste inciso;</p> <p>c) <b>para a renegociação das parcelas vencidas até 31 de dezembro de 2007, mediante aditivo contratual</b>, aplicação dos encargos de normalidade até a data do vencimento contratual de cada prestação vencida, tomados sem a concessão do bônus de adimplência;</p> <p>d) aplicação dos encargos de normalidade mais um por cento ao ano, pro rata die, calculados a partir da data do vencimento contratual de cada parcela até a data da respectiva renegociação, tomados sem a concessão do bônus de adimplência;</p> <p>e) amortização mínima de um por cento do saldo devedor vencido ajustado, até a data da renegociação, nas condições das alíneas “c” e “d” deste inciso, tomado sem a concessão de bônus de adimplência;</p> <p>f) distribuição, entre as parcelas vencidas a partir de 2009, do saldo de capital vencido ajustado até a data da renegociação, deduzida a quantia amortizada;</p> <p>g) aplicação da redução da taxa de juros estabelecida no inciso I deste artigo às operações que se adimplirem no prazo previsto para renegociação;</p> <p>h) manutenção das demais condições pactuadas para as operações em situação de inadimplência, inclusive dos respectivos bônus de adimplência.</p> <p>Parágrafo único. Os ônus decorrentes da diferença entre os encargos originalmente pactuados e os estabelecidos neste artigo serão de responsabilidade do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.</p>	<p>I - <b>para as operações em situação de inadimplência</b> em 1º de junho de 2008:</p> <p>a) redução da taxa de juros, a partir de 1º de junho de 2008, observado o valor equivalente ao número de beneficiários do crédito em cada operação, para:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. cinco por cento ao ano, nos contratos de valor original, por beneficiário, acima de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais);</li> <li>2. quatro por cento ao ano, nos contratos de valor original, por beneficiário, acima de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);</li> <li>3. três por cento ao ano, nos contratos de valor original, por beneficiário, até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);</li> </ol> <p>b) concessão de bônus de inadimplência sobre o valor das parcelas pagas até a data do vencimento, a partir de 1º de junho de 2008, limitado a R\$ 1.000,00 (mil reais) por beneficiário em cada ano, em substituição ao bônus sobre a taxa de juros pactuada, nas seguintes condições:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Municípios do semi-árido nordestino e da área de abrangência da SUDENE nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo: quarenta por cento;</li> <li>2. demais Municípios da Região Nordeste: trinta por cento;</li> <li>3. Estados das Regiões Norte, Centro-Oeste e Sudeste, exceto São Paulo e áreas de Minas Gerais e Espírito Santos a que se refere o item 1 desta alínea: dezoito por cento;</li> <li>4. Estados da Região Sul e São Paulo: quinze por cento.</li> </ol> <p>II - <b>para as operações em situação de inadimplência</b> em 31 de dezembro de 2007:</p> <p>a) permissão da amortização das parcelas vencidas até a data final da renegociação, com a concessão dos bônus de adimplemento estabelecidos na alínea “b” do inciso I deste artigo, considerando-se o saldo devedor apurado nas condições definidas nas alíneas “b” e “c” deste inciso;</p> <p>b) para renegociação, <b>mediante aditivo contratual</b>, aplicação de encargos de normalidade até a data do vencimento contratual de cada prestação vencida, inclusive com os bônus contratuais sobre as taxas de juros;</p> <p>c) aplicação de encargos de normalidade, sem os bônus de inadimplência nas taxas de juros, a partir da data do vencimento contratual de cada parcela até a data da respectiva renegociação;</p> <p>d) amortização mínima de um por cento do saldo devedor vencido ajustado na forma das alíneas “b” e “c” deste inciso, até a data da renegociação;</p>

<p><b>RENEGOCIAÇÃO DO CONTRATO</b></p>		<p>e) distribuição, entre as parcelas vincendas a partir de 2009, do saldo de capital vencido ajustado, deduzida a quantia amortizada;</p> <p>f) aplicação das condições estabelecidas no inciso I deste artigo às operações que se adimplirem no prazo previsto para renegociação;</p> <p>III - para as <b>operações inadimplidas</b> entre 1o de janeiro e 31 de maio de 2008:</p> <p><b>a) a parcela de 2008 deverá ser liquidada até a data final de renegociação</b>, devendo o saldo devedor ser ajustado nas condições estabelecidas nas alíneas “b” e “c” do inciso II, com a concessão do respectivo bônus de adimplência de que trata a alínea “b” do inciso I;</p> <p>b) após o pagamento a que se refere a alínea “a” deste inciso, devem ser aplicadas às operações as condições estabelecidas no inciso I deste artigo.</p> <p>§ 1º Para os mutuários que efetuaram o pagamento da prestação de 2008 entre 1o de janeiro e 31 de maio deste ano, o valor do respectivo bônus de adimplência sobre a parcela, considerado em valor nominal da data de quitação, será amortizado do saldo devedor da operação.</p> <p>§ 2º Os cronogramas de reembolso com periodicidade de vencimento das prestações inferior a um ano podem ser substituídos pelos de parcelas anuais, mediante a formalização de aditivo ao instrumento de crédito, para os mutuários adimplentes ou que vierem a assim tornar-se sob as condições estabelecidas neste artigo.</p> <p>§ 3º Os ônus decorrentes da diferença entre os encargos originalmente pactuados e os estabelecidos neste artigo, bem como dos bônus de adimplemento, serão de responsabilidade do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.</p>
<p><b>INDIVIDUALIZAÇÃO DOS CONTRATOS</b></p>		<p><b>Art. 26.</b> Fica autorizada a individualização dos contratos de financiamento celebrados pelos beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, instituído pela Lei Complementar no 93, de 4 de fevereiro de 1998, desde a sua origem até 31 de dezembro de 2004.</p> <p>§ 1º A individualização das operações será condicionada à <b>adesão de todos os beneficiários</b> de cada empreendimento, vedada a regularização parcial do imóvel financiado.</p> <p>§ 2º Os custos decorrentes do processo de individualização poderão ser incluídos nos respectivos contratos de financiamento, <b>até o limite de 5% (cinco por cento)</b> do valor total da operação individualizada, ainda que ultrapassem o teto de financiamento do programa.</p> <p>§ 3º No processo de individualização, o imóvel rural já financiado permanecerá como garantia real do financiamento, excluindo-se a garantia fidejussória coletiva.</p> <p>§ 4º A garantia real do imóvel rural será desmembrada em parcelas, ficando asseguradas a viabilidade técnica do empreendimento, as reservas legais e áreas de preservação permanente, bem como sua averbação no respectivo Cartório de Registro de Imóveis, inclusive com o gravame hipotecário em nome do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.</p> <p>§ 5º Os elementos de despesa que compõem os custos decorrentes do processo de individualização, observado o disposto no § 2º deste artigo, bem como os procedimentos para a regularização dos empreendimentos e demais disciplinamentos necessários à plena aplicação do disposto neste artigo serão regulamentados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.</p> <p>§ 6º O CMN estabelecerá o prazo para adesão ao processo de individualização de que trata este artigo.</p>

GRÁFICA  
**Super7**





Secretaria de  
Reordenamento Agrário

Ministério do  
Desenvolvimento Agrário

